



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVII – Nº 134 – SEXTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7) 2º - João Durval - (P DT-BA) 3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁶⁾ Lindbergh Farias ⁽²⁸⁾ Ana Rita ⁽²⁵⁾ Anibal Diniz ⁽²⁴⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²³⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(7,33) Lúcia Vânia ⁽³²⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,31) Flexa Ribeiro ^(7,33) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blairo Maggi ⁽¹⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão
		PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 159ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2012

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 19 de outubro próximo, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 25 anos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu). 45124

Convocação de sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se dia 7 de dezembro próximo, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 69 anos do Movimento dos Foclares. 45124

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Preocupação com a crise da citricultura brasileira..... 45124

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Cobrança da ativação das zonas de processamento de exportação criadas no Estado de Santa Catarina. 45126

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Registro de representação, apresentada por Sua Ex^a e pelo Senador Randolfe Rodrigues à PGR, contra a nomeação do Sr. Bernardo Figueiredo à Presidência da Empresa de Planejamento e Logística. 45127

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro da instalação da Comissão que irá examinar o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 45171

SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Destaque à importância da CPMI do “caso Cachoeira”; e outros assuntos. 45173

SENADORA ANA RITA – Comemoração pela aprovação da PEC que dá autonomia à Defensoria Pública da União..... 45196

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Aplausos pela aprovação do projeto de lei de conversão destinado a minorar os efeitos da seca na Região Nordeste. 45198

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre o julgamento do “mensalão” no STF. 45200

1.2.3 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 24/2012-CN (nº 1.071/2012, na origem), encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 034.010/2011-4. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 45204

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 787, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional. 45204

Nº 788, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 45204

Nº 789, de 2012, de autoria da Senadora Angela Portela, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda. 45205

Nº 790, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Arthur Nabarrete Zanetti. 45205

Nº 791, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kassius Antonio Batista Santos. 45206

Nº 792, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Sr^a Luana Silva. 45206

Nº 793, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Neymar D’Aguila Filho. 45206

Nº 794, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à OAB-Seccional Amazonas. 45206

Nº 795, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Yamaguchi Falcão Florentino. ... 45207

Nº 796, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Sr. Esquiva Falcão Florentino. 45207

Nº 797, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações

e aplausos à Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (Hemoam). 45207

Nº 798, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à Sra. Sarah Menezes. 45208

Nº 799, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à equipe feminina olímpica de vôlei. .. 45208

Nº 800, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos à equipe masculina olímpica de vôlei. 45208

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para agravar a pena prevista no art. 342, do Código Penal, no caso de a testemunha invocar indevidamente o direito ao silêncio com o objetivo de proteger outrem.* 45209

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 782, de 2012, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011. **Aprovado.** 45212

1.3.2 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR CIDINHO SANTOS – Registro de reunião da bancada Federal do Mato Grosso, na Universidade Federal daquele Estado; e outros assuntos. 45213

SENADOR JORGE VIANA – Considerações sobre a apreciação da Medida Provisória que trata da atualização do Código Florestal. 45214

SENADOR ANIBAL DINIZ – Aplausos ao Comitê de Política Monetária do Banco Central pela redução da taxa básica de juros; e outros assuntos. 45220

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Satisfação pelo recorde na produção de grãos no País, anunciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 45223

SENADOR PAULO PAIM – Críticas à União pela demora no pagamento dos benefícios aos aposentados e pensionistas do Instituto Aerus de Seguridade Social; e outro assunto. 45226

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas à prorrogação da isenção do IPI para automóveis pelo Governo Federal. 45230

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Anúncio da eleição de S. Ex^a para a Presidência da Comissão Especial que analisará as propostas

de atualização do Código de Defesa do Consumidor; e outro assunto. 45232

1.4.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Defesa da regulamentação do direito de greve no serviço público. 45234

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 30.8.2012

3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

3.1 – TERMOS DE REUNIÃO

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 574, de 2012. 45236

Referente à Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 575, de 2012. 45237

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4.1 – BANCADAS DOS PARTIDOS NO SENADO FEDERAL

4.2 – POR ORDEM ALFABÉTICA

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

6 – LIDERANÇAS

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos ... 45257

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 45263

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 45269

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 45274

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 45279

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 45289

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 45295

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.... 45303

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo..... 45309

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária..... 45315

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática 45318

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 45320

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	45321
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	45323
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	45323
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	45324
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)	45326
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	45328
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	45330

CONGRESSO NACIONAL**11 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	45334
--	-------

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	45339
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	45341
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	45342
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	45343

12 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	45347
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	45348
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	45349

Ata da 159ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2012

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Cidinho Santos, Sergio Souza,
da Sra. Ana Amélia e dos Srs. Paulo Paim e Cristovam Buarque*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 41 minutos e
encerra-se às 13 horas e 46 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 54ª Legislatura 2ª Sessão Legislativa Ordinária

159ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 30/08/12 07:00 até 30/08/12 20:30

Partido	UF	Nome	Pres
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PDT	RO	ASSIS GURGACZ	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X
PMDB	SC	CÁSILO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PR	MT	CIDINHO SANTOS	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X

PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PT	SP	MARTA SUPLICY	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 66 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Há aqui, sobre a mesa, dois comunicados.

A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 19 de outubro do corrente ano, sexta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 25 anos da Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – A Presidência comunica às Senhoras e aos Senhores Parlamentares que está convocada sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 7 de dezembro do corrente ano, sexta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 69 anos do Movimento dos Focolares.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Passa-se à lista de oradores.

Convido o Senador Eduardo Suplicy para fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Após o Senador Eduardo Suplicy, está inscrita também a Senadora Marta Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho Santos, Srs. Senadores, hoje falarei a respeito da citricultura brasileira, pois é importante analisar o quanto os citricultores estão preocupados com a evolução das condições de produção e comercialização da laranja.

Mas quero antes, aqui, cumprimentar o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, que mostra, na disputa para a prefeitura de São Paulo, um crescimento muito significativo, conforme apresentado pelo Datafolha. Ele, pouco a pouco, passou de 3% para 5%, para 6%, depois para 9% e, agora, para 14%. É um candidato que vem se firmando, a partir da possibilidade de apresentar as suas ideias, as suas proposições e sua própria história pessoal, como economista, advogado, professor e pessoa que trabalhou junto ao Secretário de Finanças João Sayad durante o governo de Marta Suplicy, bem como Ministro da Educação junto ao Presidente Lula e à Presidente Dilma Rousseff. Tenho a convicção de que, a cada dia que os paulistanos o conhecerem melhor, mais confiança terão para votar em Fernando Haddad.

Aqui registro que me sinto feliz com esse bom resultado e digo isso como pré-candidato que fui a prefeito dentro do Partido dos Trabalhadores. Participei com

Marta Suplicy, com Carlos Zarattini, como Jilmar Tatto e com o próprio Fernando Haddad de 33 plenárias zonais em todas as regiões de São Paulo. Na última das plenárias zonais, tendo em conta que Fernando Haddad manifestou que abraçaria a causa de fazer de São Paulo um exemplo pioneiro da renda básica de cidadania e tendo em conta, inclusive, que terei ainda mais dois anos e meio aqui no Senado Federal, até 31 de janeiro de 2015, abri mão de ser pré-candidato e resolvi apoiá-lo. Fiquei feliz de vê-lo abraçar essa meta.

Então, boa sorte, Fernando Haddad, nessa caminhada até o dia 7 de outubro, no primeiro turno, e até o dia 27, no segundo turno.

Retorno à tribuna desta Casa para tratar de um assunto muito importante para a agricultura de São Paulo e do Brasil. Refiro-me à citricultura, ou seja, a cultura, plantio e industrialização da laranja. Desde 2000 tenho feito diversos alertas acerca dos problemas que esse segmento econômico enfrenta em função da concentração vertical e horizontal do setor. Hoje abordo os problemas que os produtores enfrentam na safra 2012/2013 dessa fruta.

A “citricultura é uma das mais importantes cadeias produtivas do agronegócio paulista. Em 2011 contribuiu com R\$4,8 dos R\$59,6 bilhões do valor da produção agropecuária. Com participação de 98% nas exportações brasileiras de suco de laranja concentrado congelado [...] e representaram 11% das exportações do agronegócio do estado”, segundo Mônica Bergamaschi, Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, em artigo recente publicado na revista *Agroanalysis*, da Fundação Getúlio Vargas.

Ainda segundo a Dr^a Bergamaschi, a citricultura é a terceira atividade agropecuária em importância na geração de empregos em São Paulo, logo depois da cana-de-açúcar e da pecuária, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Dados do Instituto de Economia Agrícola da Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo identificaram 574,2 mil hectares cultivados com *citrus*, distribuídos em 20.721 unidades de produção, nas quais a maior área plantada é formada por variedades destinadas à indústria processadoras da fruta. Em outras palavras, a importância do segmento pode ser observada na seguinte evidência: três em cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo vêm de pomares paulistas.

No entanto, hoje, o setor vive um momento delicado: baixo preço da caixa de fruta pago aos produtores, muita laranja ainda nos pomares, elevados estoques de suco e queda nas exportações desse produto.

Esse foi o tema do meu último pronunciamento no dia 16 de agosto e que foi instado por mensagens da Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus), da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de

São Paulo (FETAESP), Sindicato Rural de Ibitinga e outros sindicatos de produtores de laranja, além de produtores da fruta.

Como o fiz em meu último discurso, é necessário parabenizar os esforços e as medidas adotadas pelos governos Federal e do Estado de São Paulo, tanto da Presidenta Dilma quanto do Governador Alkimin, para amenizar os problemas por que passa a cadeia produtiva de suco de laranja na safra 2012/2013. Entre outras medidas, o Governo Federal promoveu uma rolagem de dívidas dos agricultores e estabeleceu um preço mínimo da caixa de fruta de R\$10,10 ao produtor. Por sua vez, o governo paulista se comprometeu a comprar R\$6 milhões por mês em suco de laranja destinado à merenda escolar, o que também pode ajudar a desenvolver o mercado doméstico de suco de laranja integral pronto para beber.

Ademais, o jornal *Valor Econômico*, em 27 de agosto, informa que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deve anunciar, em breve, a prorrogação, por dois anos, da Linha Especial de Crédito (LEC) para estocagem de suco, lançada no ano passado.

Ao mesmo tempo em que a citricultura coleciona números expressivos e positivos, ela também não esconde o momento difícil que atravessa, o qual se expressa nos baixos valores que as empresas processadoras pagam pela fruta aos produtores.

A origem dessa crise pode ser imputada à redução das vendas externas de suco de laranja para a Europa e os Estados Unidos da América, além do baixo consumo do mercado doméstico. Esse conjunto de fatores converge para a possibilidade de que milhões de caixas da fruta deixem de ser comercializadas e arrefeçam, ainda mais, a demanda pela fruta.

No entanto, no último dia 21 de agosto, recebi mensagem do presidente da Associtrus, Dr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, contendo algumas reflexões sobre essa crise que apresenta um novo viés interpretativo do momento e que transcrevo serem discutidas não apenas por aqueles diretamente envolvidos com essa atividade econômica como também pelos membros do Senado Federal.

1. Abuso do poder de mercado e manipulação das informações.

[...] Com relação às exportações, as estimativas do USDA – United States Department of Agriculture, revistas em julho, indicam um crescimento de 1,65% para as exportações brasileiras de suco, enquanto o relatório da CitrusBR aponta uma contração de 15% nas exportações!

No tocante aos estoques, enquanto o USDA aponta para um estoque de 240 mil t no início da

safra 2012/13, a indústria [brasileira processadora de laranja] fala em 555 mil t. Uma diferença de 315 mil t, o que corresponde à quantidade de fruta que a indústria ameaça não colher!

2. Cartelização e abuso do poder de mercado. A crise atual decorre de um processo de cartelização que se iniciou há mais de duas décadas e vem agravando-se ano a ano. As empresas acordaram em dividir o mercado entre si; dividiram também os produtores e impuseram para a laranja preços abaixo do custo de produção e vêm transferindo a produção para suas subsidiárias a preços abaixo do valor de mercado. [...] A crescente produção própria aumentou o seu poder de mercado, o que permitiu intensificar a apropriação da renda e o processo de exclusão dos citricultores

3. Qual a solução para o problema?

É preciso restabelecer o equilíbrio e a concorrência no setor e reverter a verticalização, a concentração e a cartelização do setor que deram às esmagadoras um brutal poder econômico, político e de mercado [...]

Ainda acreditamos que um Consecitrus (Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco de Laranja), nos moldes preconizados pela Associtrus, poderia assegurar uma remuneração justa aos citricultores [...]. A solução está nas mãos do Cade, que, além da investigação do cartel, deve estar atento ao abuso do poder de mercado que a concentração e a cartelização propiciaram às indústrias. Precisamos acompanhar com atenção o andamento da investigação sobre a cartelização do setor – que vem arrastando-se desde 1999 –, as decisões sobre o Consecitrus sobre as novas propostas de concentração do setor, e a fiscalização sobre o cumprimento das medidas impostas no processo de fusão da Citrosuco-Citrovita [...].

4. Falta política pública para o setor citrícola.

Como já dissemos, é preciso inicialmente restabelecer o equilíbrio no setor, impedir a verticalização da indústria, assegurar a remuneração compatível com os custos e riscos do produtor, garantindo-lhe renda e segurança e protegendo-o da ação dos grandes grupos que atuam no agronegócio.

Também, é necessário instituir um plano de recuperação dos pomares dos produtores independentes, das regiões citrícolas tradicionais [...]. Nos setores exportadores, é aumentar a fiscalização das exportações com o objetivo de impedir o subfaturamento.

Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentei requerimento, que será examinado dia 3 de setembro, para a realização de Audiência Pública conjunta nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária, visando debater a atual crise da citricultura paulista e brasileira, com os seguintes participantes: Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho; Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Mônica Bergamaschi; Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Vinícius Marques de Carvalho; Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores (ASSOCITRUS), Flávio de Carvalho Pinto Viegas; Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FETAESP), Fábio Meirelles; Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), Christian Lohbauer.

Assim, Sr. Presidente, espero que, neste período em que muita atenção está sendo dada às eleições municipais, possamos apreciar e aprovar este requerimento. Claro que possíveis sugestões de nomes que poderão contribuir poderão ser apresentadas por outros colegas Senadores. De todo modo, acredito que, em outubro próximo, poderemos realizar esta audiência pública, tanto na Comissão de Desenvolvimento e Reforma Agrária como também na Comissão de Assuntos Econômicos.

E gostaria de ressaltar que, desde quando era titular da pasta o ex-Ministro Roberto Rodrigues, ele disse que seria importante que nós tivéssemos a instalação do Consecitrus, de maneira semelhante ao Consecana. Assim, espero que essa audiência pública colabore para termos logo o funcionamento adequado do Consecitrus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Parabenizo-o pelas colocações. A citricultura e a laranja realmente são atividades importantes para o Brasil e principalmente para São Paulo. Esperamos encontrar uma alternativa para este momento difícil que vivem os citricultores do Brasil, especialmente os de São Paulo.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, do querido Estado de Santa Catarina.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quis falar “Ministro Roberto Rodrigues”, ex-ministro da Agricultura, que tanto batalhou pela Consecitrus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Luiz Henrique, só um momento para eu solicitar ao Presidente que me inscreva para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quase 25 anos o Brasil aderiu ao regime de zonas de processamento de exportação.

Foram criadas 24 dessas zonas de processamento, uma delas no Porto de Imbituba, em Santa Catarina. Passaram-se quase 25 anos, e essas zonas de processamento de exportação continuam no papel, continuam criadas, algumas com as instalações construídas, como a de Imbituba, em Santa Catarina. Lá, o Estado fez um grande investimento com uma fila grande, uma carteira grande de empresas interessadas em ali se instalarem, e até agora nada.

As zonas de processamento de exportação foram a estratégia adotada para a rápida e bem-sucedida transição da economia planejada para a economia de mercado.

A China só pôde realizar a grande revolução econômica que a colocou na liderança mundial porque adotou freneticamente esse sistema de plataforma de exportação. Os chineses possuem 187 dessas plataformas; o Vietnã, 185; a Hungria, 160; a República Tcheca, 92, e a Polônia, 48, somente para citar alguns países que pertenceram à órbita daqueles que adotaram o regime marxista-leninista e que estão tendo saltos no seu desenvolvimento. Atraindo volumosos recursos e investimentos estrangeiros, têm propiciado a redução de desequilíbrios regionais, têm fortalecido a sua balança de pagamentos, têm promovido a capacitação científico-tecnológica nacional e dado um salto na inovação, têm gerado empregos de renda mais elevada, têm propiciado um aumento crescente da competitividade das suas indústrias e obtido grandes avanços no seu desenvolvimento nacional.

O Ministro Roberto Colin, do Itamaraty, que acaba de assumir a missão de Embaixador na Coreia do Norte, e que o fez voluntariamente com a dedicação que sempre teve no exercício de suas funções em favor do nosso País, relatou-me recentemente que a Coreia do Norte também está iniciando um processo de transição da economia planejada para a economia de mercado, instalando zonas de processamento de exportação na divisa com a Coreia do Sul. E pasmem, Srs. Senadores, recebem diariamente trabalhadores sul-coreanos, que vão trabalhar nas ZPEs norte-coreanas. Esse é

um assunto que merece estar na agenda nacional de soluções prioritárias.

O setor industrial brasileiro passa por um período de grande dificuldade na competição com a indústria estrangeira. A competitividade nacional caiu extraordinariamente. Os investimentos nacionais, que deveriam ser de 25%, estão situados por volta dos 17%. Os investimentos públicos em infraestrutura, em apenas 2% quando deveriam ser de 5%. E temos, agora, a expectativa de que esse quadro mude com a política anunciada por Sua Excelência, a Senhora Presidente Dilma Rousseff. Mas o quadro hoje é esse. E a competitividade da indústria nacional é afetada, não apenas pela nossa carente infraestrutura, pelas taxas de juros, que, embora declinantes, ainda são mais elevadas que a média mundial, a carga fiscal que já se aproxima de 35% do PIB.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ativação dessas 24 ZPEs, com a instalação de centenas, milhares de empresas isentas de tributos na exportação e na importação, vai propiciar ao País o mesmo salto que se vem registrando na China, Vietnã, nas duas Coreias e em tantos outros países.

A Zona de Processamento de Imbituba, que foi identificada no Master Plan de Santa Catarina, elaborado pelo saudoso Raphael de Almeida Magalhães e pelo extraordinário brasileiro Eliezer Batista como o grande porto estratégico do Mercosul, tem, há mais de dez anos, identificadas dezenas de empresas que estão apenas aguardando o início da ativação da política nacional dessas plataformas industriais para lá se instalem, para lá produzirem, para lá gerarem empregos, para lá gerarem divisas, para lá gerarem competência científica, tecnológica e inovação.

Deixo aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse alerta para que o Brasil finalmente instaure esse processo pelo qual os países pobres latino-americanos estão aumentando a sua renda e o seu desenvolvimento. Cito o exemplo da pequenina Costa Rica, que já tem instaladas e em funcionamento 139 ZPEs; o México, 109; a República Dominicana, 107; a Nicarágua, 34. Citei alguns países latino-americanos que têm se favorecido com esse sistema para geração de emprego e renda e para a promoção do desenvolvimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, para um breve comunicado, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Senador Presidente, Senador Luiz Henrique, de nada vale a fé sem a obra. Todos nós professamos nosso horror à imoralidade na Administração Pública,

mas se não tomarmos atitude, isso tudo se perde ao vento das palavras sem consequência.

Na terça-feira, dia 28, anunciei a este Plenário uma petição que faria ao Supremo Tribunal Federal contra a medida provisória que cria a Empresa de Planejamento e Logística e a nomeação prévia do Sr. Bernardo Figueiredo para presidi-la. A empresa é importantíssima, mas por medida provisória, sem discussão alguma, não me parece o caminho acertado. E contra a nomeação prévia do Sr. Bernardo Figueiredo. Afinal, esta Casa, com base em avaliações do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Polícia Federal de São Paulo, da CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo, rejeitou a recondução do Sr. Figueiredo à direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres por julgá-lo inadequado, ou seja, inidôneo para a ANTT. Mas eis que, usando artifícios e menoscabando a decisão deste Plenário, avançando sobre nossas prerrogativas, a Presidência da República cria a Empresa de Planejamento e Logística para cuidar do planejamento da infraestrutura no Brasil, o que é pertinente e adequado, mas também dessa delirante e despropositada ideia que é o trem-bala, e indica para dirigi-la o mesmíssimo Sr. Figueiredo, que esta Casa considerou desabilitado, ou inepto, para dirigir a ANTT.

Assim, além da reclamação ao Supremo, tomo outra providência contra essa excrescência. Estou fazendo, em parceria com o Senador Randolfe Frederich Rodrigues, uma representação ao Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, contra o Ministro dos Transportes, Paulo Passos, e contra os Srs. Miguel Masella, Maurício Muniz, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Nélida Madela e Dino Batista, todos membros do Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística, responsáveis formais pela assunção do Sr. Bernardo Figueiredo à Presidência da EPL, logo, corresponsáveis pelas ilegalidades entranhadas na Medida Provisória e pela ofensa às atribuições do Senado da República.

Anexa à representação, fartíssima e substancial documentação comprovando os malfeitos do Sr. Figueiredo frente à ANTT. Como se prova, o Sr. Figueiredo foi omissos e conivente com os desmandos das empresas concessionárias de serviço de transporte, especialmente o transporte ferroviário. Relato caminhos erráticos percorridos por ele, ora advogando os interesses da iniciativa privada, ora pulando para o outro lado do balcão, para assumir funções públicas, funções em que se revelou péssimo gestor, ao contrário do seu magnífico desempenho na iniciativa privada.

Espero que o Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, tão em evidência esses dias, pelo julgamento do mensalão, usem o mesmo rigor contra um servidor público que se revelou tão

omisso em suas funções, e que tantos prejuízos já deu ao patrimônio público dos brasileiros. Da mesma forma, espero que o Senado não volte atrás da decisão anterior, de reprovação, de repúdio à indicação do Sr. Figueiredo, e mostre que não agiu, Senador Pedro Taques, por fisiologismo, como disse a imprensa, e sim em defesa do interesse público e do bem público.

Sr. Presidente, meu gabinete vai anexar a esta comunicação que faço agora o pleno teor de minha re-

presentação à Procuradoria-Geral da República, para que seja registrada nos *Anais da Casa* – a minha e a do Senador Randolfe Frederick Rodrigues.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR ROBERTO REQUIÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º,
do Regimento Interno.)*

**Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República
Roberto Monteiro Gurgel Santos**

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA,
senador da República e

**RANDOLFH FREDERICH RODRIGUES
ALVES,** senador da República, vêm propor a
presente

REPRESENTAÇÃO contra

PAULO SÉRGIO PASSOS, Ministro de Estado
dos Transportes, localizável no Ministério dos
Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”,
Brasília – DF, CEP 70044-900;

MIGUEL MASELLA, Presidente do Conselho
de Administração da Empresa de Planejamento e
Logística S/A, localizável no Ministério dos
Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”,
Brasília – DF, CEP 70044-900;

MAURÍCIO MUNIZ, membro do Conselho de
Administração da Empresa de Planejamento e
Logística S/A, localizável no Ministério do
Planejamento, Orçamento e Gestão, Esplanada dos
Ministérios, Bloco “K”, Brasília – DF, CEP 70040-906;

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS,
membro do Conselho de Administração da Empresa
de Planejamento e Logística S/A, localizável no
Ministério da Ciência e Tecnologia e Informação,
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Brasília – DF, CEP
70.067-900;

NÉLIDA MADELA, membro do Conselho de
Administração da Empresa de Planejamento e
Logística S/A, localizável no Ministério dos
Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”,
Brasília – DF, CEP 70044-900;

DINO BATISTA, membro do Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística S/A, localizável no Ministério dos Transportes, Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Brasília – DF, CEP 70044-900;

com o propósito de obter a intervenção preventiva e reparadora do Ministério Público Federal na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, incumbência que lhe atribui a Constituição Federal, no art. 129, a Lei 75/93, oferecendo, para tanto, as seguintes razões de fato e de direito:

1. Os Representados

Os representados são formalmente responsáveis pela assunção do senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira** ao cargo de diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL, empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes (Lei nº 12.404/2011, alterada pela Medida Provisória nº 576/2012). Os Representados membros do Conselho de Administração da Empresa o escolheram e o Ministro de Estado dos Transportes empossou-lhe no cargo:

Foi realizada nesta quarta-feira (08/08), em Brasília (DF), a Assembleia Geral de Constituição da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), estatal vinculada ao Ministério dos Transportes criada para planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade. Bernardo Figueiredo, ex-diretor da ANTT, foi empossado pelo ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, como diretor-presidente da Etav.

<http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=1&InCdMateria=16280>

2. A rejeição motivada do Senado Federal do nome do senhor Bernardo Figueiredo para a diretoria-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ao apreciar a Mensagem nº 151/2011, o Senado Federal, no exercício da competência inscrita no art. 52, III, *f*, e na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, em seu art. 53, § 1º, rejeitou o nome de **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira** para recondução ao cargo de diretor-geral da ANTT.

A Mensagem nº 151 tramitou de 15/12/2011(!) a 09/03/2012, período no qual, em situação incomum, o currículo do indicado e sua atuação na direção-geral da Agência foram intensamente debatidos na Comissão de Serviços de Infraestrutura e no Plenário (http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103776). Ao final, o Senado rejeitou o seu nome por não preencher os requisitos de acesso ao cargo, claramente definidos na Constituição e na Lei nº 10.233/2001, art. 53, § 1º:

"Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal."

Para a compreensão das razões objetivas que fundamentaram a decisão do Senado de rejeitar o nome indicado pela Presidente para a direção da ANTT, o Representante anexa CD-ROM com a tramitação da Mensagem 151/2011 e as notas taquigráficas das sessões da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da discussão e votação em Plenário. Na página do Representante Roberto Requião na internet foram tornadas públicas as razões que motivaram o Senado na rejeição do nome do Representado: <http://www.robortorequiiao.com.br/site/NAO-A-BERNARDO-FIGUEIREDO>

O exame do fundamento da decisão do Senado em considerar que o indicado pela Presidente não reunia os requisitos legais para ocupar o cargo de diretor-geral da ANTT (reputação ilibada e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos) evidencia que cumpriram relevante papel na formação da decisão legislativa os gravíssimos elementos de fato levantados pelo Grupo de Trabalho em Transportes da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão dessa Procuradoria Geral, sintetizado na Representação n. 16.848/2011, inclusa, proposta perante o Tribunal de Contas da União, assim como processos e auditorias daquele Tribunal nas contas e na gestão operacional da Agência sob a direção do senhor Bernardo Figueiredo, com especial destaque para o Processo TC-008.799/2011-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA), anexo.

Ao sabatinar o indicado pela Presidente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Representante Roberto Requião teve a oportunidade de resumir os motivos de natureza ética, técnica e jurídico-constitucional que, somados a outras razões objetivas levantadas pelos demais senadores, conduziram o Senado ao entendimento de que a recondução do indicado à direção da ANTT ofendia frontalmente o interesse público e era incompatível com a República e o Estado Democrático de Direito:

[...]

A SR^a PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2^a Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da primeira reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

[...]

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje realizamos mais uma reunião de extrema relevância para a sociedade brasileira, em cumprimento ao comando constitucional que fortalece o princípio da harmonia entre os Poderes republicanos. Daremos início à apreciação da Mensagem nº 151, de 2011, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira para ser reconduzido ao cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A sabatina que ora realizaremos é considerada uma das mais nobres funções do Senado Federal, por meio da qual se promove a apreciação, por escrutínio secreto, da indicação de cidadão brasileiro para exercício de elevada missão perante a Administração Pública Federal.

Nesta oportunidade, as Sr^{as} e os Srs. Senadores membros desta Comissão terão a oportunidade ímpar de analisar o extenso currículo pessoal e profissional do candidato, assim como obter as respostas às questões direta ou indiretamente relacionadas à sua vida profissional e ao exercício do cargo que pretende assumir.

Toda e qualquer questão relacionada que possa ser de interesse da Nação deve ser trazida a lume para que dúvida não paire sobre o compromisso desta Comissão para apreciação do sabatinado.

Esperamos que os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras aqui presentes possam explorar ao máximo o candidato, que certamente estará aqui à disposição para esclarecer, responder e manifestar-se acerca das questões que lhe forem colocadas, as quais deverão ser também de interesse nacional.

Eu gostaria de ler aqui uma observação quanto aos procedimentos que foram adotados por esta Comissão.

Em 22/12/2011 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infraestrutura.

Reunida a Comissão em 22/12/2012, o Sr. Senador Roberto Requião apresentou cinco documentos: representação do Ministério Público Federal; relatório da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo; representação do Senador Roberto Requião ao Procurador Geral da República; contrato da ALL Logística; contrato da Ferrovia Sul Atlântico.

Todos os documentos assim como o discurso do Senador Roberto Requião foram enviados aos Srs. Membros da Comissão e respectivos chefes de gabinete por meio de correio eletrônico e também anexado ao processo da mensagem no mesmo dia em que foram apresentados.

Nessa reunião, é aprovado o Requerimento nº 70, de 2011, Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Roberto Requião, que solicita realização de audiência pública para subsidiar esta Comissão na apreciação da Mensagem nº 151, de 2011.

Em 08/02/2011, esta presidência determinou que fossem enviados ofícios para o cumprimento de diligências aos procuradores federais responsáveis pelas investigações, ao Deputado Mauro Bragato, relator da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo, ao Engenheiro Civil Paulo Sidnei Ferraz, para que esses encaminhassem à Comissão de Serviços de Infraestrutura informações complementares referentes às investigações feitas pelo Ministério Público e sobre as investigações realizadas pela CPI do Estado de São Paulo.

Em reunião no dia 09/02/2012, a Presidente da Comissão submeteu ao Plenário sugestão do Senador Walter Pinheiro, de acordo com o Regimento Interno desta Comissão, para que a sabatina do Sr. Bernardo Figueiredo ocorresse no dia 15/02/2012. A solicitação foi aprovada pela maioria da Comissão, com exceção do Senador Roberto Requião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu Ofício nº 078, de 2012, do Subprocurador Geral da República, Antonio Fonseca, em resposta ao Ofício nº 08, de 2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria Geral da República ao TCU, sobre transporte ferroviário. O referido documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído aos Srs. Senadores nesta reunião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu do Sr. Paulo Sidnei Ferraz mensagem eletrônica com documento em anexo referente à indicação do Sr. Bernardo Figueiredo à ANTT. Esse documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído aos Srs. Senadores nesta reunião.

Em 14/02/2012, a Comissão recebeu o Ofício nº 593, de 2012, Ministério Público Federal, do Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva, em resposta ao Ofício 07, de 2012, desta Comissão, referente à representação da Procuradoria Geral da República ao TCU sobre transporte ferroviário. O referido documento foi encaminhado aos Srs. Senadores da Comissão por meio de correio eletrônico e será distribuído para os Srs. Senadores nesta reunião.

[...]

Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A minha participação nesta reunião é republicana como Senador da República Brasileira.

República, minha Presidenta, *res pública*, o Estado que é de todos os cidadãos, conceito ao qual se opõe o conceito da *res privada*, a coisa que é de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Nesse sentido eu quero contextualizar a minha intervenção.

O Sr. Bernardo Figueiredo foi assessor da Rede Ferroviária Federal. Nessa condição, foi um dos formatadores do processo de privatização das ferrovias brasileiras no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, depois de ter formatado, conforme explicita a sua própria biografia anexada à sua sabatina anterior da sua primeira condução à ANTT, ele assinou como representante do setor privado a privatização das ferrovias brasileira. Ainda foi diretor presidente da Interférrea, uma empresa privada de ferrovia. Como presidente da Interférrea, tinha participação em quatro outras ferrovias privatizadas. Posteriormente, foi presidente da associação das ferrovias privadas do País, uma atuação fortíssima no setor privado. Na sequência, veio a ser diretor da Valec.

Valec é uma empresa estranhíssima. Ela tem 370 funcionários, 250 dos quais – nas atividades fins, precípuas, e não de assessoria para o seu funcionamento – são comissionados. É um desequilíbrio absoluto. E dizem que indicados pelo setor privado, de onde se origina o Sr. Bernardo Figueiredo, indicado pelas consultorias e pelas empresas de ferrovia.

Pois bem, eu inicio, então, uma série de perguntas dentro desse contexto, que acredito ter exposto com clareza.

Por que, no seu segundo dia de mandato como Diretor-Geral da ANTT, em 16 de julho de 2008, o senhor entregou à América Latina Logística S.A. uma nova concessão ferroviária – Novoeste?

Ah sim, a Interférrea, da qual o Sr. Bernardo Figueiredo foi presidente, transformou-se na ALL, e o Sr. Bernardo Figueiredo era membro do Conselho de Administração da ALL, também dirigente da empresa.

Por que o senhor entregou à ALL uma nova concessão ferroviária, a Ferrovia Novoeste S.A., entregue através da Deliberação nº 258/08, e, poucos dias depois, em 6 de agosto, a Ferronorte S.A. (Ferrovia Norte Brasil), entregue através da Deliberação nº 289/08, e, poucos dias depois, em 9 de setembro, a Ferrobán (Ferrovia Bandeirantes S.A.), em São Paulo, através da Deliberação nº 359/08?

Com esses seus três atos relâmpagos dois dias depois de ter assumido o seu primeiro mandato na ANTT, além dos 7.304 quilômetros de malha ferroviária, entregou 478 locomotivas, 14.371 vagões à ALL – da qual, através da Interférrea, o senhor foi presidente e depois membro do Conselho de Administração –, que já explorava a Malha Sul em decorrência do leilão de privatização. A ALL recebeu, não pelos bons serviços prestados, mais 4.446 quilômetros de ferrovias, 456 locomotivas, 13.548 vagões, o que representou colocar 11.750 quilômetros de linha, 934 locomotivas e 27.919 vagões nas mãos de um único operador logístico, ou seja, mais de 40% de todo o parque ferroviário nacional na empresa da qual anteriormente o senhor fazia parte como presidente da Interférrea e como membro do Conselho de Administração da ALL.

Diz o seu currículo que a ALL é a empresa que o senhor estruturou – o seu currículo diz, não sou eu que estou dizendo –, em representação da qual assinou o contrato de concessão, que hoje fiscaliza, dela foi alto dirigente e depois seguiu representando-a quando criou e dirigiu a Associação Nacional de Transportes Ferroviários, a cada vez mais poderosa ANTF.

Essa concentração absurda de poder econômico, esse monopólio da ALL sobre 40% do parque ferroviário nacional nas regiões em que se concentra a maior parte do PIB brasileiro, ocorrida sob a sua gestão na ANTT, na minha opinião, é um escândalo. É um escândalo ainda maior porque cometido logo em seguida ao senhor ter sido sabatinado pelo Senado. Um escândalo inominável porque praticado nos primeiros dias da sua gestão.

[...]

É um escândalo ainda maior porque cometido logo em seguida ao senhor ter sido sabatinado pelo Senado. Um escândalo inominável porque praticado nos primeiros dias de mandato como Diretor-Geral, numa flagrante quebra de compromissos que assumiu aqui perante esta Comissão de Infraestrutura do Senado da República, à qual o senhor, na minha visão, incrivelmente está de volta para os mesmos propósitos de 2008 – ser aprovado como Diretor-Geral da ANTT.

É meu dever perguntar: o senhor considera ético que, durante a sua gestão na Diretoria Geral da ANTT e através de atos firmados pelo senhor, a ALL, empresa que o senhor estruturou, representou na concessão e dirigiu, cresça de modo incrível e ganhe essa dimensão gigantesca que hoje apresenta?

Mais uma pergunta: Que consequências para a economia nacional decorrem, na sua opinião, dessa absurda concentração de poder econômico nas mãos da empresa que o senhor constituiu, representou e dirigiu, a América Latina Logística, verificada durante a sua gestão na ANTT?

Eu considero que o negócio entre a ANTT e a ALL foi o que o Lula chamaria de uma maracutaia Perdoe-me a franqueza, mas é uma franqueza lulista, que eu trago aqui para a nossa Comissão. Ela foi travada na Justiça Federal de Piracicaba, em São Paulo, em 19/12/2002.

Sr. Bernardo Figueiredo, tratemos de um tema atualíssimo.

No dia 19/12/2011, quando o seu nome tramitava no Senado para a recondução ao cargo de diretor-geral da ANTT, o Ministério Público Federal de Piracicaba, São Paulo, obtinha liminar que proíbe a ANTT de levar adiante termo aditivo ao contrato de concessão assumido pela ALL, através do qual 2.375 vagões de titularidade do Dnit, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, seriam substituídos por 1.116 vagões da concessionária. Para realizar o negócio do interesse da ALL, o senhor peitou o Dnit e peitou o Ministério Público Federal, que lhe recomendou não fazê-lo. Só a Justiça Federal fez com que o senhor parasse esse negócio que envolveria uma cifra, à época, da ordem de R\$ 600 milhões.

Pergunto ainda, Sr. Bernardo Figueiredo, por que o senhor desconsiderou as manifestações escritas e incisivas do Dnit e desconsiderou a recomendação do Ministério Público para não realizar um negócio que era nocivo ao Dnit, ao patrimônio público, e que favorecia apenas aos interesses da ALL? É demasiado repetir que é a sua ex-empresa.

Sr. Bernardo Figueiredo, o § 1º do art. 6º da Lei nº 8.987/95, a Lei de Concessões, estabelece que o serviço público adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

A Resolução da ANTT de nº 44, de 4 de julho de 2002, estabelece diversos procedimentos relativos às solicitações de suspensão e supressão de serviços de transporte ferroviário e de desativação de trechos pelas concessionárias de serviço público de transporte ferroviário, com fundamento no art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, nos arts. 3º e 4º do Regulamento dos Transportes Ferroviários, Decreto nº 1.832, de 9196, e nos contratos de concessão.

Pois bem, é meu dever republicano lhe perguntar: Por que a ANTT permitiu, sem nenhuma penalização, que as concessionárias desativassem, no todo ou em parte, o serviço de transporte ferroviário em 2/3 da malha concedida, sem realizar os diversos procedimentos relativos às solicitações de suspensão e supressão de serviços de transporte ferroviário e desativação de trechos previstos na Resolução da ANTT nº 44, de 4 de julho de 2002?

Sétimo item. Que ações o senhor tomou para reverter essa situação, já que, em março de 2009, concedeu entrevista à *Revista Ferroviária*, admitindo, na ocasião, que 2/3 da malha ferroviária concedida a empresas privadas já estavam subutilizadas? Ou seja, o serviço público concedido de transporte ferroviário de cargas já não estava sendo prestado pelas concessionárias, de forma adequada, pois era irregular e descontínuo.

Em 6 de julho de 2011, já no fim do seu mandato, através da Deliberação da ANTT nº124, embora não tenha providenciado a penalização das infrações contratuais, a ANTT reconheceu o dever contratual das concessionárias de zelar pelos bens vinculados à concessão e determinou prazos para regularizar a situação de milhares de quilômetros de trechos de ramais ferroviários abandonados. Por que a ANTT permitiu que as concessionárias se desonerassem do ônus contratual da manutenção e conservação de aproximadamente 2/3 da malha ferroviária brasileira em detrimento e prejuízo do patrimônio público e de desenvolvimento nacional e, sobretudo, do desenvolvimento regional? É o caso do meu Estado.

Como gestor público dos contratos de concessão, pergunto a V. S^a, diante desta situação, se a ANTT calculou, para efeitos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão:

- a) o custo do prejuízo em obras de engenharia que o abandono da malha causou?;
- b) o custo em construções?;
- c) o custo para recuperação do patrimônio histórico arruinado, estações, etc?;
- d) qual o custo social do aniquilamento, sufocamento, de regiões por falta de infraestrutura?;
- e) qual o custo de dinheiro público gasto na manutenção do aumento da demanda do transporte ferroviário?; e
- f) quantas vidas foram ceifadas pelo excesso de caminhões sem rodovias, com a supressão do trabalho do sistema ferroviário no Brasil?

Segundo a representação, não minha, da Procuradoria-Geral da República contra a ANTT, no Tribunal de Contas da União, nº16.848, de 2011, este quadro de verdadeiro crime contra a economia nacional que representa o abandono de praticamente 2/3 terços da malha ferroviária brasileira tem o senhor como responsável. Não sou eu que digo. É a Procuradoria.

Diz a Procuradoria,

Na falta de efetivo controle, as concessionárias como que se apropriam do negócio do transporte ferroviário de carga como se fosse próprio. Fazem suas escolhas livremente, segundo seus interesses econômicos. O quadro é de genuína captura, em que o interesse privado predomina sobre o interesse público.

Sobre suas relações com a concessionária ALL, diz a Procuradoria-Geral da República. Não sou eu. É novamente a Procuradoria-Geral da República:

Pois bem, se a concessionária dilapida, ela própria, ou abandona bens públicos arrendados, descumprindo, durante mais de uma década, cláusulas de contrato administrativo, por certo, a Agência Reguladora tomou providências e exigiu soluções?

É uma pergunta. Segue a Procuradoria-Geral da República:

Não, nada fez até agora. Não aplicou multas. Não denunciou o contrato. Não exigiu investimentos quaisquer para a restauração ou reposição da estrutura e superestrutura, bem como dos bens móveis e imóveis afetos ao transporte ferroviário.

Pergunto eu: isso é verdade ou a Procuradoria-Geral da República mente a seu respeito?

Sr. Bernardo Figueiredo, o regulamento da ANTT diz que compete à ANTT fiscalizar o transporte ferroviário prestado pelas concessionárias privadas e a manutenção dos ativos arrendados por elas e que essa fiscalização deve ser exercida diretamente, com o apoio de suas unidades regionais.

A Lei nº10.871, de 20 de maio de 2004, que diz que as carreiras de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes são compostas de cargos de nível superior de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e cargos de nível intermediário de Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, afirma que é atribuição comum aos dois cargos a fiscalização do cumprimento das regras pelos agentes do mercado regulado.

A ANTT credenciou, por portaria de 2011, 769 servidores dela própria para o exercício das atividades de fiscalização, inspeção e controle de prestação de serviços das concessionárias.

Assim pergunto, Sr. Bernardo Figueiredo: por que, nas Regiões Sul e Centro-Oeste do Brasil e Estado de São Paulo, quase dominadas essas regiões pela ALL, que já contou com sua conhecida participação na privatização, na estruturação e na direção, estão lotados, desses 769 servidores, apenas 4 fiscais, sendo dois no Rio Grande do Sul e dois no Estado de São Paulo? Como o Senhor imagina que seria possível esses quatro fiscais protegerem a sociedade fiscalizando o serviço prestado pelas concessionárias privadas? O Sr. não está sendo duro demais com a ALL colocando quatro bravos fiscais para 11.750 km de linha, 934 locomotivas e 27.919 vagões? Quatro fiscais para 40% de todo o parque ferroviário brasileiro?

Como o Senhor responde à afirmação, não minha, mas da Procuradoria-Geral da República, de que é flagrante a irregularidade e a ilegalidade na determinação da SUCAR que proíbe a emissão de autos de infração por especialistas em regulação da ANTT em desfavor das concessionárias ferroviárias, em descompasso com a legislação vigente, que autoriza os Especialistas em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres e Técnicos em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres a lavrarem tal infração?

Por que a ANTT não cumpre o disposto na cláusula 10ª, que trata das infrações e penalidades do contrato de concessão a ALL (Mato Grosso do Sul, em 27.02.97), bem como os arts. 21 e 22 da Resolução ANTT nº442/04, que determinam, Sr. Bernardo Figueiredo, que, quando verificada na fiscalização das concessionárias ferroviárias, qualquer infração cometida pela concessionária às cláusulas do contrato, será lavrado auto de infração no local em que verificada a falta, conforme prova o documento apresentado pela ANTT ao Ministério Público Federal?

Por que a ANTT adota, na fiscalização das concessionárias ferroviárias somente o procedimento que recomendou o Memorando-Circular nº18 da SUCAR? O Memorando dá a seguinte orientação – e vejam os Srs. Senadores que maravilhosa orientação: “Em caso de problema grave em que haja a proposta de aplicação de penalidade à concessionária, deverá ser elaborada não a multa, mas uma nota técnica.”?

O que a ANTT faz com essas notas técnicas emitidas pelos fiscais propondo a aplicação de penalidade à concessionária ferroviária? Por que a ANTT não providenciou os talonários de multa para a fiscalização ferroviária, já que a ANTT dispõe de talonários específicos para registrar autos de infração das concessões rodoviárias do transporte de cargas? Por quê?

O Senhor considera que a Procuradoria-Geral da República mente quando afirma que tais fatos confirmam que o poder concedente permite que as concessionárias literalmente abandonem trechos ferroviárias, permitindo o sucateamento e a destruição de bens públicos sem tomar as providências que determina a legislação e proibindo que os técnicos em regulação assim o façam? Eles estão proibidos de tomar as providências legais.

Pergunto: o que o Senhor fez e faz para evitar o abandono de trechos concedidos às concessionárias?

Por que, Sr. Bernardo Figueiredo, o Senhor não fiscaliza e nem deixa fiscalizar?

Sr. Bernardo Figueiredo, a cláusula 12ª do contrato de concessão da ALL e o art. 6º da Resolução nº044/2002 dizem que cabe à ANTT nomear anualmente uma comissão de fiscalização para cada concessionária ferroviária composta por representantes da agência, da concessionária a ser fiscalizada e dos usuários dos seus serviços, dos usuários dos seus serviços. Pergunto: Por que o Senhor, nos anos em que está à frente da direção geral da ANTT, nunca nomeou, em tempo algum, a referida comissão de fiscalização prevista no contrato de concessão e nas próprias normas da agência?

No período de 2007 a 2011, o Governo Federal gastou pelo menos, Sr. Bernardo Figueiredo, R\$623 milhões com obras em ferrovias que foram concedidas ou arrendadas. Não foram os concessionários. Foi o Governo Federal. São obras que o Dnit faz com

os seus próprios meios na malha ferroviária que está entregue à exploração direta, em regime de monopólio, das empresas privadas concessionárias. Essas obras, custeadas com recursos federais, melhoram significativamente as condições de operação e lucratividade dessas empresas privadas. No entanto, não consta ter havido qualquer devolução à União de nenhum centavo dos lucros provenientes dessa melhoria das condições de exploração, que foi causada com obras pagas pelo dinheiro da União. Além disso, a realização de investimentos pela União altera as condições contratuais da concessão, depois da licitação respectiva, sem que as vantagens desses investimentos pudessem constar das propostas dos licitantes, que os desconheciam à época da licitação. É evidente a necessidade de alteração do equilíbrio econômico-financeiro desses contratos de concessão em função de obras já realizadas pela União. Inclusive, essa situação é reconhecida formalmente pelo Tribunal de Contas da União em várias ocasiões. Cito, Sr. Bernardo Figueiredo, em particular, o Acórdão 2006/2007, plenário, e Decisão 657, de 2002, do Tribunal de Contas da União.

Foi realizado pela ANTT durante a sua gestão qualquer procedimento de revisão do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão ou arrendamento das ferrovias beneficiadas por obras federais no período em razão dessas mesmas obras? Se foi, em caso positivo, eu lhe pergunto: quais as obras que deram ensejo a alguma revisão dessa natureza? Quais os efeitos financeiros sobre os contratos alcançados por essas revisões? Quais os processos administrativos nos quais foram feitas a revisão e a repactuação do equilíbrio econômico-financeiro e quando foi publicada a formalização do respectivo aditivo contratual no Diário Oficial da União? Porque, não havendo publicação, não existe repactuação nem mesmo aditivo.

O ilustre Senador Delcídio Amaral, relator da área de transporte do Orçamento Federal, anunciou que o seu relatório pedia a rejeição de emendas que somavam R\$ 494 milhões para trechos administrados pela América Latina Logística com o argumento de que a aplicação de recursos públicos em concessões afronta o Ordenamento Jurídico Nacional. Dias depois, o Senador Delcídio anunciou que mudaria o seu parecer, como de fato mudou, para acolher as emendas para as ferrovias sob concessão. Segundo o jornal *O Valor*, de 12/12/2011, o parlamentar, que é o nosso Senador Delcídio, reconhece que seu posicionamento gerou reações entre as partes afetadas. Aí vem pressão de tudo que é lado, de parlamentar, de todo mundo.

Fomos trabalhar o texto para achar uma saída, revelou o Senador Delcídio. A imprensa especializada, revelou ainda, que o Senador Delcídio, que pode nos confirmar isso, tomou a decisão após reuniões com o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Bernardo Figueiredo.

De fato, em 8 de dezembro de 2011, V. S^a enviou ao relator da área de transportes do Orçamento Federal, que fez constar do seu relatório o Ofício nº 918, de 2011, no qual afirma que a ANTT se compromete a quantificar o proveito para as concessionárias decorrente de todas as obras realizadas pela União ou suas empresas em trechos de ferrovias concedidos ou arrendados a empresas privadas, bem como verificar e formalizar, mediante aditivos contratuais, a recomposição do equilíbrio financeiro da respectiva concessão em função das melhorias operacionais trazidas pelas obras, atividade desenvolvida pela concessionária.

Devo, então, perguntar, porque me autoriza a fazê-lo a sua longa folha corrida de excelentes serviços prestados ao setor privado, às ferrovias brasileiras: o Senhor fez pressão sobre o Congresso Nacional em favor da liberação de dinheiro público para favorecer empreiteiras e três concessionárias ferroviárias privadas, duas das quais, a FCA e a ALL, que foram estruturadas pelo senhor, representadas pelo senhor na assinatura dos contratos de privatização e das quais o senhor foi autodirigente e, depois, representante associativo através da ANTF? Como o senhor qualifica, do ponto de vista ético, este seu comportamento? Inominável? Inqualificável? Ou apenas não republicano?

Se a ANTT agora se compromete a realizar esta revisão – e deve mesmo fazer, e deveria tê-la feito desde sempre –, por que não fez antes, durante todo o prazo de gestão de V. Ex^a à frente da ANTT? Os R\$623 milhões de dinheiro público, que as concessionárias ferroviárias privadas se apropriaram, apenas entre 2007 e 2011, também serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos ou o passado é o passado, e vamos ter uma vida nova daqui para frente? E o dinheiro do Orçamento abocanhado em exercícios anteriores a 2007? Como esse reequilíbrio será obtido? O que o senhor fez até agora para que o equilíbrio seja realizado?

O art. 36, Sr. Bernardo Figueiredo, da Lei das Concessões, estabelece:

Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Resolução nº 1.318, do Conselho Federal de Contabilidade, Item 55 (k), orienta no seguinte sentido:

55. (k) os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, se declarados reversíveis pelo poder concedente por serem necessários à continuidade da prestação de serviço concedido, serão indenizados pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da concessionária, depois de deduzidas as

depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes de reavaliação. Tal custo estará sujeito à avaliação técnica e financeira por parte do poder concedente. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não é considerada investimento.

Na privatização, que o senhor modelou, as concessionárias não investem na infraestrutura da via permanente, porque desobrigadas contratualmente. Logo, do ponto de vista dela, seria dinheiro perdido. Melhor é colocar dormentes de eucaliptos não tratados, abandonar quilômetros de linhas para poder canibalizá-las. Mas as concessionárias ferroviárias não perdem uma oportunidade sequer para trombetear que têm investido somas vultosas nas ferrovias depois da privatização.

Segundo a ANTF e CNT (Confederação Nacional dos Transportes), entre 1997 e 2010, as concessionárias privadas teriam investido 24 bilhões no setor ferroviário, enquanto o valor aplicado pela União foi de 1,3 bilhão, dezoito vezes menor. Não dizem, contudo, o que o estudo do IPEA revela: que próximo de 80% dos valores investidos pelas concessionárias privadas são oriundos do velho BNDES.

Há uma forte preocupação, inclusive no Tribunal de Contas da União, de que a indefinição sobre quais sejam os bens que, ao termo das concessões, serão declarados reversíveis gere uma dívida monumental para a União. A responsabilidade ou irresponsabilidade aqui é, sem nenhuma sobra de dúvida, da ANTT, porque, preocupado, o Tribunal de Contas da União realiza uma auditoria na ANTT acerca do controle e fiscalização dos investimentos realizados nas ferrovias concedidas. A auditoria está processada sob o número 0087992011/3 e está na pauta para julgamento hoje. Logo este furor trombeteiro da ANTF, que o senhor criou e dirigiu, obra sua, criatura sua, sobre os supostos milionários investimentos das concessionárias privadas e que são reproduzidos amplamente pela mídia, seria a preparação da opinião pública para as concessionárias privadas apresentarem mais tarde a fatura de bilhões e bilhões ao Estado brasileiro, uma vez que não estariam claramente definidas as regras e condições para a definição do que sejam os investimentos reversíveis e não reversíveis. Tarefa que cabe mais uma vez a quem? A mim? Não. À ANTT.

Pergunto: O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quais as responsabilidades que o senhor cumpriu e descumpriu nesse particular? Que riscos o Estado brasileiro corre nesse assunto?

Pergunto: O que a ANTT tem feito para evitar o anunciado assalto aos cofres públicos pelas concessionárias ao final das concessões? A ANTT separa o valor dos investimentos do valor gasto em manutenção da concessão ou aceita o saco de gatos que o palavrório da ANTF martela na mídia? Se positivo, vamos quantificar.

Sr. Bernardo Figueiredo, por que a ANTT se recusa a cobrar as multas aplicadas pela RFFS/A às concessionárias privadas? Quantas são as multas não cobradas? Qual o valor global delas? Queira nos explicar a destruição do patrimônio público investigado pela Operação Fora dos Trilhos, iniciada pela Polícia Federal, em Piracicaba, São Paulo, e quais as responsabilidades da ANTT?

Os 2.375 vagões que o senhor queria entregar para destruição, canibalização, para a ALL, do que foi impedido pela Polícia Federal, fazem parte da prova material dos crimes que são investigados pela Polícia Federal pela Operação Fora dos Trilhos. Se positivo, a negociata da ANTT com a ALL poderia resultar na destruição das provas materiais de crimes praticados pela ALL, empresa criada pelo senhor, crimes que teriam sido praticados com a conivência da ANTT, dirigida pelo senhor.

O senhor estruturou a privatização das ferrovias brasileiras, como agente público, e participou da privatização, como agente privado, voltou ao Estado, na Cofer, para estruturar a ANTT, órgão de fiscalização dos contratos que o senhor criou como agente público e assinou como agente privado. Como o senhor da conta de tantas contradições?

Sr. Bernardo Figueiredo, como o senhor explica o art 3º, §3º da Resolução da ANTT nº 3.695, de 2011? Não se trata de uma disposição que praticamente torna letra morta o tráfego mútuo e o direito de passagem, a propalada concorrência entre prestadores, uma vez que uma empresa como sua empresa estruturada, a ALL, especialmente no sul do Brasil, terá, na maior parte de suas cargas, origem e destino na sua malha?

Quero concluir com algumas considerações sobre essa medida supostamente inovadora e modernizadora da passagem livre pelos trilhos.

Quando a concessão foi feita, o contrato impunha às empresas concessionárias a obrigação de pôr o sistema brasileiro para andar. Agora, de repente, essa obrigação é suprimida por essa mágica supostamente beneficiadora do interesse público. Eles não precisam operar mais. Não tem que se responsabilizar por vagões e rodovias. Eles cobram pedágio e qualquer um pode utilizar a estrutura. Ao invés do investimento, ganham uma estrutura para cobrar pedágio. É como funcionam os pedágios nas rodovias. O concessionário mantém os trilhos e os outros empresários ou iniciativas privadas colocam os seus trens, os seus vagões e as suas locomotivas a transitar sobre isso tudo.

Sr. Bernardo Figueiredo, eu, pelas informações que tenho, não desconheço a sua capacidade técnica. Mas, por tudo o que expus, pelo que eu lhe perguntei, o senhor estaria, para o Brasil, para o interesse público, muito melhor cuidando dos interesses privados, que foi o que senhor fez até agora, sem vínculo com o Estado, sem participação na diretoria-geral da ANTT, porque eu prevejo que, no futuro, nós vamos ter uma complicação com o meu discurso, com os dados e com os

documentos, que vai concorrer com a Amaury Júnior, vai se chamar privataria dois.

Eu quero passar à Mesa, Senadora Lúcia Vânia, para orientação do nosso entrevistado, uma cópia das perguntas que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Agradeço o Senador Requião.

Vamos passar a cópia para o Sr. Bernardo Figueiredo.

Passo a palavra ao Sr. Bernardo para responder as questões.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – São inúmeras as questões. Vou respondê-las no que se refere as ações da ANTT. As avaliações quanto a minha pessoa, eu respeito a opinião do Senador e não acho que seja o caso de debatê-las aqui.

Li, detalhadamente, a peça do Ministério Público, em que o Senador se baseia na maior parte dos seus questionamentos, mas tenho uma questão que antecede a isso: o papel que eu tive no processo de privatização.

[...]

Não tenho nenhuma responsabilidade pela estruturação da ALL nem de nenhuma outra ferrovia. Funcionei como executivo e porque eu tenho...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Permita-me só uma observação. O currículo que o senhor apresentou na sua primeira condução, currículo de sua responsabilidade, evidentemente, diz o contrário do que o senhor está dizendo agora; o senhor se atribui a formatação disso tudo.

O SR. BERNARDO JOSÉ FIGUEIREDO GONÇALVES DE OLIVEIRA – Eu fui sócio... Eu fui do Conselho – é isso que consta do meu currículo – e sai do Conselho antes de 1999. Fui convidado para assumir a ANTF, que, na época, segundo o modelo definido de privatização da ferrovia, devia ter uma função no Brasil muito parecida com a da AAR, que existe nos Estados Unidos – é uma associação de operadores privados – e que faz uma parte da regulação – regula o tráfego mútuo, faz compensação tarifária, faz desenvolvimento tecnológico, faz teste de equipamentos. Nós, hoje, no Brasil, adotamos a certificação das rodas de trem da AAR, que é essa associação americana. E o Governo, quando fez a privatização, achou que deveria

ter uma associação parecida no Brasil, e eu fui convidado para estruturar essa associação, fiquei lá dois anos.

[...]

Mas existe na questão principalmente dos questionamentos do Ministério Público, e eu não diria que isso é proposital, mas, se você tem uma história, um período histórico em que vários fatos aconteceram – e eu estou aqui –, e, de repente, se abstrai do momento em que essas coisas aconteceram e junta tudo como se tudo... Quer dizer, o Bernardo Figueiredo passou a ser o responsável por todo o descalabro que ocorreu na ferrovia de 1970 até 2008. Isso não é verdade! Isso não é verdade, simplesmente pelos fatos terem ocorrido antes. Não tem nenhum fato apontado pelo Ministério Público que tenha ocorrido na minha gestão, exceto o fato de eu ter revogado uma decisão da ANTT, por solicitação deles, anterior à minha gestão, certo? Eles procuram desqualificar dizendo que eu revoguei depois de três resoluções, mas isso não anula a ilegalidade do que foi feito. Não foi revogado para anular ilegalidade. Ilegalidade não se anula. Foi revogado porque eles pediram. Eu sou contra, eu era contra revogar. Eu achava que era um erro revogar, porque eu acho que é melhor que o trecho seja retirado da concessão, que seja feita uma nova concessão, com outro tipo de contrato, com um contrato que seja realmente um contrato que encaminhe a solução dos problemas, que tenha outro operador, que a gente amplie a possibilidade da oferta de serviço. Então, eu tenho outro encaminhamento.

O senhor fala da questão da multa. O Ministério Público fala isso. Não vou atribuir ao senhor uma coisa que foi o Ministério que falou. O MP fala que a ANTT foi leniente e omissa em relação à fiscalização das concessões.

[...]

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Perguntaria ao Senador Requião se está satisfeito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para os Srs. Senadores terem uma ideia, hoje, o transporte ferroviário, e eu me suporto nos cálculos do Sul do Brasil, custa 103% o valor do transporte rodoviário. 103%. Normalmente ficaria 30% abaixo desse preço.

Eu acho que o Sr. Bernardo Figueiredo está fazendo um trabalho. Eu não concordo é com a orientação do trabalho dele.

Eu vou expor para vocês uma proposta que a ANTT fez e que repetiu à exaustão em audiências públicas no Paraná.

A ANTT queria realizar um trecho entre Guarapuava e Ipiranga. E de que forma faria esse trecho? Ela pretendia que esse trecho fosse feito através de uma PPP. Seria a primeira PPP federal no Brasil.

Como é que essa PPP se daria? A ALL, evidentemente, tinha interesse no trecho porque fica nas intersecções da sua malha. Ninguém mais poderia fazer a linha da ALL. O trecho seria feito por uma empreiteira financiada pelo BNDES. Bacana! O custo e o pagamento seriam da ALL. Isso foi anunciado, debatido, repetidamente no Paraná. Mas, o Governo Federal, nessa sua intenção de estimular – na visão do Sr. Bernardo Figueiredo, que não é a minha, que fique bem claro esse fato – abriria mão do valor da concessão que, à época, Sr. Bernardo Figueiredo, era da ordem de R\$52,00 ou R\$54,00 milhões por ano. Não sei qual é o fator de correção. Então, o BNDES emprestava o dinheiro, a empresa pagava com aquilo que não pagaria mais pela concessão da trama sul. Ficaria proprietária do trecho e se remuneraria porque ficava numa intersecção da Ferroeste, que é concessão do Estado do Paraná. Se remuneraria, além dos R\$ 52 milhões que deixava de pagar, cobrando pedágio.

Logo depois, surge essa maravilha de que elas podem alugar suas estradas e cobrar pedágio sobre elas, perdendo as obrigações. É evidente, Sr. Bernardo Figueiredo, que é uma visão que não é a minha, que não é a visão republicana. É a tentativa de criar uma estrutura ferroviária associando benesses públicas a empresas privadas. Não digo nem que a longo prazo não chegue a dar certo, mas é uma expropriação do poder público em benefício da empresa privada. Imaginem os Srs: o Estado, a União, abre mão do pagamento da concessão, o BNDES financia, a empresa escolhe a empreiteira que quer fazer - daí ela que ganhou a concessão, a obra -, estabelece o preço. O BNDES paga, ela ressarce o BNDES com o dinheiro da concessão e fica dona dos trilhos. Esse é tipo de comportamento que o Sr. Bernardo Figueiredo imprime à agência. É a visão dele. Não estou fazendo uma condenação, não o estou agredindo com hipóteses de corrupção. Estou simplesmente dizendo que a República não aceita esse tipo de visão do desenvolvimento do processo ferroviário que, aliás, não está acontecendo. Na verdade, não respondeu às minhas perguntas, fez uma autolouvação. Lembro-me do meu pai me dizendo que elogio em boca

própria é vitupério. O senhor se elogiou muito, mas não respondeu às ações, não respondeu aos questionamento que fiz.

Faço aqui a minha declaração de voto, se eu vier votar. Vou votar contra a recondução do Sr. Bernardo Figueiredo porque acho que não tem a visão republicana do sistema. Ele tem uma visão privatista. Foi ele que formatou isso. Não sou eu que estou dizendo, é ele mesmo, no seu currículo anterior. Ele se afirma e se credencia como especialista na formatação, na época de Fernando Henrique e tudo o mais. Essa visão não é a minha. Acho que não é a visão que interessa à República, Sr. Bernardo, à *res publica*, ao Estado, à coisa que é de todos nós cidadãos. Interessa à *res* privada, que é o desenvolvimento favorecendo alguns grupos econômicos. Acho que a sua postura, nesse processo tudo, é um erro, e o prejudicado nisso é o Brasil, que está vendo as ferrovias desaparecerem. Ao mesmo tempo em que o transporte não recebe o apoio que seria de se esperar para o escoamento da nossa produção, estamos em aventuras espetaculares de trem-bala. Começou, Sr. Bernardo Figueiredo, na Valec, por R\$10 bilhões. Depois pulou para R\$19 bilhões. Daí foi para a ANTT e virou R\$36 bilhões. Assim, como aquele trecho de Ipiranga que foi avaliado pelo Governo do Estado em 150, pelo Presidente da ALL, que queria fazê-lo, em 220 e depois na mão do Governo Federal e do Orçamento, por meio da ANTT, salta para 540. E foi anunciado, posteriormente, pelo Ministro Paulo Bernardo, por 750. Não entendo e não aceito essa variações; não entendo e não aceito a sua visão comportamental e a sua ação que não interessa, a meu ver, à República.

[...]

Assim, fica claro que a rejeição ao nome do senhor Bernardo Figueiredo pelo Senado Federal foi precedida de ampla e profunda análise da sua atuação como agente público e fundou-se, fortemente, nos resultados da atuação da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União.

3. O planejado assalto aos cofres públicos detectado pelo Tribunal de Contas de União - Processo TC-008.799/2011-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

Na tarde do dia em que a Comissão de Serviços de Infraestrutura realizava a sabatina do indicado, ocorrida pela manhã, o Tribunal de Contas da União julgou o Processo TC-008.799/2011-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA), sobre o qual o Representante arguiu o indicado da Presidente, nos seguintes termos:

[...]

Há uma forte preocupação, inclusive no Tribunal de Contas da União, de que a indefinição sobre quais sejam os bens que, ao termo das concessões, serão declarados reversíveis gere uma dívida monumental para a União. A responsabilidade ou irresponsabilidade aqui é, sem nenhuma sobra de dúvida, da ANTT, porque, preocupado, o Tribunal de Contas da União realiza uma auditoria na ANTT acerca do controle e fiscalização dos investimentos realizados nas ferrovias concedidas. A auditoria está processada sob o número 0087992011/3 e está na pauta para julgamento hoje. Logo este furor trombeteiro da ANTF, que o senhor criou e dirigiu, obra sua, criatura sua, sobre os supostos milionários investimentos das concessionárias privadas e que são reproduzidos amplamente pela mídia, seria a preparação da opinião pública para as concessionárias privadas apresentarem mais tarde a fatura de bilhões e bilhões ao Estado brasileiro, uma vez que não estariam claramente definidas as regras e condições para a definição do que sejam os investimentos reversíveis e não reversíveis. Tarefa que cabe mais uma vez a quem? A mim? Não. À ANTT.

Pergunto: O que o senhor tem a dizer sobre isso? Quais as responsabilidades que o senhor cumpriu e descumpriu nesse particular? Que riscos o Estado brasileiro corre nesse assunto?

Pergunto: O que a ANTT tem feito para evitar o anunciado assalto aos cofres públicos pelas concessionárias ao final das concessões? A ANTT separa o valor dos investimentos do valor gasto em manutenção da concessão ou aceita o saco de gatos que o palavrório da ANTF martela na mídia? Se positivo, vamos quantificar.

[...]

De fato, a preocupação do Representante Roberto Requião expressada durante a sabatina do senhor Bernardo Figueiredo era justificada. A referida auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União detectou que as ações e omissões do indicado da Presidente quando diretor-geral da frente da ANTT engendraram uma situação de grave risco para o patrimônio público, inclusive pela permissão às concessionárias ferroviárias, as maiores delas criadas por ele, para contabilizarem ilegalmente despesas de custeio como se fossem investimentos a serem ressarcidos pela União. É o que se vê do Acórdão nº 312/2012 - TCU - Plenário:

[...]

1.8. Dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres que:

a) a continuidade da elevada ociosidade das linhas férreas concedidas, oriundas da extinta RFFSA, compromete a consecução dos princípios elencados no § 1º do art. 6º da Lei 8.987/1995, e, além de agravar o risco da ocorrência de danos ao Erário, poderá comprometer o objetivo expresso pelo PNLT de ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transporte de cargas (Achado I, itens 107 a 183);

b) a autorização para desativação de pátios e trechos ferroviários subutilizados ou em completo desuso está revestida de caráter extraordinário e implica, necessariamente, o recálculo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, decorrente da desoneração de encargos da concessionária relativos à conservação, guarda e operação de trechos menos rentáveis, o que deverá se refletir na redução dos tetos tarifários vigentes e/ou acréscimo do valor a ser pago pela concessionária;

c) a recusa da ANTT em proceder ao recálculo do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, decorrente da devolução de pátios e trechos ferroviários concedidos, poderá caracterizar afronta ao disposto no art. 25, inciso II, c/c art. 24, inciso VI, da Lei nº 10.233/2001;

d) a ausência de norma regulamentadora disciplinando o cálculo da indenização, devida pelos bens que forem declarados reversíveis, constitui lacuna regulatória que, além de ensejar riscos da ocorrência de dano ao erário, pode comprometer o objetivo expresso no PNLT de ampliar a participação do modal ferroviário na matriz de transporte de cargas, em face das incertezas que afetam as decisões de investimento das concessionárias;

e) eventual aprovação de resolução, ou qualquer outro ato normativo, que venha a estabelecer que dispêndios de qualquer natureza, realizados em superestrutura de via permanente das malhas oriundas da extinta RFFSA, possam ser considerados "investimentos" para fins de apuração da "base de remuneração da concessionária", e, conseqüentemente, gerar possibilidade de pagamento de indenização, sob qualquer forma, contraria o disposto na Cláusula Décima Sexta, inciso III, dos contratos de concessão, o que poderá ter como implicações a violação do disposto na Constituição Federal, arts. 165 e 167, § 1º; na Lei Complementar 101/2000, art. 5º, § 5º, e artigos 15 e 16, pois acarretaria a criação de despesa para a União não prevista em lei e não decorrente de obrigação contratual explícita estabelecida originalmente nos contratos de concessão e arrendamento;

de concessão, o que poderá ter como implicações a violação do disposto na Constituição Federal, arts. 165 e 167, § 1º; na Lei Complementar 101/2000, art. 5º, § 5º, e artigos 15 e 16, pois acarretaria a criação de despesa para a União não prevista em lei e não decorrente de obrigação contratual explícita estabelecida originalmente nos contratos de concessão e arrendamento;

f) o exercício da atividade regulatória, ainda que possa demandar alterações ou acréscimos no marco regulatório vigente, não pode desconsiderar que a ANTT dispõe de competência limitada para promover alterações nas condições contratuais originalmente pactuadas, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

[...] "

Assim como a Representação nº 16.848 da Procuradoria Geral da República, o Acórdão nº 312/2012 - TCU - Plenário também teve papel determinante na rejeição do nome do senhor Bernardo Figueiredo pelo Senado, o que Vossa Excelência pode verificar nas notas taquigráficas da sessão em que se procedeu à discussão e votação (rejeição) da Mensagem Presidencial 151/2011.

No dia em que o Senado iria discutir e votar em Plenário a Mensagem Presidencial nº 151/2011, propondo a recondução do senhor Bernardo Figueiredo para a direção-geral da ANTT, chegou à Casa o Relatório da Auditoria realizada no Processo TC-008.799/2011-3, e a imprensa nacional especializada, em especial o jornal Valor Econômico, publicou com amplo destaque os resultados encontrados:

TCU aponta irregularidades da ANTT em ferrovias concedidas

<http://www.valor.com.br/brasil/2557650/tcu-aponta-irregularidades-da-antt-em-ferrovias-concedidas>

Para o TCU, agência não fiscaliza as ferrovias -

<http://www.valor.com.br/brasil/2558462/para-o-tcu-agencia-nao-fiscaliza-ferrovias>

Ferrovias nacionais têm índice deficiente de segurança, alerta o TCU

<http://www.valor.com.br/brasil/2557844/ferrovias-nacionais-tem-indice-deficiente-de-seguranca-alerta-o-tcu>

TCU respalda restrições a recondução na ANTT

<http://www.valor.com.br/politica/2558410/tcu-respalda-restricoes-reconducao-na-antt>

Para o TCU, concessionárias de ferrovias sucateiam malha nacional

<http://www.valor.com.br/brasil/2557796/para-o-tcu-concessionarias-de-ferrovias-sucateiam-malha-nacional>

ANTT tem 45 dias para explicar irregularidades em ferrovias ao TCU

<http://www.valor.com.br/brasil/2557746/antt-tem-45-dias-para-explicar-irregularidades-em-ferrovias-ao-tcu>

O Senado Federal, como de resto a sociedade brasileira, mostrou-se surpreso e indignado diante da descoberta do Tribunal de Contas da União de que o senhor Bernardo Figueiredo, no comando da ANTT, permitia que as concessionárias privadas, algumas organizadas por ele (como a América Latina Logística – ALL e a Ferrovia Centro Atlântica – FCA), e a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF, fundada por ele, inventassem, ilegalmente e ao arrepio dos contratos de concessão, crédito em favor das empresas privadas perante a União em valores que, até aquele momento, já alcançavam a espantosa cifra de R\$ 25,5 bilhões. Veja Vossa Excelência o que o Tribunal de Contas da União diz a respeito, no Acórdão nº 312/2012 - TCU - Plenário:

[...]

Tema 2 - Reversibilidade dos bens vinculados à concessão.

77. Ao final das concessões, os bens adquiridos pelas concessionárias que forem considerados indispensáveis à manutenção da operação serão transferidos ao Poder Concedente, mediante indenização, caso tais ativos não tenham sido integralmente depreciados/amortizados durante a vigência da concessão.

78. Em relação a esse aspecto, a cláusula 16, inciso III, do Contrato de Concessão firmado com a concessionária MRS Logística S.A (e reproduzida nos demais contratos de concessão) estipula que:

Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CONCEDENTE pelo valor residual do seu custo, **apurado pelos registros contábeis da CONCESSIONÁRIA**, depois de deduzidas as depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes de reavaliação. Tal custo estará sujeito a avaliação técnica e financeira por parte da CONCEDENTE. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente, descrita no Anexo... não será considerada investimento para fins deste contrato (grifou-se).

79. Trata-se de inserção no texto contratual de obrigação insculpida na Lei 8.987/1995, que, em seu art. 36, prevê a indenização pelos bens reversíveis nos seguintes termos:

Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

80. O Poder Concedente deve dispor, portanto, de instrumentos de acompanhamento, análise e controle contábil, pois é com base nos registros contábeis elaborados pelas concessionárias, segundo estabelecem os contratos de concessão, que será apurado o valor residual dos bens que forem declarados reversíveis. Nesse sentido, a Lei prevê:

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários (grifou-se).

81. Com relação aos investimentos realizados pelas concessionárias, cabe assinalar que a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) divulgou estimativas de que os investimentos privados no setor, no período de 1997 a 2009, alcançariam **R\$ 25,627 bilhões** (Disponível em: http://www.antfferrovias.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=105 . Acesso 24 janeiro 2011 – TC 003.142/2011-6 – Peça 1, p. 4).

82. Os valores declarados pela ANTF carecem de verificação, especialmente quando se observa que tal montante, caso procedente, poderia ser superior ao valor patrimonial dos ativos fixos da extinta RFFSA, estimados em R\$ 25,2 bilhões, segundo avaliação realizada em 2004 pela empresa Plansul. Do total de ativos da extinta RFFSA, um percentual de 94% foi transferido, sob a forma de arrendamento, às concessionárias.

83. Posteriormente, a ANTF publicou novas estimativas, que reduziam o montante de investimentos das empresas do setor, entre 1997 e 2009, para algo em torno de R\$ 21 bilhões (Ver documento disponível em <http://www.antfferrovias.org.br/joomla/pdfs/presidenciais.pdf>).

A questão da reversibilidade dos bens pressupõe a definição do conceito de investimento, diferenciando-o do mero custeio das operações. Caso a definição não seja precisa e de aplicação incontestada, incorre-se em risco de a União vir a indenizar as concessionárias por despesas de natureza operacional, o que poderá gerar encargos consideráveis, indevidos e prejudiciais aos cofres públicos.

84. A questão da reversibilidade dos bens pressupõe a definição do conceito de investimento, diferenciando-o do mero custeio das operações. Caso a definição não seja precisa e de aplicação

inconteste, incorre-se em risco de a União vir a indenizar as concessionárias por despesas de natureza operacional, o que poderá gerar encargos consideráveis, indevidos e prejudiciais aos cofres públicos.

85. Por outro lado, a falta de definição também pode gerar questionamentos por parte das concessionárias quanto aos critérios utilizados para declaração de bens reversíveis, e quanto aos valores indicados a esses bens, os quais virão a compor a indenização que lhes é devida quando da extinção das outorgas. De fato, a ANTF apontou na entrevista realizada a insatisfação das concessionárias em face da ausência de norma regulamentadora a esse respeito.

86. A necessária diferenciação entre os valores de investimento e custeio operacional deve ocorrer adequadamente, no sentido em que os valores estejam devidamente registrados nas demonstrações contábeis elaboradas pelas concessionárias, bem assim o controle físico dos bens em inventário.

87. O Poder Concedente, representado pela ANTT, deve, por sua vez, dispor de instrumentos de acompanhamento, análise e controle físico-contábil, pois será com base nesses registros, segundo estabelecem os contratos de concessão, que será apurado o valor residual dos bens que forem declarados reversíveis. A ANTT também deve dispor de meios de acompanhar e deduzir as depreciações e quaisquer acréscimos decorrentes da reavaliação de ativos.

88. Caso a ANTT não esteja habilitada para executar todos os controles necessários, por meio de procedimentos regulares instituídos por normas administrativas, a Agência estará incorrendo em risco de não ser capaz de calcular os valores devidos às concessionárias por bens declarados reversíveis.

89. Cabe observar que a declaração da reversibilidade dos bens é prevista para ocorrer ao término da concessão, o que não deve ser confundido com a data de encerramento dos contratos em vigor. Isto porque a Lei 8.987/1995 prevê, em seu art. 35, outras situações que podem antecipar o encerramento, tais como a rescisão contratual, de iniciativa da concessionária, ou a encampação e, ainda, a declaração de caducidade, sendo estas últimas de iniciativa do Poder Concedente.

90. Segundo estabelece o § 2º do art. 35: “§ 2º **Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários**” (grifou-se).

91. Tal dispositivo não significa que, só então, o Poder Concedente possa dar início à verificação dos registros contábeis e financeiros da concessionária, ou ao acompanhamento e controle dos bens físicos para fins de avaliar sua necessidade para a continuidade dos serviços.

92. Os Contratos de Concessão e os Contratos de Arrendamento, originados com a desestatização das ferrovias, são contratos administrativos, havendo sido celebrados sob a égide da Lei 8.666/1993.

93. Convergem os doutrinadores no sentido de identificar, como característica peculiar aos contratos administrativos, a preeminência do interesse público sobre o interesse particular, da qual decorre a faculdade de a Administração, no exercício de seu poder regulamentar, inserir-lhes as chamadas “cláusulas exorbitantes”, dentre estas, as que permitem o amplo controle e fiscalização da execução do contrato e a possibilidade de impor sanções ao particular.

94. Sendo assim, o encargo de acompanhar e fiscalizar os contratos, ao longo de sua execução e não apenas após o seu término, compete à ANTT, conforme atribuição conferida pela Lei 10.233/2001, em seu art. 25, inciso II. De tal competência decorre a necessidade de a Agência constituir os instrumentos necessários para, entre outras atribuições, dizer a respeito dos bens reversíveis e, se for o caso, da indenização devida às concessionárias.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 47155034. **Fiscalização 413/2011 – Auditoria de Conformidade Página | 14 96. Em TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 1 a Secretaria de Controle Externo 1 a Diretoria**

95. Além de ser capaz de acompanhar e controlar os registros físicos e contábeis, a equipe considerou que deva ser relevante para a ANTT dispor de um referencial de custos ferroviários, o que permitirá ao ente regulador exercer uma apreciação crítica dos planos de investimento, dos custos informados pelas concessionárias e da execução dos projetos ao longo de suas diferentes etapas.

[...]

Como Vossa Excelência pode verificar, o Senado da República, ao rejeitar o nome do senhor Bernardo Figueiredo para a direção-geral da ANTT, agiu com espírito público e alta responsabilidade perante a Nação e a República. A decisão fundou-se em fatos precisos, concretos, comprovados pela Procuradoria Geral da República e pelo Tribunal de Contas da União. Foi ampla e suprapartidária a rejeição no Senado da República ao nome do senhor Bernardo Figueiredo. Uniram-se na rejeição a base do governo e oposição, porque o que estava em questão eram os altos interesses da Nação. Para que não reste dúvida, eis algumas das manifestações de senadores da República, dentre eles os Representantes, de vários partidos, da base do governo e da oposição, na sessão em que a Mensagem nº 151/2011 foi discutida e votada:

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, incompetente! Esse cidadão é incompetente. Não tem idoneidade para o cargo. Por isso, Sr. Presidente, passo a argumentar contra a recondução desse cidadão ao cargo de Diretor da ANTT. Sou contra – e quero expressar isto – a recondução do Sr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira ao cargo de Diretor da ANTT, pois ele é incompetente, e vou demonstrar isso aqui. A meu ver, sobre esse cidadão pairam suspeitas gravíssimas, pendentes de análise e julgamento. E não se diga que aqui se está a violar o princípio da presunção de inocência, porque não

existe princípio da presunção de inocência quando a Constituição da República e as leis falam em reputação ilibada. Não há que se falar em presunção da inocência, conforme decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal.

A Lei nº 10.233, criada por este Congresso Nacional, criou a ANTT e que tem como objetivo, entre outros, o de celebrar contratos de prestações de serviços de transporte e, principalmente, fiscalizar tais serviços. A ANTT não vem exercendo as suas atribuições, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, essa mesma lei, no seu art. 53, estabelece que os membros da diretoria da Agência serão brasileiros com conhecimento do cargo e reputação ilibada. Ele não possui reputação ilibada, e passo a argumentar.

Sr. Presidente, tenho em mão uma representação do Ministério Público Federal ao Tribunal de Contas da União, Srs. Senadores; resultado, Senador Ferraço, de diversas ações civis públicas que culminaram em condenações judiciais pelas ações e omissões que a Agência ANTT, na pessoa do Sr. Bernardo, como superior hierárquico da autarquia, deu causa.

Trecho da representação, que passo a ler: "É visível a postura leniente da direção da Agência, que tem evitado a aplicação de qualquer penalidade à ALL".

[...]

Aqui, Sr. Presidente, beira a prevaricação, beira o Código Penal, Senador Lindbergh Farias.

Muito bem, um acórdão do Tribunal de Contas da União, resultado da fiscalização da auditoria que técnicos daquele tribunal, Sr. Presidente, realizaram, entre 1997 e 2011, com o objetivo de verificar os investimentos realizados em ferrovias concedidas pela União. Os principais achados apontados são os seguintes: primeiro, ociosidade elevada das linhas concedidas, já que 2/3 da malha ferroviária encontram-se subutilizadas ou em completo desuso. Ou seja, dos cerca de 28 mil quilômetros concedidos, apenas 10 mil encontram-se em operação comercial.

E continuo, Sr. Presidente, deficiente acompanhamento e fiscalização dos investimentos pela ANTT; repactuação para a menor das metas de desempenho de concessionárias, o que impede a análise da relação entre os valores de investimentos

informados e o desempenho das concessionárias em relação à produção.

E continuo, deficiente acompanhamento contábil dos valores e bens vinculados à concessão relativos às taxas anuais de depreciação, amortização; deficiências no exercício da atividade regulatória, e diversos, diversos outros documentos que fazem acusações, repito, gravíssimas de ações e omissões que repercutem em danos ao Erário em valores bilionários. Não só valores que possam ser tangenciado, senhores, mas a cultura, o patrimônio cultural nacional representado pela história da Rede Ferroviária Federal vem sendo dilapidado.

O Sr. Bernardo, como Diretor-Geral dessa Agência, desde 2008, precisa ter responsabilidades apuradas antes de renovarmos nosso voto de confiança.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que esse cidadão não possui capacidade para exercer o cargo que aqui, nós, constitucional e legalmente, temos a obrigação de analisar. E por isso, Srs. Senadores, a votação é secreta, para que nós possamos votar com consciência. Aliás, essa votação também deveria ser em aberto, se a proposta de emenda constitucional do Senador Paulo Paim já estivesse sido colocada em pauta, para que cada um de nós assuma a sua responsabilidade perante a história deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[...]

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota a favor, destacando a justificativa: críticas contundentes, denúncias sérias foram formuladas nesta tribuna pelo Senador Requião contra o indicado nesta tarde. Não houve quem o defendesse. Nenhum Senador nesta Casa fez a defesa do Sr. Bernardo. Por essa razão, nós consideramos absolutamente inadequada a sua recondução. O Tribunal de Contas confirma as irregularidades existentes e não há como dissociar o indicado desta tarde das irregularidades cometidas na Agência. As irregularidades são da Agência? Mas quem é o responsável por essas irregularidades? Por essa razão, Sr. Presidente, o PSDB vota favoravelmente ao requerimento do Senador Requião.

[...]

Mas, hoje, além de tudo isso, estamos diante de fatos que estarrecem as pessoas de bem deste País, porque há a confirmação de irregularidades, há a revelação de incompetência. Não é a oposição apenas que denuncia; é o próprio Governo, através de aliados, mas é, sobretudo, uma instituição acreditada, como o Tribunal de Contas da União.

Acreditada porque é ética, acreditada porque é qualificada tecnicamente, acreditada porque é responsável em todas as suas auditorias, em todos os seus pareceres, em todos os seus julgados.

Reconduzir o Sr. Bernardo Figueiredo é premiar a incompetência. Reconduzir o Sr. Bernardo Figueiredo é avalizar irregularidades. Como disse o Senador Randolfe Rodrigues, na melhor das hipóteses, houve prevaricação.

Mas, Sr. Presidente, antes de concluir, eu ouvi, numa sexta-feira de manhã, desta tribuna, o Senador Requião apresentando denúncias impactantes, afirmando que foi procurado como governador e que a ele pediram propina para superfaturar valores de uma ferrovia, e ninguém defendeu o Sr. Bernardo Figueiredo, ninguém desmentiu o Senador Requião, ninguém o contestou. Se ninguém desmentiu o Senador Requião, se ninguém o contestou, se ninguém defendeu o Sr. Bernardo Figueiredo, como alguém pode nele votar agora para premiá-lo com a recondução ao cargo que exerceu sem a responsabilidade pública que se exige, sem a postura republicana necessária?

Sr. Presidente, apenas no jornal *Valor Econômico* as manchetes dizem tudo: "TCU respalda restrições a recondução na ANTT". "Para o TCU, a agência não fiscaliza as ferrovias." "Para o TCU, concessionárias de ferrovias sucateiam malha nacional." "Ferrovias nacionais têm índice deficiente de segurança, alerta o TCU."

Diante de todos esses fatos, diante desse cenário e diante dessa realidade, como poderemos nós votar pela recondução do Sr. Bernardo Figueiredo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOI – AP Para discutir Sem. revisão do orador.) – Sr. Presidente, além dos argumentos aqui já apresentados, nunca é demais destacar, reiterar o que dispõe a Constituição da República.

A Constituição da República, no seu art. 37, diz que a Administração Pública é regida pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Princípio da moralidade. Em relação a esse princípio, é de se perguntar se esse pré-requisito é cumprido por esse senhor.

Quem diz para nós, Senador Cássio, que o pré-requisito não é cumprido é o órgão, a instância que é o poder auxiliar do Congresso Nacional. É o Tribunal de Contas da União, em seu relatório, que proclama, claramente, que esse senhor não tem condições de seguir dirigindo a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

[...]

O que percebemos é que o dirigente da ANTT prevaricou, omitiu-se, não cumpriu a função preceituada por parte de uma Agência reguladora.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nesta tarde, vamos submeter a voto; mas, antes de submetermos a voto, há um relatório pesando contra a indicação desse senhor. Esse relatório, essa recomendação, repito, é por parte do Tribunal de Contas da União, é por parte da instância, é por parte da instituição que tem o poder, que tem a tarefa de nos orientar. É a instituição que orienta a nossa atuação, em especial na matéria de indicação de dirigentes de Agências reguladoras, como esse caso.

[...]

Em nome e em função disso, quero apelar para que votemos com a nossa consciência, votemos aqui com o dever republicano que está sendo orientado pela instituição que tem a atribuição de nos orientar. Essa instituição, o Tribunal de Contas da União, diz para nós, na tarde hoje: Digamos não a esse senhor, para que esse senhor seja reconduzido à Agência Nacional de Transportes Terrestres, em função dos princípios de moralidade previstos na Constituição; em função da ausência de conduta ilibada por parte desse senhor e em virtude, em especial, de que, na sua atuação à frente da ANTT, ele prevaricou, quando deveria cumprir o ofício de seu dever.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Para discutir Sem revisão do orador.) – [...]

Senhores, senhoras, em nome do Brasil melhor que todos nós queremos, independentemente de nossas condições político-partidárias – e aqui já se verificou que não se trata apenas de um debate entre Oposição e Governo, Sr. Presidente, os Senadores da base já se manifestaram em defesa do próprio Governo –, que nós possamos analisar, dentro das nossas obrigações constitucionais, dos nossos deveres morais com o Brasil e com a sociedade, os alertas que foram feitos pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal, de forma ativa, soberana e consciente, exercendo, repito, para concluir, o papel precípua deste Senado da República, votar “não” à indicação do Sr. Bernardo, que não preenche os requisitos legais e constitucionais para a recondução ao cargo que pleiteia.

Muito obrigado.

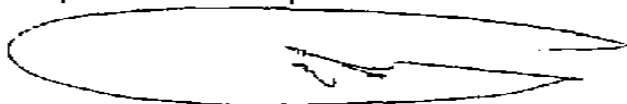
O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Dia Internacional da Mulher, num país governado por uma mulher, ocupo a tribuna para defendê-la de um possível e trágico erro na indicação para uma agência reguladora brasileira. Estamos discutindo aqui a indicação do Sr. Bernardo Figueiredo para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

[...]

O interesse que o Sr. Bernardo Figueiredo defende não é, decididamente, o interesse público. Poderíamos dizer que ele mudou de lado, que seu comportamento é outro, mas aí o Tribunal de Contas da União realiza uma auditoria, que é enviada para o Congresso Nacional, com o pedido de ser discutida nas Comissões de Reforma Agrária, de Infraestrutura, de Fiscalização e Controle, de Economia, e desmonta a administração do Sr. Bernardo Figueiredo.

Hoje, trabalhando em cima desse relatório, o jornal O Valor publica seis matérias numa só edição. Vamos aos trechos dessas matérias.

A varredura do TCU revela a alta ociosidade nas linhas férreas concedidas para o transporte ferroviário de cargas, pois cerca de



dois terços do sistema brasileiro estão desativados. E, fundamentalmente... verifica que montantes contabilizados à execução de projetos pelas concessionárias em recuperação, manutenção, conservação ou reparo de ferrovias são capitalizados como investimentos; um montante, segundo a associação privada, de mais de R\$25,5 bilhões são contabilizados como patrimônio das empresas e investimentos reversíveis e serão levados em conta no fim dessa concessão que termina daqui a dez anos.

Na ANTT, há 740 fiscais, mais ou menos. A ALL, empresa de cujo Conselho de Administração o Sr. Bernardo Figueiredo participava, tem 40% da malha ferroviária nacional. E o Sr. Bernardo Figueiredo, como Diretor-Geral, destaca quatro fiscais para toda a malha da ALL, e esses fiscais são proibidos de executar multas, porque até o bloco de multas lhes é retirado.

[...]

É evidente que o interesse que está sendo defendido nessa estrutura estatal não é o interesse do Brasil, mas o interesse do grupo de empresas. Aliás, esse interesse seria legítimo se não estivesse embutido dentro da Agência, dentro da Valec.

Na Valec, há 370 funcionários, e 250 deles são cargos comissionados provavelmente indicados pelo setor privado. E são esses funcionários comissionados que fazem os novos cálculos de custo das estradas e das ferrovias brasileiras.

O relatório do TCU aponta que a ANTT não verifica a vinculação dos montantes contabilizados à execução dos projetos constantes do Plano Trienal de Investimentos. A ANTT tolera a existência de trechos em mau estado de conservação e sem operação comercial. A ANTT, até hoje, não realizou a licitação do transporte rodoviário intermunicipal.

O TCU diz que também é precário o controle praticado pela Agência sobre aquisições de material e a contratação de serviços pelas concessionárias. A ANTT nem ao menos examina as notas fiscais e não procura certificar-se particularmente quanto ao material rodante: locomotivas e vagões.

Aliás, o Deputado Mauro Bragato, do PSDB, na CPI de São Paulo, verificou a tragédia que foi o sistema de privatização. E o Ministério Público Federal, que solicitou essa verificação por parte do Tribunal de Contas, pediu que não se fizesse um acordo em



que a ANTT perdia R\$600 milhões num contrato de vagões com a ALL. O Sr. Bernardo Figueiredo ignorou o pedido do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal foi à Justiça Federal, que anulou o processo.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos impedir que nossa Presidenta, no Dia Internacional da Mulher, caia nessa armadilha de "entregar para o cabrito o cuidado da horta". O Sr. Bernardo Figueiredo é completa e absolutamente inadequado, pelos interesses que ostensivamente defende, para ser conduzido ou reconduzido à Diretoria-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, que foi simplesmente destruída, aniquilada pela auditoria do Tribunal de Contas da União.

Mas o que será feito no Senado? Vamos votar por que o Líder do Governo pediu? Onde fica nossa responsabilidade com o Brasil, com o sistema, que, praticamente, não existe mais? Onde fica nossa responsabilidade com a valorização da infraestrutura? Onde fica nossa responsabilidade na análise do comportamento do Diretor-Geral da ANTT?

Somos base do Governo? Eu sou base do Governo. Fui à campanha da Dilma. Rejeitei a candidatura do Serra, porque acreditava na Presidenta. E me sinto na obrigação agora, como base do Governo, de chamar a atenção do Governo Federal para esse erro e de pedir aos meus companheiros da bancada do PMDB que abram os olhos, que votem com responsabilidade, que impeçam esse absurdo.

Estou produzindo um livro com todos os meus pronunciamentos na tribuna do Senado e nas Comissões e com todos os documentos que dizem respeito à ANTT. Vou publicá-lo com 40 mil exemplares, porque a aprovação do Sr. Bernardo Figueiredo é um desastre anunciado e será um desastre terrível e pesado para o PT, para o PMDB, para a base de apoio do Governo Federal nas próximas eleições e para o Senado, principalmente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, acima de tudo, acima de fidelidades fisiológicas, responsabilidade na votação é o que solicito a cada um de V. Ex^{as}.

~~É inequívoco que o Senado Federal rejeitou o nome do~~ senhor Bernardo Figueiredo pelas elevadas razões de defesa da ordem democrática e do desenvolvimento nacional. O Senado, a Procuradoria Geral da República e o Tribunal de Contas, cada qual no exercício da respectiva competência, atuaram na defesa da República, da *res publica*, e do Estado Democrático de Direito.

4. A nomeação do Representado para a direção da ETAV e a anunciada nomeação para a presidência da EPL

Surpreendentemente, apenas cumprida a quarentena legal, o senhor Bernardo Figueiredo voltou a ocupar um cargo público de alta relevância, como diretor-presidente da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (Etav), responsável pelo polêmico projeto de implantação de um “trem-bala” entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo:

<http://www.revistaferroviaria.com.br/index.asp?InCdEditoria=1&InCdMateria=16280>

A bem da verdade, mesmo durante a quarentena o Representado já atuava na modelagem da nova leva de privatizações, anunciadas com investimentos, a maioria públicos, da ordem de R\$ 133 bilhões:

“Impedido legalmente de trabalhar, ele saía da fazenda para participar dos debates do grupo encarregado de mudar o rumo do governo na área de transportes, abatida por escândalos e baixo investimento.”
http://www.istoe.com.br/reportagens/232412_O+HOMEM+DE+133+BILH+OES+DE+REAIS?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage



A imprensa nacional divulgou amplamente o papel destacado ~~que o senhor Bernardo Figueiredo teve na concepção~~ das privatizações anunciadas pelo governo federal. Ele é o "cérebro":

Figueiredo, responsável pela área de transportes na Casa Civil quando Dilma passou a comandá-la, foi o "cérebro" do pacote anunciado nesta semana. "Ele sentava ao lado da presidente e era quem dava as principais orientações", conta o presidente de uma autarquia que frequentou o Palácio do Planalto, com assiduidade, nas últimas semanas. <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512546-o-quinteto-de-dilma-para-a-infraestrutura>

A decisão do governo de manter o senhor Bernardo Figueiredo no centro das decisões estratégicas do setor de infraestrutura de logística e transportes fora tomada no mesmo dia em que o Senado da República, suportando-se nas informações da Procuradoria Geral da República e do Tribunal de Contas da União sobre as mafeitorias do senhor Bernardo Figueiredo, rejeitou o seu nome para a direção-geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres:

"Eu quero ele por perto", disse Dilma a assessores próximos, referindo-se a Bernardo Figueiredo, um dos integrantes do quinteto, no mesmo dia em que o plenário do Senado vetou sua recondução para a chefia da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=833131>

Prova de que o senhor Bernardo Figueiredo passa a desempenhar um papel de comando estratégico na definição das políticas de infraestrutura de logística e transportes é a transformação da ETAV, criada pela Lei 12.404/2011, em Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL, por Medida Provisória (MP 576/2012), que será responsável pela formulação e gestão de projetos no valor previsto de R\$ 133 bilhões:



A criação da EPL foi anunciada na quarta-feira (15) durante cerimônia no Palácio do Planalto em que o governo detalhou a primeira fase do chamado Programa de Investimentos em Logística, que prevê a duplicação de 5,7 mil quilômetros de rodovias federais e construção de 10 mil quilômetros de ferrovias até 2018, com investimentos de R\$ 133 bilhões ao longo dos próximos 25 anos.
<http://m.g1.globo.com/economia/noticia/2012/08/governo-publica-medida-que-cria-epl-estatal-do-setor-de-transportes.html>

É inegável que os fundamentos constitucionais, legais e éticos da reação da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da União e do Senado Federal às graves violações praticadas pelo senhor Bernardo Figueiredo aos seus deveres de agente público na condução da Agência Nacional dos Transportes Terrestres criam para essas instituições o dever legal de zelar pelo interesse público, atuando preventivamente no sentido de impedir que ele, cuja atuação deletéria à administração pública e ao Estado Democrático de Direito está sobejamente comprovada, ocupe cargo no exercício do qual possa seguir causando graves prejuízos ao erário e à sociedade.

Diante da gestão desastrosa do senhor Bernardo Figueiredo na direção-geral da ANTT, que motivou a forte e republicana reação da Procuradoria Geral da República, do Tribunal de Contas da União e do Senado Federal, impedindo-o de seguir à frente da autarquia, sua pronta nomeação como diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística, que possui papel estratégico na gestão de projetos de infraestrutura, envolvendo R\$ 133 bilhões, é uma completa desmoralização da República, que atinge duramente a cidadania, fundamento do Estado Democrático de Direito, agride princípios fundamentais, como o da moralidade administrativa e da impessoalidade, e vulnera a separação e harmonia entre os Poderes.



Mas, felizmente, o ordenamento jurídico-constitucional dota ~~as instituições da República de instrumentos adequados para a~~ defesa da sociedade diante de situação de tamanho risco e gravidade. Este é o escopo desta Representação.

A urgência na atuação das instituições da República incumbidas da defesa da ordem jurídica, dos direitos sociais e individuais, evidencia-se diante do fato de que o senhor Bernardo Figueiredo já se encontra em pleno exercício do cargo de diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística, e, nele, fala ao mundo em nome do governo brasileiro, chamando o capital estrangeiro a participar dos projetos que ele comanda. Convoca entrevista coletiva com jornalistas estrangeiros, fala em bilhões, promete bilhões, oferece garantias:

"Nós queremos uma ampla participação de construtoras estrangeiras para garantir um ambiente competitivo", disse Figueiredo em uma entrevista coletiva para jornalistas estrangeiros. A criação da EPL foi anunciada pelo governo este mês, para gerir concessões e parcerias público-privadas para mais de 20 projetos diferentes em todo o País. Além de ferrovias e rodovias, a companhia também vai gerenciar projetos de portos, aeroportos e hidrovias.

Segundo Figueiredo, os novos projetos de portos e aeroportos serão anunciados no mês que vem, incluindo planos para aeroportos de pequeno e médio porte. De acordo com ele, as garantias financeiras para os projetos já anunciados, estimados em R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos, serão fornecidas por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apoio do Tesouro Nacional.
<http://estadao.br.msn.com/economia/estrangeiro-que-investir-em-infraestrutura-ter%C3%A1-garantias>

É uma afronta ao Senado Federal, à Procuradoria Geral da República e ao Tribunal de Contas da União, mas, principalmente, é uma desonra à República que o senhor Bernardo Figueiredo, cujo nome foi rejeitado pela Casa da Federação, esteja a



apresentar-se ao Mundo como representante do governo para ~~falar em bilhões e oferecer garantias. Logo ele, que, em conluio~~ com as concessionárias privadas que formatou (ALL e FCA) e com a associação das empresas que criou (ANTF), inventou ilegalmente em favor delas, no comando da ANTT, um crédito contra a União no valor de R\$ 25,5 bilhões, conforme detectou o Tribunal de Contas da União.

É, de fato, uma afronta ao Estado Democrático de Direito que ocupe cargo público, no qual comanda novas privatizações bilionárias, um agente público sobre cuja gestão na Agência Nacional de Transportes Terrestres conclui a Procuradoria Geral da República, na Representação nº 16.848/2011:

Na falta de efetivo controle, as concessionárias como que se apropriam do negócio do transporte ferroviário de carga como se fosse próprio. Fazem suas escolhas livremente, segundo seus interesses econômicos. O quadro é de genuína captura, em que o interesse privado predomina sobre o interesse público.

O Senado Federal fez sua parte, rejeitando o nome do senhor Bernardo Figueiredo para a direção-geral da ANTT. Cabe às demais instituições da República impedir que, por via transversa, e em claro desrespeito ao princípio da independência e harmonia dos Poderes, ele possa seguir colocando em risco o patrimônio público e causando prejuízo ao interesse público.

Atuação preventiva diante dos fatos comprovados de atuação ilegal e contrária ao interesse público é o que se espera das autoridades e instituições do Estado. Não é possível que, no caso do senhor Bernardo Figueiredo, esperemos anos para, com atraso e sempre parcialmente, tentar remediar o irremediável, como ocorreu com a Operação Trem Pagador, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, na qual foi preso o famoso "Dr. Juquinha", quem, como diretor-presidente da estatal Valec –



Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, enriqueceu a si e sua família — superfaturando as obras da ferrovia Norte Sul: <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2012/07/05/operacao-trem-pagador-vepus-no-fim-do-tunel/>.

O período coberto pela investigação da operação “Trem Pagador” compreende os anos de 2003 a 2011. Em 2004 e 2005, o senhor Bernardo Figueiredo era o diretor administrativo e financeiro da Valec. Em seu currículo, apresentado ao Senado, o senhor Bernardo Figueiredo jacta-se de ter sido, na Valec, o responsável pela “Elaboração do Estudo de Avaliação Econômico-Financeira do Projeto da Ferrovia Norte Sul” e responsável pela “Elaboração da Modelagem do Projeto da Ferrovia Norte Sul dentro do Programa de Parceria Público Privada”. Em 2005, no Ministério do Planejamento, na equipe do Ministro Paulo Bernardo, foi “Coordenador da Força Tarefa para Implementação da Ferrovia Norte Sul”. Por essas e outras razões, como as levantadas pela Procuradoria Geral da República e pelo Tribunal de Contas da União, Bernardo Figueiredo teve o seu nome rejeitado para o cargo de diretor geral da ANTT.

Na direção da Empresa de Planejamento e Logística, o senhor Bernardo Figueiredo continuará responsável pelo projeto do chamado “Trem Bala”, o trem de alta velocidade. Foi na Valec, na gestão do “Dr. Juquinha” e do senhor Bernardo Figueiredo, que o projeto do Trem Bala iniciou sua incubação: http://vlex.com/vid/conta-da-valec-356848702?ix_resultado=1.0&query%5Bbuscable_id%5D=5090&query%5Bbuscable_type%5D=Fuente&query%5Bfilters_order%5D=source&query%5Bq%5D=a+conta+da+valec

O currículo do senhor Bernardo Figueiredo informa, ainda, que ele fora, na equipe do Ministro de Estado do Planejamento Paulo Bernardo, em 2005, Gerente do Programa de Parceria Público Privada, função na qual foi o responsável pela “Elaboração dos Estudos Preliminares para a inclusão da Variante Guarapuava-Ipiranga do Paraná no Programa de Parceria Público



Privada". Em razão disso, acompanhado do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, pediu audiência ao Representante Roberto Requião, então governador do Estado do Paraná, para solicitar aquiescência e apoio ao projeto. O Representante Roberto Requião não apenas rejeitou com firmeza os termos da proposta, porque ia de encontro ao interesse público para favorecer a concessionária privada ALL, criada por ele, como trouxe os fatos ocorridos na reunião ao conhecimento da Procuradoria Geral da República através da **Representação nº 2.642/2010-78**, recebida e identificada através do ofício GAPPGR-002202/2010.

Assim, por meio da presente Representação, os senadores da República Representantes comparecem à Procuradoria Geral da República para requerer a devida intervenção na defesa da ordem jurídica, do patrimônio público e da cidadania, diante da nomeação do senhor **Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira** para a função de diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística S/A. A nomeação do senhor Bernardo Figueiredo é flagrantemente atentatória ao princípio da moralidade administrativa e violadora da independência e harmonia entre os Poderes.

Aliás, a independência e harmonia dos Poderes vêm sendo violada pelo Executivo também porque, desde a rejeição pelo Senado do nome do senhor Bernardo Figueiredo para a direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, mantém a diretoria da ANTT em situação de precariedade institucional diretores nomeados por decreto do Ministro dos Transportes:

O ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, nomeou nesta quinta-feira três servidores de carreira da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para ocupar interinamente a diretoria da agência. Foram nomeados Ana Patrícia Gonçalves



Lira, Natália Marcassa de Souza e Carlos Fernando do Nascimento. Os três são especialistas em regulação do quadro
erativo da ANTT.
http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/22/interna_politica_284958/passos-nomeia-tres-servidores-para-diretoria-da-antt.shtml

A Constituição Federal atribui papel de relevância ao Ministério Público Federal, no art. 127:

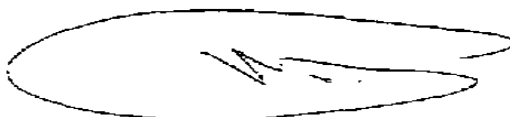
Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

A Lei Complementar nº 75/93, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, em seus arts. 1º e 2º, dispõe:

Art. 1º O Ministério Público da União, organizado por esta lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

Art. 2º Incumbem ao Ministério Público as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal.

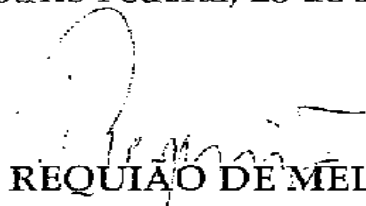
O Ministério Público Federal certamente atenderá ao requerimento destes Senadores da República em defesa da separação e harmonia entre os Poderes do Estado Democrático de Direito.



REQUERIMENTO

Diante do exposto, a presente Representação visa a requerer a atuação preventiva e reparadora da Procuradoria Geral da República na defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, incumbência que lhe atribui a Constituição Federal, no art. 129, no sentido de adotar as medidas legais aptas a impedir que o senhor Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira siga exercendo o cargo de diretor-presidente da Empresa de Planejamento e Logística.

Brasília, Distrito Federal, 28 de agosto de 2012



ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Senador da República



RANDOLFH FREDERICH RODRIGUES ALVES
Senador da República

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Solicitação deferida, Senador Roberto Requião, conforme o Regimento.

Passo a palavra, agora, ao Senador Romero Jucá.

Em seguida, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para registrar um fato auspicioso que acabou de acontecer, que é exatamente a instalação da Comissão que vai examinar, estudar, modernizar o Código de Defesa do Consumidor brasileiro, sem dúvida nenhuma um instrumento importante em defesa da sociedade. Esse Código já tem 22 anos, desde sua sanção. O Código foi sancionado em 1990, e, portanto, de 1990 para cá, o Brasil mudou muito, o consumo do Brasil mudou muito, o perfil de como consumir mudou muito, vindo a Internet, vindo, enfim, novas formas de consumo.

Essa Comissão foi instalada agora, sob a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, tendo como Vice-Presidente o Senador Paulo Bauer e, como Relator, o Senador Ricardo Ferraço, que acaba de adentrar o Senado. Não tenho dúvida de que essa Comissão vai fazer um trabalho muito importante, porque, hoje, nós somos um grande mercado consumidor, e esse mercado consumidor precisa de proteção. É preciso haver instrumentos de defesa da sociedade.

O Senador Sérgio Souza é membro da Comissão também e estava na instalação. E, na instalação da Comissão, tive a oportunidade de debater alguns assuntos. De um deles quero falar aqui, porque o considero extremamente importante: o preço das passagens aéreas e a forma como estão sendo cobradas essas passagens aéreas. Está havendo um total descontrole desse processo no País, e dei o meu exemplo de Roraima. Em Roraima, no Estado do Acre, nos Estados do Centro-Oeste e do Norte, o preço das passagens aéreas oscila de forma surpreendente. Fiz reserva para Boa Vista para amanhã e para sábado. Fiz duas reservas exatamente para ter a condição de acompanhar a forma de trabalhar e para ver se vou na sexta-feira ou no sábado para Boa Vista. A passagem no sábado custa R\$700,00, Senador Requião. A passagem na sexta-feira, um dia antes, custa R\$3,5 mil, ou seja, de um dia para o outro, há um aumento surpreendente, sem explicação. Deixam a sociedade, a população à mercê dos preços que querem cobrar! Muitas vezes, quando temos urgência de viajar, são cobrados até R\$5 mil por uma passagem Brasília-Boa Vista. Isso é algo surpreendente, porque é muito mais caro do que

ir à China, do que ir aos Estados Unidos, do que ir ao Japão, ou seja, não há explicação.

Isso precisa ser regulado, isso precisa ser fiscalizado. O Senador Randolfe Rodrigues já teve oportunidade também de falar sobre esse tema no plenário, outros Senadores já falaram sobre essa questão. O Senador Cyro Miranda me confidenciou também que, hoje, ele estava indo a Goiás, pagando R\$600,00, e que, ontem, ele pagaria R\$60,00. Ou seja, o que faz, de um dia para o outro, uma passagem custar dez vezes mais à sociedade desprotegida que precisa do avião? Avião, na Região Norte do Brasil, na Região Centro-Oeste, não é luxo, é necessidade. Ninguém tem alternativa para viajar. Não há condição!

Então, na verdade, pedi ao Senador Ricardo Ferraço, Relator, que se debruçasse sobre o tema, porque temos de discutir com a agência reguladora, com os instrumentos de fiscalização. É claro que estamos em um processo de livre iniciativa – os empreendedores devem ter liberdade de tocar seu negócio –, mas é claro que existem parâmetros da razoabilidade sobre essas questões, inclusive sobre a questão de preço de passagens aéreas. Não é possível ficarmos à mercê de uma variação desse tamanho! A sociedade de Roraima não aguenta isso! Estou aqui protestando não só em nome do povo de Roraima, porque acho que esse caso acontece no Brasil todo, principalmente nas regiões mais remotas.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Taques e, depois, ao Senador Sérgio Souza.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Quero dar os parabéns pela inauguração da Comissão – houve a primeira reunião – que vai reformar o Código de Defesa do Consumidor, um trabalho elaborado pela Comissão Especial presidida pelo Ministro Herman Benjamin, da qual fizeram parte grandes brasileiros. Respondendo à pergunta de V. Ex^a: por que as passagens custam esse valor? A resposta é a bandalheira. É que as agências que são constitucionalmente e legalmente encarregadas de fazer seu trabalho não o fazem. E o Senado da República, que tem a obrigação de aprovar os membros das agências no momento das sabatinas, queda-se inerte, muitas vezes fazendo da sabatina uma maquiagem. Daí o poder do Senado nas sabatinas dos membros das agências. O resultado está aí, e V. Ex^a está coberto de razão, não só na questão das passagens aéreas. O Código de Defesa do Consumidor, este projeto, que terá a relatoria do Senador Ferraço, precisa tratar – e a Comissão Especial de juristas o fez – do comércio eletrônico, que é algo que, hoje, precisa de regulamentação. Agora, encerro, Senador

Romero Jucá, expondo a V. Exª o temor, o receio de que essa Comissão Especial de Senadores que trata da reforma do Código de Defesa do Consumidor também sofra com os chamados projetos fura-filas, como, ontem, nós da Comissão Especial do Código Penal conseguimos sobrestar um projeto fura-fila. Quiçá, oxalá essa Comissão possa ter sorte e oportunidade de criar uma legislação que seja adequada para todos os brasileiros! Parabéns pela sua fala!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço o aparte de V. Exª, Senador Pedro Taques.

Quero registrar que, na inauguração da Comissão, solicitei ao Presidente Rollemberg que trouxesse para o âmbito da Comissão todos os projetos de defesa do consumidor que estão tramitando na Casa. Na verdade, nós não podemos traçar só dois ou três projetos. O arcabouço legal feito pela equipe de juristas é um instrumento belíssimo de trabalho. O Ministro Herman Benjamin é extremamente competente, conhecedor da matéria, um Ministro brilhante, que deu a sua contribuição. Mas é importante, como disse V. Exª, que não haja caminhos paralelos percorrendo essa questão.

Então, acho que o Senador Ricardo Ferraço, numa das primeiras ações, precisaria mandar levantar todos os projetos que tratam de defesa do consumidor que estão tramitando e apresentar um requerimento exatamente para apensar esses projetos, para que não só houvesse efetivamente uma tramitação única, mas também para que fossem abrangidas essas contribuições que estão espalhadas. Deve haver muita coisa boa espalhada em outros projetos. Na verdade, queremos que essas contribuições possam ser canalizadas de forma correta, dentro do arcabouço legal e dentro do Regimento da Casa, exatamente para dar condição a que esse debate seja o mais amplo possível, para que, portanto, nós possamos fazer na Comissão – faço parte da Comissão também – um trabalho que modernize o Código e que, dessa forma, construa uma relação de direito, de fiscalização, de acompanhamento.

Que as agências possam ter instrumentos, que a sociedade possa ter conhecimento também de tudo isso! Não basta haver a lei, essa lei tem de ser propagada. O direito do consumidor tem de chegar ao cidadão, exatamente para que ele possa exercer seu direito.

Então, tudo isso é uma tarefa muito grande. Mas tenho a certeza de que a Comissão, com a ajuda do Plenário, porque essa matéria passará pelo Plenário da Casa, vai chegar a um bom trabalho, porque parte de uma boa premissa, uma grande premissa, que é o trabalho do Ministro Herman Benjamin e dos juristas que fizeram esse trabalho.

Ouç o Senador Sérgio Souza.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro, Senador Jucá, é um Código de 1990, com 22 anos, e nós vivemos uma realidade de consumo muito diferente da que existia em 1990. O tamanho do Brasil, hoje, é muitas vezes maior no que diz respeito às relações de consumo, tanto que nós nos tornamos alvo do mundo para vender seus produtos. Então, aqui, temos uma série de desafios. O Senador Ricardo Ferraço, que vai ser o Relator, juntamente com a Presidência do Senador Rodrigo Rollemberg, tem aí um grande desafio pela frente, porque temos de cuidar dos produtos que entram no Brasil e que lesam a sociedade de forma direta por falta de qualidade. E, depois, não dão a garantia ao consumidor brasileiro no momento da troca ou da reivindicação de uma substituição, assim por diante. Há a questão das compras pela Internet. V. Exª falou sobre o transporte aéreo de passageiros. Hoje, sabemos que o transporte aéreo de passageiros já está igual ao transporte interestadual e intermunicipal de ônibus, pois cresceu muito. Não se trata apenas do custo da passagem, mas também das relações de consumo dentro dos aeroportos. É constrangedor o dia a dia de quem vive em aeroportos: cancelam vôos, não dão satisfação, não há uma prestação de serviço a altura do consumidor brasileiro, que paga, e paga caro, como V. Exª falou. Será um grande desafio do Senado Federal. Essa Comissão tem um prazo exíguo, mas temos compromisso e comprometimento. Lá estarei junto com V. Exª, com o Senador Ricardo Ferraço, com o Senador Paulo Bauer, que é o Vice-Presidente, e com o Senador Rodrigo Rollemberg, que é o Presidente, para fazermos o melhor Código de Defesa do Consumidor, voltado, de fato, ao consumidor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Agradeço o aparte de V. Exª.

Não sei se o Senador Requião pediu um aparte. S. Exª levantou o microfone. *(Pausa.)*

Concedo um aparte ao Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB – PR) – Senador Jucá, minha preocupação vai além do Código de Defesa do Consumidor, pois passa fundamentalmente por essas “agências desregulamentadoras”. Recentemente, nós rejeitamos aqui um cidadão indicado para dirigir a ANTT, por uma série de problemas levantados pelo Tribunal de Contas da União, pela Polícia Federal em São Paulo, pela CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo Ministério Público Federal, mas ele, agora, foi nomeado, por vias transversas, dirigente maior da Empresa de Planejamento e Logística do Brasil, com R\$133 bi-

lhões na mão. Quando estive à frente da ANTT, ele trabalhou abertamente em defesa do interesse privado das empresas, algumas das quais tinham tido anteriormente sua participação. Então, há um problema sério na escolha desses dirigentes, através das Comissões do Senado. Fiz uma proposta para democratizar e para dar oportunidade de um exame mais cuidadoso desses personagens que nós homologamos aqui, no Senado, indicados pela Presidência da República. A proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas dorme hoje na Mesa Diretora do Senado. É uma mudança no Regimento Interno que, até hoje, não foi considerada pela Mesa Diretora. A proposta é minha e foi modificada para melhor pelo Senador Pedro Taques, mas dorme na Mesa Diretora do Senado! Ainda ontem, houve um espetáculo estranho. Estávamos na CCJ – eu, não, mas os membros presentes – examinando uma indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público. De repente, embora a CCJ tenha aprovado a oitiva de duas pessoas que colocavam objeções para a nomeação, ele foi votado. Normalmente, a não ser que o Presidente Sarney interrompa esse processo esdrúxulo, a indicação virá para o plenário, embora tenha sido convertida em diligência. Isso não pode acontecer mais. Meu projeto de modificação do Regimento Interno se baseia e se inspira no sistema norte-americano de verificação ampla, com prazos razoáveis, com participação da população pela Internet, para que esses exames sejam mais conscienciosos. Mas essas agências, Senador Jucá, foram criadas para beneficiar o interesse privado. Veja o que fez agora a agência da telefonia com a TIM: suspendeu por 11 dias! É um espetáculo maravilhoso de autoridade!

(Interrupção do som.)

O Sr. Roberto Requião (Bloco/PMDB - PR) – O Governo age com firmeza (*Fora do microfone.*) através da agência reguladora, mas continuamos com o péssimo serviço, e, 11 dias depois, ela é autorizada a vender os seus *chips*. A TIM, rigorosamente, não funciona no território brasileiro, não funciona no Paraná, não funciona no Rio Grande do Sul, não funciona em Brasília! Então, a agência reguladora é uma farsa, não é uma agência. De que vale organizarmos códigos, melhorarmos a legislação, se um instrumento de aplicação não existe como deveria existir? Então, a preocupação vai além da reformulação do Código, aliás, muito bem encaminhada com nossos parlamentares escolhidos e com o Benjamim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

O Senador Pedro Simon pediu um aparte.

Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Apenas quero tranquilizar o Senador Requião: o projeto dele vai continuar dormindo na Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, era esse o registro que eu gostaria de fazer.

Quero dizer que nos vamos debruçar sobre o direito do consumidor, sobre os instrumentos, sobre essa nova relação de compra pela Internet, exatamente para que o consumidor brasileiro, que representa um grande mercado – aliás, é o nosso grande patrimônio econômico perante essa crise toda que está ocorrendo em nível internacional –, possa ser preservado e para que nós possamos crescer com responsabilidade, respeitando o direito da sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Romero Jucá, pelas palavras colocadas. Realmente, é um tema bastante pertinente a questão das passagens aéreas.

E agora, com a palavra, pela Liderança do PSDB, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, há poucos dias, a Advocacia-Geral da União, de forma espetacular, anunciou a recuperação de cerca de R\$468 milhões das empresas do Sr. Luiz Estevão, ex-Senador da República. É um fato importante, um fato a ser destacado, realmente. Os cofres públicos eram ressarcidos em R\$468 milhões.

É evidente que, se nós fizéssemos a correção, teríamos que exigir o ressarcimento de muito mais aos cofres públicos. Mas o objetivo deste registro é destacar que, em nenhum momento, ao se noticiar a recuperação desses recursos públicos que foram desviados desonestamente, na construção do fórum trabalhista de São Paulo, afirmou-se que as providências adotadas foram decorrência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Senado Federal, por iniciativa, à época, do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Faço o registro para destacar a importância desse instituto que o Poder Legislativo tem para investigar e propor providências ao Ministério Público.

Ainda agora, o Supremo Tribunal Federal lava a alma dos brasileiros decentes com o julgamento do mensalão. Confirma-se a existência do mensalão. E as provas que foram recolhidas também se constituem

consequência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito realizada no Congresso Nacional e denominada de CPMI dos Correios.

Esse julgamento do mensalão, que comprova a existência desse complexo, sofisticado e atrevido esquema de corrupção e deixa uma marca inapagável na história do PT e do Presidente Lula, é a confirmação da importância da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Faço este registro, citando esses dois fatos, para destacar a importância, Senador Pedro Simon, da CPMI Cachoeira em curso no Congresso Nacional.

Ontem ela se reuniu. Aqui esteve o Sr. Fernando Cavendish, que não falou, ficou em silêncio, nem mesmo apontou o Senador que ele comprou por R\$6 milhões ou que poderia comprar por R\$6 milhões. Nem isso fez. Não disse que político ele compraria por R\$30 milhões, como afirmou e a sua afirmação foi veiculada por uma revista de circulação nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como é, Senador Pedro Simon?

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Ele disse, na saída, que o Senador não estava na reunião.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Pedro Simon, hoje, está com a veia da ironia, naqueles momentos de brilhantismo.

Mas a verdade é, Senador Pedro Simon, que não importa se ele fale ou não fale à CPI. O que importa em uma CPI é isto aqui, é este trabalho que a assessoria técnica pode realizar, compulsando as informações sigilosas que nos chegam.

Em relação à Delta, do Sr. Cavendish, constatamos que a empresa recebeu de 2002 a 2012 mais de R\$9 bilhões, sendo 98% dos cofres públicos e apenas 1,7% do setor privado. Constatamos que, deste valor, 87,19% têm origem em órgãos públicos administrados por partidos governistas, partidos integrantes da Base que dá sustentação ao Governo Federal. A oposição, 10,9%. O PSDB, o maior partido de oposição, que governa oito Estados da Federação e centenas de Municípios, é responsável por apenas 6,79% dos repasses à empresa Delta.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Qual é a população dos Estados que V. Ex^a governa?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não saberia responder agora, mas certamente São Paulo, Minas Gerais, Paraná etc. Certamente a grande população do País. E corresponde a apenas seis.

Eu estou trazendo esses números para demonstrar que há um vínculo muito forte da empresa Delta

com os governantes do País. E a responsabilidade dessa CPI é enorme.

Há um Estado também privilegiado, o Rio de Janeiro, que é responsável por um percentual elevado dos recursos destinados à empresa Delta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E nós constatamos – eu vou concluir, Sr. Presidente – que da empresa Delta mais de R\$413 milhões foram repassados a 18 empresas-fantasma. São empresas no papel, para acobertar valores, para a transferência dos recursos sem origem lícita, do superfaturamento de obras, do tráfico de influência, para o pagamento de propina. São 18 empresas-fantasma. Elas não vendem equipamentos, não prestam serviços e não realizam obras, mas recebem milhões de reais.

Por isso, a tarefa da CPI é, com a quebra de sigilo dessas empresas, dar prosseguimento a essa investigação. Ao final, teremos sim provas. Provas materiais, provas documentais, para indiciar pessoas e responsabilizá-las civil e criminalmente.

Eu concedo um aparte ao Senador Pedro Simon, antes de concluir este breve pronunciamento.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu vou me levantar para fazer o pronunciamento. Em primeiro lugar, eu felicito V. Ex^a. Dos líderes partidários, V. Ex^a compareceu à CPI do início ao fim, em todas as reuniões. V. Ex^a valorizou a Comissão. Lamentavelmente, nos momentos mais importantes, os líderes dos grandes partidos desapareceram, principalmente do Senado. Ontem e anteontem, se imaginava que seria uma trombeta no Senado. Seria um dos dias mais espetaculares no Senado. Afinal, depois de 20 anos, nós conseguimos que um empreiteiro corrupto viesse depor. E o que é mais importante: não é um empreiteiro denunciado como corrupto que veio depor, mas comprovadamente corrupto. Quer dizer, ficou provado na Polícia Federal e na Procuradoria, ficou demonstrado que é corrupto. Ele veio depor, mas a Comissão não deixou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Com licença, Sr. Presidente, o assunto é realmente muito importante, muito importante. Vou fazer um pedido a V. Ex^a, que é Líder. A Comissão tomou uma posição que ela não tinha o direito de tomar. O Supremo concedeu um *habeas corpus* determinando que ele não poderia responder perguntas que comprometessem a sua defesa – não é que ele não poderia responder perguntas não, ele não poderia responder perguntas

que dificultassem a sua defesa. “Então, a pedido do meu advogado, como essa pergunta vai me comprometer, eu me nego a responder”. O que fez a direção da Comissão? Proibiu que nós fizéssemos perguntas. O Supremo já tomou a decisão exagerada de se meter na nossa CPI, permitiu que ele ficasse calado diante de perguntas que o comprometessem. E o que o relator e o presidente da Comissão decidiram? Se ele disser “Não vou falar”, ninguém mais pode perguntar. Eu estava lá, estava inscrito, eu queria falar. O problema é o seguinte: ele não responde. Ontem, no caso do Sr. Cavendish, foi um crime que nós cometemos, porque ontem o Sr. Cavendish iria ficar dez horas ouvindo os Senadores falarem, cada um dez minutos, dizendo as bandalheiras que aconteceram, mas nós fomos proibidos de falar. Ele veio, disse que não iria falar, deu até logo e foi embora. Então, faço este registro e faço um apelo a V. Ex^a, que é Líder. Eu pensei até que poderia liderar uma bancada meio independente, mas vi que estou sozinho, não tenho chance alguma, mas V. Ex^a tem. O medo que tenho é por estarem falando que isso é uma decisão, que agora já está decidido que, àquele que vem depor com mandado para não responder, não se podem fazer perguntas. A Comissão não tinha o direito de fazer isso, está no Regimento, está tudo normal. Como é que a Comissão, como é que o presidente e o relator – esse simpatizante; bem, não vamos discutir – tomaram uma decisão como essa? Como é que me impedem de fazer as minhas perguntas? Eu queria falar meus dez minutos, tinha cinquenta perguntas para fazer a ele. Ele que não respondesse nenhuma, mas quem estivesse em casa assistindo ia saber do que ele era acusado e ele teria de explicar por que ele não ia responder, que era porque comprometeria a defesa dele. Então, eu estou pedindo a V. Ex^a, e peço pelo amor de Deus, V. Ex^a que é um grande líder e é Líder, que tome as providências. Já estão dizendo que foi formada a jurisprudência e que, daqui para adiante, a qualquer cidadão que vier depor e que tenha mandado de segurança para não responder, não se pode fazer pergunta. Eu nunca vi abdicar de uma questão que nem essa; foi a coisa mais ridícula que eu vi na minha vida. Então, ontem foi um dia fantástico. O Supremo escreveu uma página mais bonita da história do Supremo, e nós, com todo o respeito, nos meus 36 anos em que estou aqui, eu acho que foi a página mais negra da história do Senado e do Congresso Nacional. Pelo amor de Deus, tome essa providência, para evitar que seja coisa julgada, porque já há gente dizendo que

agora já está; não, não está (*fora do microfone.*). Então, não tem o direito de fazer jurisprudência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem razão.

E o Presidente da CPMI, Vital do Rêgo, anunciou ainda ontem que, na próxima semana, em sessão administrativa, vamos deliberar sobre este assunto. E nós esperamos que a maioria dos integrantes dessa Comissão possa alterar esse rito, a fim de que o depoente tenha que ouvir todo o questionamento durante o tempo que for necessário.

Ontem, ainda, acabei tendo o privilégio de fazer um questionamento a ele. Mas a resposta não veio. Terá que vir na Justiça, porque há uma interpelação judicial em curso e ele terá que responder.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS. *Fora do microfone*) – Mas a sua pergunta foi muito importante, e ele ouviu a sua pergunta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente. Ele ouviu a pergunta e teve que se pronunciar sobre ela e afirmou que responderá na Justiça.

Eu vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que o que me surpreendeu também, Senador Pedro Simon, foi o fato de a Justiça Federal do Rio de Janeiro afirmar que não encontrou o Sr. Cavendish para indiciá-lo, a fim de que respondesse à interpelação judicial que movemos contra ele, cumulada com ação criminal. Incrível! Ontem poderia ter vindo um oficial de Justiça para intimá-lo aqui, durante os trabalhos da CPI.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É porque, como já tem três oficiais de Justiça com mandado para procurá-lo em Paris, eles estão esperando que ele vá a Paris para irem lá pegá-lo, assim pegam uma viagemzinha melhor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, o que me disseram ontem é que o oficial de Justiça não está identificando o Sr. Cavendish porque ele não está mais usando aquele guardanapo branco na cabeça.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e eu peço a V. Ex^a que transcreva nos Anais da Casa este que é o nosso nono relatório sobre os desvios da empresa do Sr. Fernando Cavendish.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONCIAMENTO.

(*Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º, do Regimento Interno.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

DELTA CONSTRUÇÕES S/A

EMPRESAS FANTASMAS – PARTE IX

August 29, 2012

Diferentemente dos relatos anteriores, na presente informação, tentaremos identificar as fontes de recursos que abasteceram as contas bancárias da empresa Delta Construções S/A no período compreendido entre os anos de 2002 e 2012.

Vale registrar, por oportuno, que, em meados do mês de julho/2012, procedemos a tal levantamento a partir das Declarações de Impostos Retidos na Fonte – DIRF e das Declarações de Informações Econômico-Fiscais de Pessoa Jurídica - DIPJ, ambas constantes do sigilo fiscal da empresa Delta Construções S/A. Todavia, cabe ressaltar, por relevante, que as referidas declarações são obrigações tributárias acessórias e, portanto, nem sempre refletem a integralidade das informações existentes. De qualquer forma, a mencionada análise será anexada ao final deste relato.

Vamos aos números...

O sigilo bancário da empresa Delta Construções S/A, posição em 24/08/2012, revelou créditos da ordem de R\$ 21,13 bilhões.

O quadro que se segue discrimina os referidos créditos, conforme o tipo de rubrica bancária da instituição financeira envolvida:

Rubrica Bancária	Volume de Créditos
Transferências Interbancária (DOC/TED)	R\$ 10.292.578.961,05
Lançamento Avisado	R\$ 4.605.815.010,97
Transferência entre Contas	R\$ 1.781.014.886,79
Resgate de Aplicação	R\$ 1.299.759.041,75
Depósito	R\$ 1.060.681.315,66
Depósito Especial	R\$ 614.880.616,78
Pagamento de Fornecedor	R\$ 613.891.515,89
Empréstimo/Financiamento	R\$ 438.629.308,77
Líquido de Cobrança	R\$ 341.207.157,05
Dividendos	R\$ 36.562.019,22
Estorno	R\$ 21.853.342,17
Devolução da Compensação	R\$ 13.918.332,97
Ações	R\$ 3.819.814,16
Devolução de Cheque	R\$ 1.802.428,88
Pagamentos Diversos	R\$ 673.337,54
Total Geral	R\$ 21.127.087.089,65

Esse número de R\$ 21,13 bilhões, em tese, serve apenas e tão-somente para explicitar a movimentação financeira a crédito da empresa Delta Construções S/A no período compreendido entre os anos de 2002 e 2012.

Todavia, para se chegar a um número mais realista acerca das fontes de recursos que efetivamente abasteceram a empresa Delta, faz-se necessário ajustá-lo a partir do expurgo de operações que não refletem, necessariamente, ingresso efetivo de recursos nas contas bancárias da empresa, a exemplo dos resgates de aplicações financeiras e das transferências de recursos entre contas da própria empresa.

Feitas as deduções necessárias, chegamos ao montante de R\$ 9,04 bilhões. Esse seria, em tese, o valor que efetivamente aportou nas contas bancárias da empresa Delta Construções S/A entre os anos de 2002 e 2012 provenientes de terceiros, considerando a posição do sigilo bancário em 24/08/2012.

Ao perquirirmos o valor de R\$ 9,04 bilhões, constatamos, inicialmente, que a parcela de fontes privadas identificadas da empresa Delta é ínfima no universo investigado, como segue:

STATUS DA FONTE	VALORES CREDITADOS	PARTICIPAÇÃO %
PÚBLICO	R\$ 5.664.506.335,96	62,68%
NÃO IDENTIFICADA A ORIGEM	R\$ 2.062.887.194,57	22,83%
PÚBLICO*	R\$ 996.528.018,43	11,03%
PRIVADO	R\$ 312.730.585,61	3,46%
Total Geral	R\$ 9.036.652.134,58	100,00%

Percebe-se que as fontes privadas identificadas responderam por apenas 3,46% do total de recursos destinados aos cofres da empresa Delta no período analisado. Tal aspecto é de suma importância à presente investigação tendo em vista os casos já identificados de desvios de recursos da empresa Delta para supostas “fornecedoras” mediante simulações de prestação de serviços. Ou seja, a suspeita de que os recursos desviados sejam públicos é bastante consistente.

Vale registrar que a parcela pública, acima identificada, de R\$ 996,53 milhões refere-se aos recursos repassados, inicialmente, a consórcios de empresas e depois rateados pelas construtoras participantes da obra, incluída aí a empresa Delta Construções S/A. Ademais, vale ainda mencionar que, no universo analisado, há cerca de R\$ 2,06 bilhões cuja origem o sigilo bancário, até o momento disponibilizado, não nos permite identificá-la.

Outra análise acerca dessas fontes de recursos da empresa Delta mostrou que a parcela de recursos advinda de pessoas físicas, no contexto do universo investigado, é bastante pequena, conforme segue:

TIPO_PESSOA	VALORES CREDITADOS	PARTICIPAÇÃO %
PJ	R\$ 6.900.592.579,16	76,36%
NÃO IDENTIFICADA A ORIGEM	R\$ 2.062.887.194,57	22,83%
PF	R\$ 73.172.360,85	0,81%
Total Geral	R\$ 9.036.652.134,58	100,00%

Todavia, se analisados os números relativos aos depositantes pessoas físicas mais detalhadamente, verificaremos alguns casos, no mínimo, curiosos. Por exemplo, houve dois depositantes que juntos aportaram cerca de R\$ 54 milhões nas contas da empresa Delta, como segue:

Ano	Depositante	CPF	Rubrica Bancaria	Valor Depositado
2006	RAIMUNDO NONATO BORGES DA SILV	00032399898320	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 11.253.524,98
2007	RAIMUNDO NONATO BORGES DA SILV	00032399898320	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 4.969.656,40
2008	RAIMUNDO NONATO BORGES DA SILV	00032399898320	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 6.550.358,81
2008	FELIPE EUCLIDES DA SILVA	00002219304345	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 1.504.498,62
2009	FELIPE EUCLIDES DA SILVA	00002219304345	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 14.679.119,83
2010	FELIPE EUCLIDES DA SILVA	00002219304345	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 7.770.859,93
2011	FELIPE EUCLIDES DA SILVA	00002219304345	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 6.494.280,24
2012	FELIPE EUCLIDES DA SILVA	00002219304345	RECEB. GOVERNO DO CEARA	R\$ 929.548,19
Total Geral				R\$ 54.151.847,00

Em que pese a instituição financeira ter apontado para depositantes pessoa física, queremos crer que se trata de aportes do Governo do Ceará como indicado pela rubrica bancária. Se correta essa interpretação, o volume de recursos depositados por pessoas físicas diminuiria ainda muito mais.

Outra análise que entendemos importante é aquela que identifica a posição geográfica das fontes de recursos que abasteceram as contas da empresa Delta entre os anos de 2002 e 2012, como segue:

Localização Geográfica da Fonte	Valores Depositados	Participação %
RJ	R\$ 2.639.663.737,58	29,21%
LOCALIZAÇÃO NÃO IDENTIFICADA	R\$ 2.383.306.687,35	26,37%
UNIÃO	R\$ 1.761.162.853,03	19,49%
SP	R\$ 636.256.218,53	7,04%
GO	R\$ 326.304.518,47	3,61%
PA	R\$ 246.023.837,28	2,72%
DF	R\$ 238.263.029,21	2,64%
ES	R\$ 157.675.379,52	1,74%
PE	R\$ 155.333.303,84	1,72%
RS	R\$ 87.153.469,36	0,96%
RR	R\$ 81.560.828,46	0,90%
SE	R\$ 80.975.404,70	0,90%
TO	R\$ 53.361.312,94	0,59%
MS	R\$ 51.284.022,37	0,57%
MT	R\$ 29.826.648,11	0,33%
PI	R\$ 29.170.002,86	0,32%
PR	R\$ 27.245.266,38	0,30%
RN	R\$ 16.682.321,71	0,18%
MG	R\$ 13.794.828,31	0,15%
AL	R\$ 9.449.289,48	0,10%
BA	R\$ 5.376.401,20	0,06%
AM	R\$ 2.800.337,75	0,03%
CE	R\$ 2.574.921,46	0,03%
AC	R\$ 740.303,04	0,01%
SC	R\$ 656.748,11	0,01%
MA	R\$ 6.813,65	0,00%
PB	R\$ 3.649,90	0,00%
Total Geral	R\$ 9.036.652.134,58	100,00%

Percebe-se, logo de início, o relevante papel do Estado do Rio de Janeiro como importante fonte de recursos da empresa Delta Construções S/A. Nada menos do que R\$ 2,64 bilhões tiveram origem em obras executadas nesse Estado. Tal importância já havia sido detectada em análise anterior quando avaliamos o sigilo fiscal da referida empresa. Agora, o sigilo bancário apenas a confirmou.

Quanto à participação da União, queremos crer que está subestimada, tendo em conta a já mencionada análise feita sobre o sigilo fiscal da empresa Delta. Temos a impressão de que parte substancial das fontes pendentes de identificação teve origem na União.

O último aspecto que gostaríamos de comentar antes de passarmos à próxima análise diz respeito à participação do Estado de Goiás no universo investigado. Percebe-se que o referido Estado respondeu por apenas 3,61% do total de aportes nas contas da empresa Delta, equivalentes a cerca de R\$ 326 milhões. Todavia, se perquirimos acerca das efetivas fontes dentro do Estado de Goiás, verificaremos que mais da metade desse valor tem origem em administrações do PT, conforme explicitado no quadro que se segue:

UF	Fonte de Recursos	Valores Depositados	Participação %
GO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA	R\$ 118.702.364,82	36,38%
GO	ANAPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 60.588.484,00	18,57%
GO	FUNDO EST DA SEGURANCA PUBLICA - GO	R\$ 54.863.295,16	16,81%
GO	AGENCIA MUNICIPAL DE OBRAS - GO	R\$ 38.103.852,87	11,68%
GO	AGENCIA GOIANIA DE TRANSPORTES	R\$ 19.820.777,73	6,07%
GO	APARECIDA DE GOIANIA PREFEITURA	R\$ 16.688.495,85	5,11%
GO	CATALAO PREFEITURA	R\$ 4.774.713,70	1,46%
GO	SEC ESTADO INFRAESTRUTURA - GO	R\$ 3.963.532,64	1,21%
GO	PREF MUNI DE ANAPOLIS	R\$ 3.935.567,73	1,21%
GO	FUNDO DE TRANSPORTES - FT	R\$ 2.083.949,70	0,64%
GO	GOIAS DEP. EST. DE TRANSITO - DETRAN	R\$ 1.262.845,21	0,39%
GO	PREF MUN CALDAS NOVAS	R\$ 759.878,86	0,24%
GO	LIMPEZA CEASA GO	R\$ 726.760,19	0,22%
GO	SANEAMENTO DE GOIAS SA	R\$ 20.000,00	0,01%
GO Total		R\$ 326.304.518,47	100,00%

Portanto, não faz o menor sentido a linha investigativa adotada, até o presente momento, pelo Relator da CPMI, quando canaliza praticamente todos os recursos de investigação ao Estado de Goiás, notadamente ao Governador desse Estado.

Outra análise relevante a ser feita diz respeito à distribuição desses aportes de recursos nas contas da empresa Delta no tempo. O quadro que se segue explicita tendência de crescimento dos ingressos no tempo e aponta para uma nítida concentração de depósitos entre os anos de 2009 e 2011. Mais de 60% desses depósitos se concentraram nesses três anos. Se não, vejamos:

Ano dos Aportes de Recursos	Valores Depositados	Participação %
2002	R\$ 245.669.217,32	2,72%
2003	R\$ 96.858.571,35	1,07%
2004	R\$ 329.136.818,72	3,64%

Ano dos Aportes de Recursos	Valores Depositados	Participação %
2005	R\$ 288.247.151,83	3,19%
2006	R\$ 515.129.710,27	5,70%
2007	R\$ 517.250.937,70	5,72%
2008	R\$ 915.061.621,70	10,13%
2009	R\$ 1.767.305.553,77	19,56%
2010	R\$ 2.011.604.824,09	22,26%
2011	R\$ 1.761.681.898,84	19,49%
2012	R\$ 588.705.828,99	6,51%
Total Geral	R\$ 9.036.552.134,58	100,00%

Cabe indagar o que estaria a justificar esse comportamento dos aportes de recursos nas contas da empresa Delta, notadamente porque a quase totalidade das fontes é de natureza pública. Seriam as eleições?!

Tendo em vista a importância do Estado do Rio de Janeiro no contexto da presente investigação, conforme anteriormente apontado, estendemos a mesma análise acerca da distribuição temporal dos aportes de recursos nas contas da empresa Delta em razão de obras executadas, especificamente, no âmbito daquele Estado. O resultado consta do quadro que se segue:

UF	Ano	Aportes de Recursos	Participação %
RJ	2002	R\$ 402.699,56	0,02%
RJ	2003	R\$ 18.565.115,43	0,70%
RJ	2004	R\$ 90.081.685,57	3,41%
RJ	2005	R\$ 111.182.952,48	4,21%
RJ	2006	R\$ 189.843.635,81	7,19%
RJ	2007	R\$ 127.337.177,38	4,82%
RJ	2008	R\$ 131.604.925,07	4,99%
RJ	2009	R\$ 355.459.156,05	13,47%
RJ	2010	R\$ 675.355.125,69	25,58%
RJ	2011	R\$ 696.558.861,39	26,39%
RJ	2012	R\$ 243.272.403,16	9,22%
RJ Total		R\$ 2.639.663.737,58	100,00%

Percebe-se a nítida e evidente concentração de depósitos no período compreendido entre os anos de 2009 e 2011. Nada menos do que R\$ 1,73 bilhão, equivalente a cerca de 65% do total de recursos destinados à empresa Delta em razão de obras executadas no Estado do RJ, foi depositado nas contas da referida empresa apenas nesses três anos.

Seria reflexo das eleições?!...

A propósito dessa última indagação, apenas a título ilustrativo, se desdobrados os aportes havidos no ano de 2010, ano eleitoral, em razão dos respectivos meses, constataremos que o desembolso médio, advindo dos cofres do Estado do RJ, ocorrido no segundo semestre daquele ano é quase o dobro do verificado no primeiro semestre, como segue:

UF	Ano	Mês	Valores Depositados	Desembolso Médio	Participação %
RJ	2010	01	R\$ 23.314.437,68		3,45%
RJ	2010	02	R\$ 20.890.384,38		3,09%
RJ	2010	03	R\$ 26.413.099,15		3,91%
RJ	2010	04	R\$ 49.833.113,70		7,38%
RJ	2010	05	R\$ 52.760.181,45		7,81%
RJ	2010	06	R\$ 54.715.805,16	R\$ 37.987.836,92	8,10%
RJ	2010	07	R\$ 56.358.647,22		8,35%
RJ	2010	08	R\$ 73.919.307,21		10,95%
RJ	2010	09	R\$ 50.937.411,81		7,54%
RJ	2010	10	R\$ 94.768.622,16		14,03%
RJ	2010	11	R\$ 60.977.383,22		9,03%
RJ	2010	12	R\$ 110.466.732,55	R\$ 74.571.350,69	16,36%
RJ	2010 Total		R\$ 675.355.125,69		100,00%
RJ Total			R\$ 675.355.125,69		100,00%

Diante de números tão contundentes, caberia perguntar se já não é hora de se mudar o rumo das investigações?! Com a palavra, o Relator...

O quadro que se segue discrimina as fontes públicas de recursos da empresa Delta Construções S/A identificadas, até o presente momento, a partir do sigilo bancário da referida empresa (posição em 24/08/2012):

Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
DEPTO NAC DE INFRAESTRUTURA DE TRANSP - DNIT	UNIÃO	R\$ 1.279.506.541,37	19,14%
SECRETARIA ESTADO FAZENDA - RJ	RJ	R\$ 705.777.205,22	10,61%
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 237.069.819,35	3,56%
CONSORCIO RIO MELHOR	RJ	R\$ 216.297.141,10	3,25%
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO - SP	SP	R\$ 201.700.003,23	3,03%
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - DF	DF	R\$ 192.913.062,15	2,90%
PREFEITURA CIDADE DO RIO - RJ	RJ	R\$ 188.999.444,76	2,84%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO	RJ	R\$ 163.507.493,66	2,46%
CONSORCIO NOVA TIETE	SP	R\$ 160.441.029,90	2,41%
MINISTERIO DA SAUDE	UNIÃO	R\$ 131.025.195,13	1,97%
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANIA	GO	R\$ 118.702.364,82	1,78%
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS - RJ	RJ	R\$ 114.002.281,14	1,71%
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE - RJ	RJ	R\$ 105.817.172,14	1,59%

Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	UNIÃO	R\$ 100.751.588,53	1,51%
PREF MUNICIPAL DUQUE CAXIAS	RJ	R\$ 98.629.071,74	1,48%
SECRETARIA DE ESTADO DE PROJETOS ESTRATEGICOS - PA	PA	R\$ 95.162.863,97	1,43%
COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA - COMLURB - RJ	RJ	R\$ 94.221.073,27	1,42%
CONSORCIO TRANSCARIOCA BRT	RJ	R\$ 88.523.793,06	1,33%
GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - RR	RR	R\$ 81.560.828,46	1,23%
DEP NAC DE ESTRADAS DE RODAGEM - QNER	UNIÃO	R\$ 79.831.255,61	1,20%
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - PA	PA	R\$ 69.629.025,54	1,05%
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PE	PE	R\$ 67.440.100,05	1,01%
INFRAERO	UNIÃO	R\$ 67.056.660,03	1,01%
CONSORCIO SANEABARRA	RJ	R\$ 64.910.050,81	0,98%
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS	RJ	R\$ 63.401.482,60	0,95%
ANAPOLIS PREFEITURA MUNICIPAL	GO	R\$ 60.588.484,00	0,91%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - SE	SE	R\$ 60.549.902,09	0,91%
CONSORCIO NOVA OPERACAO	RJ	R\$ 58.513.309,87	0,88%
OLINDA PREFEITURA	PE	R\$ 56.677.540,43	0,85%
FUNDO EST DA SEGURANCA PUBLICA - GO	GO	R\$ 54.863.295,16	0,82%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS	TO	R\$ 51.972.701,32	0,78%
COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO	ES	R\$ 51.277.593,57	0,77%
SECRETARIA ESTADO DA FAZENDA RJ	RJ	R\$ 51.139.094,16	0,77%
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MS	MS	R\$ 49.541.560,97	0,74%
CONSORCIO DELTA-BANENGE	RJ	R\$ 45.315.960,76	0,68%
SEC. DA FAZENDA - ES	ES	R\$ 44.383.334,57	0,67%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP	R\$ 41.845.548,54	0,63%
DEPARTAMENTO MUN LIMPEZA URBANA - RS	RS	R\$ 39.949.068,50	0,60%
INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTO - MINIST SAÚDE	UNIÃO	R\$ 39.886.190,66	0,60%
CONSORCIO SOMA - SOLUCOES EM MEIO AMBIENTE	SP	R\$ 38.197.510,83	0,57%
AGENCIA MUNICIPAL DE OBRAS - GO	GO	R\$ 38.103.852,87	0,57%
CONSORCIO EQUIPAR	RJ	R\$ 31.913.078,54	0,48%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - ES	ES	R\$ 29.787.525,63	0,45%
CONSORCIO EMERGENCIA RIOS	RJ	R\$ 29.667.798,48	0,45%
GOV DO ESTADO PIAUI	PI	R\$ 28.780.517,97	0,43%
NOVA IGUAÇU PREFEITURA	RJ	R\$ 28.653.467,33	0,43%
SABESP - SP	SP	R\$ 28.511.552,20	0,43%
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	MT	R\$ 27.779.457,04	0,42%
PREFEITURA DO MUNIC. DE OSASCO	SP	R\$ 27.575.713,83	0,41%
PREF DA CIDADE DO RECIFE	PE	R\$ 27.237.307,22	0,41%
TRIBUNAL DE JUSTICA - ES	ES	R\$ 26.121.859,16	0,39%
CONSORCIO RACIONAL DELTA	RS	R\$ 26.031.838,05	0,39%
SECRETARIA DE ESTADO DE INT REG DES URB E METROPOLITANO - PA	PA	R\$ 25.777.638,32	0,39%
CONS EIXO METROPOLITANO	PR	R\$ 25.372.099,41	0,38%
SECRETARIA DE OBRAS -DF	DF	R\$ 21.989.549,41	0,33%
GOV ESTADO PARA - PA	PA	R\$ 21.972.691,48	0,33%
GAB DO GOV - ESTADO DO RJ	RJ	R\$ 21.418.368,09	0,32%

Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAE	RJ	R\$ 21.299.485,84	0,32%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS	SP	R\$ 20.214.874,12	0,30%
AGENCIA GOIANIA DE TRANSPORTES	GO	R\$ 19.820.777,73	0,30%
CONSORCIO CIDADE DO SAMBA	RJ	R\$ 19.606.180,08	0,29%
CONSORCIO PARQUE	SP	R\$ 19.343.216,45	0,29%
9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	UNIÃO	R\$ 18.463.956,57	0,28%
POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARA	PA	R\$ 18.223.505,14	0,27%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA	SP	R\$ 17.661.502,36	0,27%
APARECIDA DE GOIANIA PREFEITURA	GO	R\$ 16.688.495,86	0,25%
CONSORCIO CENTENARIO	RJ	R\$ 15.313.458,72	0,23%
CONSORCIO MARACANA - RIO 2014	RJ	R\$ 13.922.695,41	0,21%
CONSORCIO TECAM - TECNOLOGIA A	SP	R\$ 13.664.042,85	0,21%
2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	UNIÃO	R\$ 13.271.349,46	0,20%
TRIBUNAL DE JUSTICA DO DF	DF	R\$ 13.097.499,82	0,20%
SECRETARIA DE FAZENDA - SP	SP	R\$ 12.242.390,39	0,18%
SAO PAULO TRANSPORTE S/A	SP	R\$ 12.203.717,49	0,18%
SANASA ABASTECIMENTO CAMPINAS - SP	SP	R\$ 11.896.340,43	0,18%
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS	RS	R\$ 11.517.352,79	0,17%
PM GUARULHOS SP	SP	R\$ 11.513.710,75	0,17%
CONSORCIO CONSTRUTOR CAMINHOS DA SERRA	RJ	R\$ 11.012.962,94	0,17%
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZACAO - SE	SE	R\$ 10.219.294,17	0,15%
3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	UNIÃO	R\$ 10.082.580,19	0,15%
CIA DE DESENV.DOS VALES DO S.FRANC.E P	UNIÃO	R\$ 9.978.777,07	0,15%
RIO GRANDE DO NORTE GOVERNO DO ESTADO	RN	R\$ 9.936.366,30	0,15%
CONSORCIO SUL ENERGIA	RS	R\$ 9.655.210,02	0,15%
CONSORCIO UNIAO SUL	RJ	R\$ 9.465.194,85	0,14%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - AL	AL	R\$ 9.449.289,48	0,14%
MAGE PREFEITURA	RJ	R\$ 9.211.883,44	0,14%
CONSORCIO QUEIROZ GALVAO ORIEN	RJ	R\$ 8.929.085,21	0,13%
CONSORCIO AVENIDA INDUSTRIAL	RJ	R\$ 8.457.894,91	0,13%
CONSORCIO UNIAO NORTE	RJ	R\$ 8.280.262,30	0,12%
CONSORCIO UNIAO NOROESTE	RJ	R\$ 8.133.645,56	0,12%
CONSORCIO PARAIBA DO SUL	RJ	R\$ 8.035.655,00	0,12%
D E R - SE	SE	R\$ 7.650.872,05	0,11%
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - RJ	RJ	R\$ 7.570.618,66	0,11%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - SP	SP	R\$ 7.372.989,84	0,11%
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROB	UNIÃO	R\$ 7.252.536,77	0,11%
CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	DF	R\$ 6.645.479,36	0,10%
PREFEITURA MUNIC DE PORTO REAL BR SAUDE	RJ	R\$ 6.586.751,21	0,10%
1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	UNIÃO	R\$ 6.471.550,07	0,10%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - RN	RN	R\$ 6.430.385,91	0,10%
CONSORCIO ROTA 142	RJ	R\$ 6.342.059,23	0,10%
PREFEITURA MUNIC.DA SERRA	ES	R\$ 6.058.889,13	0,09%
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICA	RJ	R\$ 5.948.921,93	0,09%

Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - RJ	RJ	R\$ 5.861.954,23	0,09%
CONSORCIO INTEGRACAO	MG	R\$ 5.528.193,15	0,08%
COSANPA - PA	PA	R\$ 5.433.939,98	0,08%
SEMAE SERV MUN AGUA E ESG - SP	SP	R\$ 5.383.657,73	0,08%
SECRETARIA DA FAZENDA - BA	BA	R\$ 5.259.840,29	0,08%
CATALAO PREFEITURA	GO	R\$ 4.774.713,70	0,07%
CONSORCIO RACIONAL DELTA RECOMA	RJ	R\$ 4.683.932,88	0,07%
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-RJ FUNDERJ	RJ	R\$ 4.270.120,60	0,06%
FUNDO COMUNITARIO DE VOLTA REDONDA	RJ	R\$ 4.200.094,71	0,06%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - PA	PA	R\$ 4.084.496,86	0,06%
SEC ESTADO INFRA-ESTRUTURA - GO	GO	R\$ 3.963.532,64	0,06%
PREF MUNI DE ANAPOLIS	GO	R\$ 3.935.567,73	0,06%
CONSORCIO DELTA-ARAGUAIA	SP	R\$ 3.738.291,69	0,06%
CONSORCIO ARCO METROPOLITANO	RJ	R\$ 3.667.921,09	0,06%
TCDF TRIBUNAL DE CONTAS DO DF	DF	R\$ 3.617.438,47	0,05%
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A.R	UNIÃO	R\$ 3.581.519,29	0,05%
CONSORCIO CIDADE DAS CRIANCAS	RJ	R\$ 3.374.377,29	0,05%
FUNDAÇÃO INSTITUTO DAS AGUAS DO RJ	RJ	R\$ 3.214.720,58	0,05%
CONSORCIO IGUACU	RJ	R\$ 3.071.025,00	0,05%
CONSORCIO REGIAO NOROESTE	RJ	R\$ 2.850.130,46	0,04%
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - AM	AM	R\$ 2.783.824,86	0,04%
UNICAMP	SP	R\$ 2.750.125,90	0,04%
POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARA	PA	R\$ 2.710.059,55	0,04%
CONSORCIO REGIAO NORTE	RJ	R\$ 2.690.761,77	0,04%
CONSORCIO QGDC	SE	R\$ 2.555.336,39	0,04%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA	CE	R\$ 2.549.947,88	0,04%
CONSORCIO NOVO MERITI	RJ	R\$ 2.432.751,36	0,04%
CONSORCIO NOVOPERACAO	RJ	R\$ 2.412.478,56	0,04%
COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO	PE	R\$ 2.272.654,57	0,03%
SECRETARIA DE ESTADO - PA	PA	R\$ 2.244.946,33	0,03%
TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MG	MG	R\$ 2.240.813,58	0,03%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - MG	MG	R\$ 2.103.366,57	0,03%
CONSORCIO RIOS DA BAIXADA II	RJ	R\$ 2.084.568,03	0,03%
FUNDO DE TRANSPORTES -FT	GO	R\$ 2.083.949,70	0,03%
MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE	MG	R\$ 1.961.687,64	0,03%
MINAS GERAIS SECRETARIA DE EST	MG	R\$ 1.960.767,37	0,03%
CONSORCIO ITABORAI - URE	RJ	R\$ 1.947.349,25	0,03%
CONSORCIO CANTAGALO	RJ	R\$ 1.929.252,31	0,03%
CONSORCIO PONTE RIO DAS OSTRAS	RJ	R\$ 1.749.052,40	0,03%
CONSORCIO NOVA CAXIAS	RJ	R\$ 1.725.528,96	0,03%
CONSORCIO SOLUCAO	RJ	R\$ 1.724.987,92	0,03%
PREFEITURA MUN DE QUISSAMA	RJ	R\$ 1.694.399,70	0,03%
GOVERNO DO PARANA SECRETARIA DE FAZENDA - PR	PR	R\$ 1.686.094,55	0,03%
PREF MUN P E LACERDA	MT	R\$ 1.528.956,75	0,02%

Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
GOV DO ESTADO TOCANTINS - TO	TO	R\$ 1.388.611,62	0,02%
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAI	MS	R\$ 1.334.077,42	0,02%
GOIAS DEP. EST. DE TRANSITO - DETRAN	GO	R\$ 1.262.845,21	0,02%
ITABORAI PREFEITURA	RJ	R\$ 1.163.297,05	0,02%
CONSORCIO PRAIA DO PECADO	RJ	R\$ 1.162.647,45	0,02%
PM BUZIOS	RJ	R\$ 1.156.647,80	0,02%
ARCOVERDE PREFEITURA MUNICIPAL	PE	R\$ 1.003.855,78	0,02%
EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZACAO - RJ	RJ	R\$ 921.524,00	0,01%
CONSORCIO ROTA DO SOL	RJ	R\$ 839.830,00	0,01%
PREF MUN CALDAS NOVAS	GO	R\$ 769.878,86	0,01%
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - AC	AC	R\$ 740.303,04	0,01%
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPERI	RJ	R\$ 731.815,05	0,01%
LIMPEZA CEASA GO	GO	R\$ 726.760,19	0,01%
PM DE MESQUITA	RJ	R\$ 709.411,30	0,01%
SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENAL DO ESTADO DO PARA	PA	R\$ 555.450,00	0,01%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO - RONDONOPOLIS	MT	R\$ 518.234,32	0,01%
CONSORCIO DELTA ROCHA	PE	R\$ 435.504,62	0,01%
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SC	SC	R\$ 424.249,15	0,01%
AGENCIA ESTADUAL DE GESTAO - MS	MS	R\$ 408.383,98	0,01%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - PI	PI	R\$ 389.484,89	0,01%
PREF MUN PARACAMBI	RJ	R\$ 385.552,34	0,01%
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO -RN	RN	R\$ 315.569,50	0,00%
PREF MUNIC B ROXO	RJ	R\$ 225.881,17	0,00%
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA	RJ	R\$ 212.484,40	0,00%
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA	PR	R\$ 187.072,42	0,00%
CONSORCIO LINHA AZUL	RJ	R\$ 166.526,84	0,00%
CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARA	PA	R\$ 160.885,65	0,00%
VARA DO RIO DE JANEIRO	RJ	R\$ 155.547,32	0,00%
SEI D E I N F R A - SC	SC	R\$ 147.334,67	0,00%
CONSORCIO RIOS DA BAIXADA	RJ	R\$ 130.462,42	0,00%
EMPRESA DE MANUTENCAO E LIMPEZA URBANA	PE	R\$ 121.912,76	0,00%
PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIE	BA	R\$ 116.560,91	0,00%
CONSORCIO DC/GE/QG	PE	R\$ 109.973,86	0,00%
CONSORCIO ITABORAI HDT	RJ	R\$ 81.372,01	0,00%
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - SC	SC	R\$ 72.477,51	0,00%
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA - PA	PA	R\$ 68.334,46	0,00%
CONSORCIO VR ECOLOGIA	RJ	R\$ 56.133,83	0,00%
PREF MUNICIPAL DE ARACRUZ	ES	R\$ 41.368,01	0,00%
CONSORCIO CORDEIRO	PE	R\$ 34.454,55	0,00%
VARA DE NITEROI	RJ	R\$ 34.398,98	0,00%
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA - RJ	RJ	R\$ 30.462,44	0,00%
MUNICIPIO DE JUAZEIRO DO NORTE	CE	R\$ 24.973,58	0,00%
VARA DO TRABALHO DE MACAE	RJ	R\$ 20.474,72	0,00%
SANEAMENTO DE GOIAS SA	GO	R\$ 20.000,00	0,00%
Fonte Pública de Recursos	UF	Valores Aportados	Participação %
VARA DE PRESIDENTE FIGUEREDO	AM	R\$ 16.512,89	0,00%
NOVA VENEZA PREFEITURA	SC	R\$ 12.686,78	0,00%
MUNICIPIO DE PIO XII - PREFEIT	MA	R\$ 6.813,65	0,00%
PM BARRA S FRANCISE-CIDE	ES	R\$ 4.809,45	0,00%
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PB	R\$ 3.649,90	0,00%
TRT DA OITAVA REGIAO VT PARAGOMINAS	UNIÃO	R\$ 2.292,54	0,00%
EMPR.BRAS.CORREIOS TELEGRAFOS	UNIÃO	R\$ 859,64	0,00%
Total Geral		R\$ 6.653.345.447,23	100,00%

DELTA CONSTRUÇÕES S/A

ANÁLISES DA DIRF E DA DIPJ

July 15, 2012

Com base nas Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF e nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, identificamos os rendimentos declarados como pagos ou creditados à empresa Delta Construções S/A no período compreendido entre 2003 e 2011, excluído o rendimento recebido decorrente de aplicações financeiras.

Nesse período, houve nítido crescimento no valor do rendimento declarado como pago à empresa Delta Construções S/A:

ANO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
2003	R\$ 654.577,33	0,01%	R\$ 644.758,67	0,01%
2004	R\$ 167.143.783,45	2,24%	R\$ 160.487.664,10	2,26%
2005	R\$ 246.467.922,32	3,31%	R\$ 234.252.353,29	3,29%
2006	R\$ 396.900.903,33	5,33%	R\$ 374.696.609,35	5,27%
2007	R\$ 674.908.535,53	9,06%	R\$ 637.340.595,21	8,96%
2008	R\$ 954.606.252,56	12,82%	R\$ 909.263.622,29	12,78%
2009	R\$ 1.505.352.601,05	20,22%	R\$ 1.435.757.754,14	20,18%
2010	R\$ 2.069.727.454,31	27,80%	R\$ 1.998.630.355,43	28,10%
2011	R\$ 1.429.765.356,67	19,20%	R\$ 1.362.179.116,85	19,15%
Total Geral	R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

Vale ressaltar que os valores declarados como creditados à empresa Delta Construções S/A englobam informações prestadas por órgãos públicos das três esferas de governo, assim como de empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas.

Percebe-se que, a partir de 2008, os rendimentos creditados giram em torno de 1 bilhão de reais, sendo que, no ano de 2010, ultrapassam a casa de 2 bilhões de reais.

Numa tentativa de buscar identificar a força política que predominava na praça ou no ministério onde eram firmados os contratos com a empresa Delta Construções S/A, chegamos ao seguinte resultado:

PARTIDO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
PR	R\$ 3.395.233.907,91	45,60%	R\$ 3.197.077.533,27	44,95%
PMDB	R\$ 1.348.876.465,17	18,12%	R\$ 1.310.378.735,50	18,42%
PT	R\$ 1.298.155.280,42	17,44%	R\$ 1.246.485.482,28	17,52%
PSDB	R\$ 501.301.994,83	6,73%	R\$ 482.928.438,58	6,79%
DEM	R\$ 301.009.840,30	4,04%	R\$ 296.756.512,69	4,17%
PSB	R\$ 266.163.821,10	3,57%	R\$ 253.513.063,41	3,56%
PDT	R\$ 73.377.165,21	0,99%	R\$ 72.692.113,48	1,02%
PC DO B	R\$ 70.647.869,44	0,95%	R\$ 68.242.197,40	0,96%
PP	R\$ 32.004.459,99	0,43%	R\$ 29.781.828,18	0,42%
PTB	R\$ 18.832.603,06	0,25%	R\$ 18.318.529,30	0,26%
PRB	R\$ 4.227.946,98	0,06%	R\$ 4.173.724,38	0,06%
PSC	R\$ 1.065.889,25	0,01%	R\$ 1.065.889,25	0,01%
-	R\$ 134.630.142,89	1,81%	R\$ 131.838.781,61	1,85%
Total Geral	R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

A relevante participação do Partido da República se deve simplesmente ao fato de esse partido ter comandado o Ministério dos Transportes, especialmente o DNIT, durante a maior parte do período analisado.

Chama também à atenção as participações do PMDB e do PT.

Agora, se resumirmos os mesmos números entre Oposição e Base do Governo, veremos que esta desfruta, em detrimento daquela, de uma participação muito superior. Se não, vejamos:

SITUAÇÃO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
BASE DO GOVERNO	R\$ 6.508.585.408,53	87,42%	R\$ 6.201.729.096,45	87,19%
OPOSIÇÃO	R\$ 802.311.835,13	10,78%	R\$ 779.684.951,27	10,96%
-	R\$ 134.630.142,89	1,81%	R\$ 131.838.781,61	1,85%
Total Geral	R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

Vale ressaltar que a vinculação política foi feita com base nas situações existentes a partir das eleições de 2008, no caso dos municípios, e de 2010, nos casos dos estados e do Governo Federal.

Se desdobrados espacialmente esses números, temos:

UF	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
NA	R\$ 3.835.405.463,30	51,51%	R\$ 3.610.773.136,32	50,76%
RJ	R\$ 1.471.899.453,13	19,77%	R\$ 1.424.702.182,89	20,03%
SP	R\$ 458.812.711,39	6,16%	R\$ 451.168.993,35	6,34%
GO	R\$ 388.194.181,66	5,21%	R\$ 382.580.837,71	5,38%
RS	R\$ 239.423.847,02	3,22%	R\$ 225.532.153,55	3,17%
PE	R\$ 209.188.630,18	2,81%	R\$ 202.424.114,92	2,85%
DF	R\$ 199.958.021,17	2,69%	R\$ 192.520.530,48	2,71%
PA	R\$ 152.524.836,12	2,05%	R\$ 149.022.655,04	2,10%
ES	R\$ 96.591.412,07	1,30%	R\$ 91.896.657,98	1,29%
TO	R\$ 69.759.679,80	0,94%	R\$ 66.737.566,82	0,94%
CE	R\$ 48.132.974,23	0,65%	R\$ 47.377.795,25	0,67%
SE	R\$ 41.180.337,54	0,55%	R\$ 40.393.602,45	0,57%
MT	R\$ 37.994.849,83	0,51%	R\$ 36.982.342,23	0,52%
RN	R\$ 32.798.316,99	0,44%	R\$ 31.806.849,80	0,45%
PI	R\$ 29.721.610,98	0,40%	R\$ 28.114.091,93	0,40%
PR	R\$ 4.849.101,43	0,07%	R\$ 4.639.154,73	0,07%
BA	R\$ 2.104.744,46	0,03%	R\$ 2.097.309,78	0,03%
MS	R\$ 1.652.643,88	0,02%	R\$ 1.516.628,25	0,02%
MA	R\$ 439.323,77	0,01%	R\$ 413.623,33	0,01%
SC	R\$ 430.720,96	0,01%	R\$ 424.260,15	0,01%
PB	R\$ 290.980,55	0,00%	R\$ 273.958,19	0,00%
RO	R\$ 143.509,33	0,00%	R\$ 135.114,03	0,00%
-	R\$ 124.030.036,76	1,67%	R\$ 121.719.270,15	1,71%
Total Geral	R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

Cerca de metade dos rendimentos declarados como pagos à empresa Delta Construções S/A advém da esfera federal, mais especificamente do Ministério dos Transportes.

Chama à atenção a participação do estado do Rio de Janeiro com cerca de 20% de tudo o que foi declarado como pago à empresa Delta Construções S/A no período analisado.

Se analisados os números do estado do Rio de Janeiro isoladamente, perceberemos a expressiva participação do PMDB.

O quadro que se segue traz os números do estado do Rio de Janeiro, desdobrados pelos municípios contratantes.

PARTIDO	UF	MUNICÍPIO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
PMDB	RJ	-	R\$ 947.332.237,96	64,36%	R\$ 926.824.747,70	65,05%
PMDB	RJ	RIO DE JANEIRO	R\$ 158.225.935,00	10,75%	R\$ 150.964.200,66	10,60%
PMDB	RJ	RIO DAS OSTRAS	R\$ 57.716.611,31	3,92%	R\$ 56.243.424,28	3,95%
PMDB	RJ	VOLTA REDONDA	R\$ 4.126.996,43	0,28%	R\$ 3.968.107,06	0,28%
PMDB	RJ	MAGÉ	R\$ 3.788.995,05	0,26%	R\$ 3.636.476,72	0,26%
PMDB	RJ	BARRA MANSA	R\$ 864.513,03	0,06%	R\$ 766.969,81	0,05%
PMDB	RJ	SAQUAREMA	R\$ 503.113,90	0,03%	R\$ 480.978,94	0,03%
PMDB	RJ	Total	R\$ 1.172.558.402,68	79,66%	R\$ 1.142.884.905,17	80,22%
PMDB Total			R\$ 1.172.558.402,68	79,66%	R\$ 1.142.884.905,17	80,22%
PSDB	RJ	DUQUE DE CAXIAS	R\$ 150.091.268,02	10,20%	R\$ 140.949.175,52	9,89%
PSDB	RJ	Total	R\$ 150.091.268,02	10,20%	R\$ 140.949.175,52	9,89%
PSDB Total			R\$ 150.091.268,02	10,20%	R\$ 140.949.175,52	9,89%
PT	RJ	-	R\$ 87.599.556,43	5,95%	R\$ 81.850.773,62	5,75%
PT	RJ	NOVA IGUAÇU	R\$ 26.122.239,91	1,77%	R\$ 24.783.207,44	1,74%
PT	RJ	MARICÁ	R\$ 6.536.934,60	0,44%	R\$ 5.958.069,01	0,42%
PT	RJ	BELFORD ROXO	R\$ 2.145.148,69	0,15%	R\$ 2.145.148,69	0,15%
PT	RJ	Total	R\$ 122.403.879,63	8,32%	R\$ 114.737.198,76	8,05%
PT Total			R\$ 122.403.879,63	8,32%	R\$ 114.737.198,76	8,05%
PDT	RJ	SÃO GONÇALO	R\$ 11.958.877,06	0,81%	R\$ 11.957.531,38	0,84%
PDT	RJ	NITEROI	R\$ 1.604.929,69	0,11%	R\$ 1.599.730,65	0,11%
PDT	RJ	Total	R\$ 13.563.806,75	0,92%	R\$ 13.557.262,03	0,95%
PDT Total			R\$ 13.563.806,75	0,92%	R\$ 13.557.262,03	0,95%
DEM	RJ	PORTO REAL	R\$ 11.919.301,55	0,81%	R\$ 11.295.217,22	0,79%
DEM	RJ	Total	R\$ 11.919.301,55	0,81%	R\$ 11.295.217,22	0,79%
DEM Total			R\$ 11.919.301,55	0,81%	R\$ 11.295.217,22	0,79%
PR	RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	R\$ 1.252.916,41	0,09%	R\$ 1.174.973,96	0,08%
PR	RJ	-	R\$ 109.878,09	0,01%	R\$ 103.450,23	0,01%
PR	RJ	Total	R\$ 1.362.794,50	0,09%	R\$ 1.278.424,19	0,09%
PR Total			R\$ 1.362.794,50	0,09%	R\$ 1.278.424,19	0,09%
Total Geral			R\$ 1.471.899.453,13	100,00%	R\$ 1.424.702.182,89	100,00%

Outra análise importante a ser feita diz respeito à participação do setor público na contratação dos serviços da empresa Delta Construções S/A.

O quadro a seguir traz essa informação.

ESFERA	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
PÚBLICA	R\$ 7.321.497.349,79	98,33%	R\$ 6.991.533.559,17	98,29%
PRIVADA	R\$ 124.027.536,76	1,67%	R\$ 121.716.807,65	1,71%
-	R\$ 2.500,00	0,00%	R\$ 2.462,50	0,00%
Total Geral	R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

Percebe-se que a quase totalidade dos rendimentos declarados como pagos à empresa Delta Construções S/A advém da esfera pública, conforme, inclusive, declarado por Fernando Cavendish, presidente afastado da empresa.

O quadro que se segue resume as informações constantes deste relato.

PARTIDO	UF	MUNICIPIO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LIQUIDO	%
PR	NA	-	R\$ 3.390.871.445,02	45,54%	R\$ 3.192.917.863,38	44,89%
PR	NA Total		R\$ 3.390.871.445,02	45,54%	R\$ 3.192.917.863,38	44,89%
PR	TO	PARAÍSO DO TOCANTINS	R\$ 1.747.798,90	0,02%	R\$ 1.702.610,56	0,02%
PR	TO	-	R\$ 114.528,36	0,00%	R\$ 107.828,45	0,00%
PR	TO Total		R\$ 1.862.327,26	0,03%	R\$ 1.810.439,01	0,03%
PR	RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	R\$ 1.252.916,41	0,02%	R\$ 1.174.973,96	0,02%
PR	RJ	-	R\$ 109.878,09	0,00%	R\$ 103.450,23	0,00%
PR	RJ Total		R\$ 1.362.794,50	0,02%	R\$ 1.278.424,19	0,02%
PR	MA	-	R\$ 439.323,77	0,01%	R\$ 413.623,33	0,01%
PR	MA Total		R\$ 439.323,77	0,01%	R\$ 413.623,33	0,01%
PR	PB	-	R\$ 290.980,55	0,00%	R\$ 273.958,19	0,00%
PR	PB Total		R\$ 290.980,55	0,00%	R\$ 273.958,19	0,00%
PR	RN	-	R\$ 143.532,60	0,00%	R\$ 135.135,96	0,00%
PR	RN Total		R\$ 143.532,60	0,00%	R\$ 135.135,96	0,00%
PR	RO	-	R\$ 143.509,33	0,00%	R\$ 135.114,03	0,00%
PR	RO Total		R\$ 143.509,33	0,00%	R\$ 135.114,03	0,00%
PR	SE	-	R\$ 119.994,88	0,00%	R\$ 112.975,18	0,00%
PR	SE Total		R\$ 119.994,88	0,00%	R\$ 112.975,18	0,00%
PR Total			R\$ 3.395.233.907,91	45,60%	R\$ 3.197.077.533,27	44,95%
PMDB	RJ	-	R\$ 947.332.237,96	12,72%	R\$ 926.824.747,70	13,03%
PMDB	RJ	RIO DE JANEIRO	R\$ 158.225.935,00	2,13%	R\$ 150.964.200,66	2,12%
PMDB	RJ	RIO DAS OSTRAS	R\$ 57.716.611,31	0,78%	R\$ 56.243.424,28	0,79%
PMDB	RJ	VOLTA REDONDA	R\$ 4.126.996,43	0,06%	R\$ 3.968.107,06	0,06%
PMDB	RJ	MAGÉ	R\$ 3.788.995,05	0,05%	R\$ 3.636.476,72	0,05%
PMDB	RJ	BARRA MANSA	R\$ 864.513,03	0,01%	R\$ 766.969,81	0,01%
PMDB	RJ	SAQUAREMA	R\$ 503.113,90	0,01%	R\$ 480.978,94	0,01%
PMDB	RJ Total		R\$ 1.172.558.402,68	15,75%	R\$ 1.142.884.905,17	16,07%
PMDB	NA	-	R\$ 78.322.705,90	1,05%	R\$ 73.732.844,99	1,04%
PMDB	NA Total		R\$ 78.322.705,90	1,05%	R\$ 73.732.844,99	1,04%
PMDB	RS	- PORTO ALEGRE	R\$ 54.026.319,97	0,73%	R\$ 50.924.378,69	0,72%
PMDB	RS Total		R\$ 54.026.319,97	0,73%	R\$ 50.924.378,69	0,72%
PMDB	MT	-	R\$ 19.511.847,30	0,26%	R\$ 18.716.501,68	0,26%

PARTIDO	UF	MUNICIPIO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
PMDB	MT	RONDONÓPOLIS	R\$ 3.269.460,02	0,04%	R\$ 3.236.765,43	0,05%
PMDB	MT	Total	R\$ 22.781.307,32	0,31%	R\$ 21.953.267,11	0,31%
PMDB	GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 12.821.736,24	0,17%	R\$ 12.711.736,83	0,18%
PMDB	GO	CATALÃO	R\$ 5.309.437,96	0,07%	R\$ 5.293.560,54	0,07%
PMDB	GO	Total	R\$ 18.131.174,20	0,24%	R\$ 18.005.297,37	0,25%
PMDB	MS	NAVIRAI	R\$ 1.652.643,88	0,02%	R\$ 1.516.628,25	0,02%
PMDB	MS	Total	R\$ 1.652.643,88	0,02%	R\$ 1.516.628,25	0,02%
PMDB	CE	TAUÁ	R\$ 1.004.295,42	0,01%	R\$ 989.231,02	0,01%
PMDB	CE	Total	R\$ 1.004.295,42	0,01%	R\$ 989.231,02	0,01%
PMDB	PA	ANANINDEUA	R\$ 363.604,03	0,00%	R\$ 343.605,81	0,00%
PMDB	PA	Total	R\$ 363.604,03	0,00%	R\$ 343.605,81	0,00%
PMDB	BA	JEQUIÉ	R\$ 36.011,77	0,00%	R\$ 28.577,09	0,00%
PMDB	BA	Total	R\$ 36.011,77	0,00%	R\$ 28.577,09	0,00%
PMDB Total			R\$ 1.348.876.465,17	18,12%	R\$ 1.310.378.735,50	18,42%
PT	GO	GOIÂNIA	R\$ 192.082.363,22	2,58%	R\$ 188.809.549,78	2,65%
PT	GO	ANÁPOLIS	R\$ 110.210.408,20	1,48%	R\$ 109.389.247,70	1,54%
PT	GO	GIOÂNIA	R\$ 7.866.554,08	0,11%	R\$ 7.786.871,39	0,11%
PT	GO	Total	R\$ 310.159.325,50	4,17%	R\$ 305.985.668,87	4,30%
PT	NA	-	R\$ 267.746.441,59	3,60%	R\$ 251.278.240,37	3,53%
PT	NA	Total	R\$ 267.746.441,59	3,60%	R\$ 251.278.240,37	3,53%
PT	DF	BRASÍLIA	R\$ 199.958.021,17	2,69%	R\$ 192.520.530,48	2,71%
PT	DF	Total	R\$ 199.958.021,17	2,69%	R\$ 192.520.530,48	2,71%
PT	RS	-	R\$ 153.393.067,06	2,06%	R\$ 144.825.946,68	2,04%
PT	RS	Total	R\$ 153.393.067,06	2,06%	R\$ 144.825.946,68	2,04%
PT	RJ	-	R\$ 87.599.556,43	1,18%	R\$ 81.850.773,62	1,15%
PT	RJ	NOVA IGUAÇU	R\$ 26.122.239,91	0,35%	R\$ 24.783.207,44	0,35%
PT	RJ	MARICÁ	R\$ 6.536.934,60	0,09%	R\$ 5.958.069,01	0,08%
PT	RJ	BELFORD ROXO	R\$ 2.145.148,69	0,03%	R\$ 2.145.148,69	0,03%
PT	RJ	Total	R\$ 122.403.879,63	1,64%	R\$ 114.737.198,76	1,61%
PT	PE	RECIFE	R\$ 110.403.541,64	1,48%	R\$ 106.932.429,94	1,50%
PT	PE	Total	R\$ 110.403.541,64	1,48%	R\$ 106.932.429,94	1,50%
PT	TO	PALMAS	R\$ 67.897.352,54	0,91%	R\$ 64.927.127,81	0,91%
PT	TO	Total	R\$ 67.897.352,54	0,91%	R\$ 64.927.127,81	0,91%
PT	SE	-	R\$ 38.300.610,28	0,51%	R\$ 37.669.741,16	0,53%
PT	SE	Total	R\$ 38.300.610,28	0,51%	R\$ 37.669.741,16	0,53%
PT	SP	OSASCO	R\$ 15.253.767,88	0,20%	R\$ 14.969.325,08	0,21%
PT	SP	GUARULHOS	R\$ 10.570.540,44	0,14%	R\$ 10.570.540,44	0,15%
PT	SP	Total	R\$ 25.824.308,32	0,35%	R\$ 25.539.865,52	0,36%
PT	BA	-	R\$ 2.068.732,69	0,03%	R\$ 2.068.732,69	0,03%
PT	BA	Total	R\$ 2.068.732,69	0,03%	R\$ 2.068.732,69	0,03%
PT Total			R\$ 1.798.155.280,42	17,44%	R\$ 1.746.485.482,78	17,52%
PSDB	PA	-	R\$ 152.161.232,09	2,04%	R\$ 148.679.049,23	2,09%
PSDB	PA	Total	R\$ 152.161.232,09	2,04%	R\$ 148.679.049,23	2,09%
PSDB	RJ	DUQUE DE CAXIAS	R\$ 150.091.268,02	2,02%	R\$ 140.949.175,52	1,98%

PARTIDO	UF	MUNICIPIO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LIQUIDO	%
PSDB	RJ	Total	R\$ 150.091.268,02	2,02%	R\$ 140.949.175,52	1,98%
PSDB	SP	-	R\$ 106.836.216,34	1,43%	R\$ 102.938.188,42	1,45%
PSDB	SP	PIRACICABA	R\$ 12.896.163,93	0,17%	R\$ 12.757.302,32	0,18%
PSDB	SP	ITANHAEM	R\$ 416.677,80	0,01%	R\$ 412.511,02	0,01%
PSDB	SP	Total	R\$ 120.149.058,07	1,61%	R\$ 116.108.001,76	1,63%
PSDB	GO	-	R\$ 58.837.792,71	0,79%	R\$ 57.523.982,22	0,81%
PSDB	GO	Total	R\$ 58.837.792,71	0,79%	R\$ 57.523.982,22	0,81%
PSDB	MT	CUIABÁ	R\$ 15.213.542,51	0,20%	R\$ 15.029.075,12	0,21%
PSDB	MT	Total	R\$ 15.213.542,51	0,20%	R\$ 15.029.075,12	0,21%
PSDB	PR	-	R\$ 4.637.649,05	0,06%	R\$ 4.427.702,35	0,06%
PSDB	PR	CURITIBA	R\$ 211.452,38	0,00%	R\$ 211.452,38	0,00%
PSDB	PR	Total	R\$ 4.849.101,43	0,07%	R\$ 4.639.154,73	0,07%
PSDB Total			R\$ 501.301.928,83	6,73%	R\$ 482.578.438,58	6,79%
DEM	SP	SÃO PAULO	R\$ 256.005.033,40	3,44%	R\$ 253.365.321,48	3,56%
DEM	SP	Total	R\$ 256.005.033,40	3,44%	R\$ 253.365.321,48	3,56%
DEM	RN	-	R\$ 32.654.784,39	0,44%	R\$ 31.671.713,84	0,45%
DEM	RN	Total	R\$ 32.654.784,39	0,44%	R\$ 31.671.713,84	0,45%
DEM	RJ	PORTO REAL	R\$ 11.919.301,55	0,16%	R\$ 11.295.217,22	0,16%
DEM	RJ	Total	R\$ 11.919.301,55	0,16%	R\$ 11.295.217,22	0,16%
DEM	SC	-	R\$ 430.720,96	0,01%	R\$ 424.260,15	0,01%
DEM	SC	Total	R\$ 430.720,96	0,01%	R\$ 424.260,15	0,01%
DEM Total			R\$ 301.009.840,30	4,04%	R\$ 296.756.512,69	4,17%
PSB	ES	-	R\$ 92.816.584,83	1,25%	R\$ 88.127.819,25	1,24%
PSB	ES	DOMINGOS MARTINS	R\$ 795.780,38	0,01%	R\$ 789.791,87	0,01%
PSB	ES	Total	R\$ 93.612.365,21	1,26%	R\$ 88.917.611,12	1,25%
PSB	NA	-	R\$ 87.864.764,66	1,18%	R\$ 82.724.676,12	1,16%
PSB	NA	Total	R\$ 87.864.764,66	1,18%	R\$ 82.724.676,12	1,16%
PSB	CE	-	R\$ 42.827.014,34	0,58%	R\$ 42.143.555,03	0,59%
PSB	CE	BREJO SANTO	R\$ 73.717,49	0,00%	R\$ 71.284,82	0,00%
PSB	CE	Total	R\$ 42.900.731,83	0,58%	R\$ 42.214.839,85	0,59%
PSB	PI	-	R\$ 29.721.610,98	0,40%	R\$ 28.114.091,93	0,40%
PSB	PI	Total	R\$ 29.721.610,98	0,40%	R\$ 28.114.091,93	0,40%
PSB	PE	-	R\$ 12.064.348,42	0,16%	R\$ 11.541.844,39	0,16%
PSB	PE	Total	R\$ 12.064.348,42	0,16%	R\$ 11.541.844,39	0,16%
PSB Total			R\$ 706.161.841,10	3,57%	R\$ 678.458.055,41	3,56%
-	-	-	R\$ 124.030.036,76	1,67%	R\$ 121.719.270,15	1,71%
-	-	- Total	R\$ 124.030.036,76	1,67%	R\$ 121.719.270,15	1,71%
-	NA	-	R\$ 10.600.106,13	0,14%	R\$ 10.119.511,46	0,14%
-	NA	Total	R\$ 10.600.106,13	0,14%	R\$ 10.119.511,46	0,14%
PSB Total			R\$ 134.630.142,89	1,81%	R\$ 131.838.781,61	1,85%
PDT	SP	CAMPINAS	R\$ 49.688.135,92	0,67%	R\$ 49.688.135,92	0,70%
PDT	SP	ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ	R\$ 7.146.175,68	0,10%	R\$ 6.467.668,67	0,09%
PDT	SP	Total	R\$ 56.834.311,60	0,76%	R\$ 56.155.804,59	0,79%
PDT	RJ	SÃO GONÇALO	R\$ 11.958.877,06	0,16%	R\$ 11.957.531,38	0,17%

PARTIDO	UF	MUNICÍPIO	RENDIMENTO BRUTO	%	RENDIMENTO LÍQUIDO	%
PDT	RJ	NITERÓI	R\$ 1.604.929,69	0,02%	R\$ 1.599.730,65	0,02%
PDT	RJ Total		R\$ 13.563.806,75	0,18%	R\$ 13.557.262,03	0,19%
PDT	ES	SERRA	R\$ 2.979.046,86	0,04%	R\$ 2.979.046,86	0,04%
PDT	ES Total		R\$ 2.979.046,86	0,04%	R\$ 2.979.046,86	0,04%
PDT Total			R\$ 73.377.169,21	0,99%	R\$ 72.697.113,48	1,02%
PC DO B	PE	OLINDA	R\$ 67.888.137,06	0,91%	R\$ 65.631.311,29	0,92%
PC DO B	PE Total		R\$ 67.888.137,06	0,91%	R\$ 65.631.311,29	0,92%
PC DO B	SE	ARACAJU	R\$ 2.759.732,38	0,04%	R\$ 2.610.886,11	0,04%
PC DO B	SE Total		R\$ 2.759.732,38	0,04%	R\$ 2.610.886,11	0,04%
PC DO B Total			R\$ 70.647.869,44	0,95%	R\$ 68.242.197,40	0,96%
PP	RS	PELOTAS	R\$ 32.004.459,99	0,43%	R\$ 29.781.828,18	0,42%
PP	RS Total		R\$ 32.004.459,99	0,43%	R\$ 29.781.828,18	0,42%
PP Total			R\$ 32.004.459,99	0,43%	R\$ 29.781.828,18	0,42%
PTB	PE	ARCOVERDE	R\$ 18.832.603,06	0,25%	R\$ 18.318.529,30	0,26%
PTB	PE Total		R\$ 18.832.603,06	0,25%	R\$ 18.318.529,30	0,26%
PTB Total			R\$ 18.832.603,06	0,25%	R\$ 18.318.529,30	0,26%
PRB	CE	CAUCÁIA	R\$ 4.227.946,98	0,06%	R\$ 4.173.724,38	0,06%
PRB	CE Total		R\$ 4.227.946,98	0,06%	R\$ 4.173.724,38	0,06%
PRB Total			R\$ 4.227.946,98	0,06%	R\$ 4.173.724,38	0,06%
PSC	GO	CALDAS NOVAS	R\$ 1.065.889,25	0,01%	R\$ 1.065.889,25	0,01%
PSC	GO Total		R\$ 1.065.889,25	0,01%	R\$ 1.065.889,25	0,01%
PSC Total			R\$ 1.065.889,25	0,01%	R\$ 1.065.889,25	0,01%
Total Geral			R\$ 7.445.527.386,55	100,00%	R\$ 7.113.252.829,32	100,00%

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – V. Ex^a será atendido, Senador Alvaro Dias, conforme determina o Regimento.

Quero registrar a presença do Prefeito de Marcelândia, no Estado de Mato Grosso, Adalberto Diamante. E também a presença dos alunos do Colégio Adventista de Taguatinga e do Centro Educacional nº 17, de Ceilândia, no Distrito Federal. Sejam todos muito bem-vindos.

Agora, passo a palavra à Senadora Ana Rita.

E depois, pela Liderança do PMDB, ao Senador Eunício Oliveira.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Senador Cidinho, prezadas Senadoras e Senadores; ouvintes da Rádio Senado; telespectadores da *TV Senado*; e público aqui presente, que nos acompanha nesta sessão de hoje, às vezes, o atropelo

das atividades que nós Parlamentares temos que desempenhar, comparecer a várias agendas, reuniões de Comissões, estar presente no Estado, nos Municípios, no contato direto com nossa população, por vezes não nos permite que demonstremos nosso contentamento com a aprovação de algumas matérias, como a aprovação da PEC da Autonomia da Defensoria Pública da União, no último esforço concentrado.

Quero, neste momento, lembrar da aprovação dessa PEC e de sua importância, não só para a categoria, mas para a população brasileira.

A aprovação da PEC 82 não significou apenas a correção de uma omissão da nossa Constituição Federal, incluindo na nossa Carta Magna a tão necessária autonomia funcional da Defensoria Pública da União, a exemplo do que ocorre com as Defensorias Estaduais, cuja autonomia já estava garantida no próprio Texto Constitucional.

A Defensoria Pública tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana e como objetivos a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nós, que militamos pelos direitos humanos, temos na Defensoria Pública nossa grande aliada, aquela que vem, por dever de ofício, em socorro daqueles que não têm condições financeiras para que seus direitos sejam respeitados e, com isso, acessarem a justiça.

Tradicionalmente, é a população mais empobrecida que sofre as maiores violações de direitos humanos. É essa população que luta para ter seus direitos humanos à educação e saúde públicas de qualidade garantidos, é a que também sofre as maiores violações por parte do aparato de segurança pública. Não são raros os relatos de agressões e ofensas em meras revistas pessoais, de torturas a pessoas presas em flagrante e investigadas pela polícia, de execuções sumárias e de maus tratos e torturas no sistema carcerário.

É nessa seara que a Defensoria Pública atua, para garantir o respeito aos direitos humanos desses cidadãos e dessas cidadãs. A presença da Defensoria Pública é a tranquilidade de que a dignidade da pessoa humana será assegurada.

Com relação à Defensoria Pública da União, sua atuação se faz mais destacada em ações relativas à saúde (fornecimentos de medicamentos e tratamentos médicos), contratos bancários que envolvam a Caixa Econômica Federal, concessão de benefícios previdenciários e assistenciais, bem como atuação na área criminal.

O que aprovamos nesta Casa foi a extensão da fronteira da democracia para incorporar ao ordenamento jurídico as populações periféricas de baixa renda, na busca da superação da aplicabilidade da lei que, segundo a afirmação de Dom Mauro Morelli, era “o Código Civil para os ricos e o Código Penal para os pobres”. Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, de memória muito louvável de todos nós.

Porém, ao examinar as condições operacionais no meu Estado, que é o Estado do Espírito Santo, vejo que, além da aprovação pelo Parlamento, há muito que fazer para a construção de uma autonomia efetiva que leve a ações concretas de inclusão jurídica.

Hoje a Defensoria Pública da União conta com apenas 470 defensores públicos federais. Esse número é muito reduzido, principalmente quando comparado com a existência de 3.574 juízes trabalhistas, 1.715 juizes federais, 1.698 membros do Ministério Público

da União, 7.970 membros da Advocacia Geral da União (entre advogados da União, procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional).

A falta de recursos humanos e materiais conduz a Defensoria Pública da União a uma atuação extremamente precária na Justiça do Trabalho, ficando o cidadão que não pode arcar com o pagamento de honorários advocatícios para defender seus interesses sem possibilidade de acesso a um defensor público.

No caso específico do Estado do Espírito Santo, existem varas federais apenas em Vitória, Serra, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus, Linhares e Colatina. Por outro lado, existe Defensoria Pública da União em Vitória, capital, que atende precariamente a 19 municípios da Grande Vitória, Serra e Fundão.

Dessa forma, dos 78 Municípios do Estado, apenas 21 contam com uma assistência precária da Defensoria Pública da União, ficando os demais 57 sem qualquer apoio da Defensoria Pública.

No caso específico da Defensoria Pública da União do Espírito Santo, algumas peculiaridades merecem ser destacadas: são apenas nove defensores públicos federais e, pela escassez de recursos, a atuação é restrita à Grande Vitória. Assim, a população de outras localidades do interior não tem acesso aos serviços prestados pela Defensoria Pública da União.

Segundo dados da própria Defensoria Pública, somente neste ano, até o mês de junho, foram realizados, entre aberturas de novos processos de assistência jurídica gratuita e atendimentos de retorno, mais de 31.300 mil atendimentos para 10.619 mil cidadãos.

Considerando que o Espírito Santo possui apenas nove cargos de Defensor Público Federal, pode-se concluir que, nos últimos seis meses, alcançou-se a seguinte média: 3.487 mil atendimentos por defensor e 1.179 mil pessoas por defensor, o que podemos chamar de heróico e também desumano.

A Defensoria Pública da União do Espírito Santo conta com apenas um carro oficial, com quilometragem contratualmente reduzida, diante de inúmeras restrições de ordem orçamentária. Assim, participações em itinerantes e mutirões fora da sede ficam prejudicadas, ou, se realizadas, praticamente ficam a cargo do Defensor Público Federal.

Não há setor médico ou mesmo um único médico para auxiliar seus membros em questões técnicas relativas aos pleitos por medicamentos, exames, internações, tratamentos e pedidos por benefícios por incapacidade, nem mesmo para acompanhar aos assistidos durante as perícias na qualidade de médico-assistente.

A Defensoria Pública da União, de uma maneira geral, desde o seu nascimento até os dias atuais,

não conta com qualquer estrutura e carreira de apoio, como, por exemplo, técnicos e analistas processuais.

Diante dessas dificuldades, a Defensoria Pública da União não tem conseguido atender a demanda. Nesse contexto, a concessão de autonomia funcional e administrativa em iniciativa de proposta orçamentária é essencial para que a Defensoria Pública da União cumpra sua missão constitucional de prestar, efetivamente e com a devida estrutura, assistência jurídica gratuita a todos os necessitados.

Este é o início de uma nova era para a Defensoria Pública da União. Esperamos que agora venham a reboque maiores investimentos públicos e maior valorização dos defensores públicos federais e dos servidores desse que é um dos órgãos da nossa República.

Era o que tinha para o momento, Sr. Presidente, e quero agradecer a oportunidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senadora Ana Rita. Esperamos, complementando a sua colocação, de que a mesma autonomia financeira e orçamentária que a Defensoria Pública da União tenha, possa o Ministério Público Federal da União também vir a ter, porque esta é a reivindicação de todos os seus membros: a sua autonomia orçamentária. E vamos falar disso aqui, hoje ou na próxima semana.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira, pela Liderança do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores da Rádio e da TV Senado no Ceará e em todo o Brasil, subo à tribuna para aplaudir a aprovação do PLV nº 20, decorrente da Medida Provisória 565, que determinou ao Poder Executivo criar linhas de créditos especiais destinadas a minorar os efeitos devastadores de 10 meses de seca no interior da Região Nordeste, particularmente para os Municípios em situação de emergência – e quase todos eles estão em calamidade de pública e situação de emergência no meu querido Estado do Ceará.

Com referência à Medida Provisória 565, mais conhecida como MP da Seca, é importante registrar que a Presidente Dilma e sua equipe mostraram-se sensíveis a um pleito da Bancada nordestina de ambas as Casas, no sentido de estender os benefícios da renegociação da dívida agrícola para contratos de até 200 mil originários, o que permitiu ampliar a todos os pequenos e médios agricultores do Nordeste brasileiro vitimados pela seca.

O cuidado com os pequenos agricultores é um trabalho que começamos, ainda, Sr. Presidente, na

Câmara dos Deputados, quando relatei uma medida provisória que virou a Lei 11.322, de 2006, dando ali início ao processo de renegociação de dívidas de mais de 340 mil agricultores endividados, gente humilde e gente trabalhadora do Nordeste brasileiro, especialmente do meu Ceará.

Naquele relatório, estabelecia o limite financeiro para repactuação de débitos de até R\$100 mil, beneficiando, principalmente, como disse, os pequenos produtores que tomaram empréstimos iguais ou inferiores a R\$35 mil contratados até 2001.

Mais recentemente, pela segunda vez, tive aqui, neste Senado, a honra de ver transformada em lei mais uma proposição por mim relatada em benefício de numerosas famílias e produtores rurais, cearenses, nordestinos e brasileiros.

A Lei 12.599, que prorrogou até 29 de março de 2013 o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores dos nove Estados do Nordeste brasileiro e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, beneficiando até 1.600.000 agricultores com base no valor originário do seu empréstimo sem incidência de juro, suspendendo as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais.

Lamentavelmente, no meu Ceará e em todo o Nordeste do Brasil, tamanhas foram as perdas que os Governos da Presidente Dilma e do meu querido companheiro Governador Cid Gomes ainda tiveram que adotar outras providências como o aumento de seguro safra e do número de beneficiados dentro do Programa Garantia Safra para o próximo ano. Infelizmente, entraves burocráticos fazem com que nem todos os benefícios cheguem às famílias sertanejas em situação desesperadora e com a rapidez necessária que a fome e a sede exigem.

Tenho ouvido, nessa caminhada que fazemos agora neste período eleitoral, Sr. Presidente, muitos lavradores que reclamam que o total do dinheiro só vai acabar de chegar quando o povo estiver já na expectativa de uma nova estação chuvosa que ainda deverá esperar por alguns meses.

Estou falando do Garantia Safra, que foi dividido em quatro parcelas de R\$135 mil cada e que, pela burocracia, nem a primeira parcela conseguimos ainda pagar para muitos dos agricultores nordestinos e cearenses, famintos e sofridos.

Ainda há dezenas de Municípios que não viram sequer a cor desse dinheiro. Faço aqui, novamente, um apelo às autoridades responsáveis, a fim de que agilizem os trâmites administrativos, envolvendo a apresentação, pelos lavradores pobres, de vários comprovantes, pedindo renda familiar, pedindo cadastro, quando isso deveria ser muito mais simplificado.

Da mesma forma, não posso deixar de salientar aqui, diante do desespero que vejo no interior do meu Estado, nessas andanças que estou fazendo neste ano eleitoral, que a Operação Carro-Pipa ainda não chegou a todos os 171 Municípios do Estado do Ceará, dos seus 184 em estado de emergência.

Sr. Presidente, sendo bem claro, quero dizer que, por outro lado, é animador receber notícias como a de que os Governos cearense e Federal, a partir do ano que vem, ampliarão o número de pequenos agricultores beneficiados pelo Plano Safra ou que, dentro de alguns dias, missão do Banco Mundial chegará ao meu Estado a fim de aprovar um crédito de R\$300 milhões para o chamado Projeto São José III, ou ainda que, até o final deste ano, a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agrário e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará terão distribuído 26.115 títulos de terras para famílias nordestinas, sertanejas, dos Municípios do meu Estado, de Abaiara, Barbalha, Beberibe, Caridade, Itapipoca, Itarema, Milagres, Morada Nova, Russas, Salitre, Santa Quitéria, Tamboril, Solenópolis e Tauá.

Para finalizar, Sr. Presidente, aproveito esta tribuna para observar a importância de termos aprovado ontem, no Senado Federal, em esforço concentrado, a Medida Provisória 569, que chegou a esta Casa na quarta-feira passada, oriunda da Câmara dos Deputados.

Esta Medida, orçada em R\$688,5 milhões, destina-se ao Ministério da Integração Nacional. Quatrocentos milhões são para as vítimas da seca e também de enchentes em outras regiões do País, para que possam comprar alimentos, agasalhos e abrigos emergenciais.

Ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome caberão outros R\$238,5 milhões, que vão garantir acesso a creches para mais de 350 mil crianças de até 4 anos de idade, que hoje vivem em situação de pobreza absoluta e extrema.

Os restantes 50 milhões irão para o custeio de ações de Defesa Civil, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Agora, Sr. Presidente, espero que realmente todas essas medidas que, com certeza a Presidente Dilma sancionará, sejam implantadas com a máxima urgência, pois minha preocupação é aquele prazo angustiante da última vez que o lavrador, sua mulher e seus filhos comeram e o momento em que poderão novamente comer ou se alimentar, como se diria aqui no Sul e no Sudeste brasileiro.

Como diz o nordestino, como diz o cearense, aquele povo sofrido, Sr. Presidente, o aperreio é grande, e é preciso que as autoridades se sensibilizem para o sofrimento de nossa gente, para a pobreza de nossa

gente, para o sentimento do homem e da mulher que vivem abandonados nos pequenos sítios, nas pequenas fazendas do interior do Nordeste brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna fazer um apelo às autoridades e dizer que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e este Senado, neste esforço concentrado, cumpriram seu papel de amenizar o sofrimento de nossos irmãos nordestinos que sofrem com o problema da seca. Então, apelo ao meu querido companheiro e amigo, Ministro Mendes Ribeiro, do Mapa – Ministério da Agricultura –, que agilize junto à Conab o encaminhamento do milho, a fim de que tantos os animais como as pessoas possam ser alimentados no Nordeste brasileiro, especialmente no Ceará.

Não há milho, não há safra e há um sofrimento enorme: animais morrendo e pessoas passando fome. Portanto, meu apelo a meu querido companheiro, que também tem muita sensibilidade e visitou conosco há poucos dias o Estado do Ceará, o Deputado e Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, para que se utilize de todos os meios para que esse milho possa chegar à Conab do Ceará e de todo Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, agradeço a paciência e a tolerância de V. Ex^a por ter ampliado meu tempo.

Era o que tinha a dizer. Renovo este apelo às autoridades, para que esses recursos aqui aprovados sejam imediatamente encaminhados à Presidente Dilma e sancionados, a fim de que cheguem às casas das famílias pobres e sofridas do meu Ceará e do Nordeste brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Eunício Oliveira. A preocupação é de que realmente esse recurso venha a tempo de atender às necessidades do sofrido povo nordestino e que a burocracia não atrapalhe esse recurso de emergência.

Quero, antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon, responder aqui ao Senador Roberto Requião, em nome da Mesa Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 8, de 2011, de autoria de S. Ex^a. Informo a S. Ex^a, com todo o respeito ao Senador Pedro Simon também, que o Projeto de Resolução não dorme aqui, na Mesa Diretora. O Projeto de Resolução foi repassado, ainda no dia 15/09/2011 – a Presidência o passou –, para a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno e lá está até esta data. Portanto, não está aqui, na Mesa Diretora.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Está na Comissão. Portanto, eu peço desculpas à Mesa Diretora; a diferença é que está na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – O.k.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Já começou a Ordem do Dia ou não?

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Ainda não começou a Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bem, eu estou aguardando a Ordem do Dia porque há dois requerimentos na mesa, de minha autoria. Conversei já com o Presidente da Comissão, o Presidente Eunício. Ele disse que os requerimentos estão à disposição, e não há obstáculo algum. Ele os encaminhou para que sejam votados, e só não foram votados ontem porque não tinham chegado em tempo. Já estão na mesa, já falei com a Secretária Cláudia Lyra. Eu faço o apelo para que sejam votados na Ordem do Dia. São simplesmente dois requerimentos para eles passem também na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – O.k.

Senador Paulo Paim, estão sobre a mesa e serão apreciados tão logo inicie a Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço se puder informar quando vai se dar a Ordem do Dia para que possam os Senadores terem conhecimento, porque ela, normalmente, quando a sessão começa às 14h, é às 16h, mas, como começou hoje às 9h30, qual será o horário da Ordem do Dia? Só para que todos saibamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco/PR – MT) – A Mesa está consultando o Presidente José Sarney sobre se ele virá fazer parte dos trabalhos. Caso ele não venha fazê-lo, este humilde Senador aqui conduzirá os trabalhos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa pergunta do Suplicy foi interessante: quando começa a Ordem do Dia? Começa quando o Presidente quiser. Já está mais do que claro, mais do que especificado.

Sr. Presidente, para um homem que nem eu, que faço vida pública desde criança...No Ginásio Nossa Senhora do Carmo, lá em Caxias, eu criei o Grêmio Estudantil Rosariense; depois, na vida universitária; e,

depois, na Assembléia; e, depois, por aí afora. São 80 anos de idade e 60 anos de vida pública.

Ao longo de todo esse tempo, eu venho defendendo com paixão a tese de que o Brasil é um grande país, é uma grande nação, Sr. Presidente, com um grande futuro. Infelizmente, circunstâncias as mais variadas e as mais dolorosas têm nos impedido de seguir o nosso rumo glorioso, nesses últimos tempos, desde que eu atuo, desde criança. Foi a tentativa de golpe e suicídio de Getúlio; foi a tentativa de impedir que Juscelino assumisse; foi a vitória meio amalucada de Jânio Quadros e a sua renúncia, que até hoje ninguém sabe por quê; foi a derrubada do Jango; foram os vinte e tantos anos de ditadura; foi a morte de Tancredo, que não podia ter morrido; foi uma eleição que tinha candidatos notáveis, um melhor do que o outro, e um jovem, criança ainda, termina se elegendo Presidente da República, sem ter as condições necessárias para exercer o cargo, e vem o Impeachment. Democracia. O Fernando Henrique, com alguns equívocos graves e sérios, como a privatização da Vale, inclusive no campo da ética e da moral – a Vale foi vendida por US\$3 bilhões, dinheiro dado pelo BNDES –, a compra da reeleição, fato mais do que escandaloso. O PT no poder, e a gente imaginando: “Agora, chegou a hora.” O PT e o Lula fizeram muitas coisas boas, justiça seja feita, mas, no campo da ética e da dignidade, deixaram muito a desejar.

Agora, a Presidente Dilma, tentando avançar, mas a Presidente Dilma tem um grande adversário, que é uma palavra... Quando houve uma guerra civil sangrenta, a mais sangrenta, na Espanha, na derrubada do ditador espanhol há 30 anos, as forças se reuniram todas para fazer um entendimento de governabilidade, e fizeram este entendimento: governabilidade. Fizeram uma composição de todos, numa média de pensamento que fosse adiante.

No Brasil, quando Fernando Henrique ganhou e quando o PSDB não tinha maioria, nem o Governo tinha maioria, nem a oposição tinha maioria, se fez um pacto de governabilidade, algo positivo, uma palavra bonita.

Nós, Sr. Presidente, a desmoralizamos.

Governabilidade, no Brasil, significa troca-troca. Governabilidade, no Brasil, significa “você paga a minha emenda para eu construir obra lá no meu Município e conta com o meu voto”. Troca-troca. Governabilidade significa que a CUT tem de ter um cargo e a Força Sindical tem de ter outro, o PMDB tem outro, o PSDB tem outro e o PT tem outro. Divisão de cargos. Isso foi demonstrado e o Supremo Tribunal está mostrando agora: o escândalo do mensalão.

Meu amigo Lula está quieto. Meu amigo Lula, fique quieto, faça uma reflexão profunda, você que é um grande cidadão. Eu tenho muito carinho por você.

Eu acho que o Lula é um cidadão honesto – e eu, se tivesse de dar qualquer depoimento de toda a vida que o conheço, diria isso –, mas não teve coragem, na hora de tomar a decisão, de afastar os desonestos. Não teve coragem.

O Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, quando saiu Dirceu e ele assumiu a Presidência interina do PT, propôs: “Vamos refundar o PT”. O PT dizia: “Tarso, não é um problema nem de CPI, nem de Polícia Federal, nem de Supremo, nem de nada. É um problema nosso. Vamos nos reunir e vamos fazer a limpeza”. Caiu fora. Não foi eleito, Presidente.

E o Lula, que, primeiro, pediu desculpa à Nação, terminou dizendo que o mensalão não existia. Hoje é um dia em que o Lula deve ficar recolhido. Fica recolhido, Lula. Não fala nada. A melhor coisa que você tem que fazer é não falar nada. Nem para dizer que errou. Deixa o tempo passar.

Mas ontem – meu amigo Requião, acho que até você – nós lavamos a alma. A decisão do Supremo foi realmente algo de fantástico, inédito na história do Brasil. O Supremo desmoralizado, manchetes, ridicularizado, entrevistas aqui, lá, e o Lula falando com Ministro, e não sei mais o quê e não sei mais o quê. Ninguém acreditava em nada. Era um projeto quase impossível. Nunca aconteceu um caso semelhante: 37 julgamentos juntos ali. Como vamos fazer e como não vamos fazer? E os ministros do Supremo tiveram a genialidade de encontrar a fórmula. E encontraram. E encontraram a fórmula.

O Procurador-Geral, as suas cinco horas, meu amigo Suplicy, a que eu assisti no meu quarto fechado – estava todo mundo proibido de bater na porta – e de noite repetiram, e eu assisti à repetição, foram uma obra fantástica, de competência e de seriedade. E esse Relator, o Dr. Barbosa, vai ficar na história.

Eu falei com o médico dele, por acaso. Eu também tive problema de coluna, inclusive fui operado. Mas ele disse que o caso do Joaquim é o pior que se pode imaginar no que tange à dor. A dor é insuportável. O quadro até não tem perigo de maiores consequências, mas a dor é insuportável. E ele esteve ali.

Quando todo mundo – inclusive os advogados de defesa – imaginava e jogava que o Relator, pelo seu estilo implosivo, iria fazer um bate-boca, uma discussão, ele teve uma categoria, sinceramente, nota dez. Inclusive, na última hora, quando todo mundo esperava que ele fosse dar resposta para o Revisor e fazer um debate que iria durar a sessão inteira, ele simplesmente disse: “Eu não tenho nada a dizer”. E o Revisor – com

todo o respeito, um homem de bem, mas que não saiu bem desse episódio – teve que aceitar.

Decisão genial do Supremo. Primeiro, de dividir por casos. Imagine se o Supremo estivesse julgando 37 – um, depois o outro, depois o outro, depois o outro. Seria uma anarquia, não daria. Dividiu por casos: o primeiro grupo é o grupo político, do Congresso; o grupo do Banco do Brasil; o grupo da empreiteira; o Banco Rural; até deixar por último o chefe da Casa Civil. E aí deu para explicar a diferença.

Meu amigo Requião, o negócio ficou tão interessante, que a tese da defesa é que caixa dois vai para o céu. Eu sempre soube que caixa dois é cadeia, é vigarice. Não, caixa dois vai para o céu, porque os crimes já prescreveram. Como os crimes de caixa dois já prescreveram, todo mundo queria ir para o caixa dois. Mas não foi caixa dois, não; foi o que tinha que ter sido. O Procurador fez a análise, o Relator seguiu no mesmo caminho e as coisas chegaram aonde chegaram.

Eu estou falando, me antecipando, porque não tenho mais nenhuma dúvida de que não há mais novidade no Supremo.

Com o voto do Ministro Peluso, que eu achava que devia ter antecipado o voto, ele tinha direito a antecipar o voto...

O senhor me dá um tempinho mais, não é, Presidente? (*Pausa.*)

Obrigado.

O Ministro Peluso tinha o direito de antecipar; há um artigo do Regimento Interno do Supremo que dispõe que o Ministro pode pedir e, conforme o caso, o Presidente pode concordar que ele antecipe o seu voto. O Peluso está há sete anos conduzindo este caso. Todo mundo sabe que o Ministro Peluso, dentro do processo penal, é o mais especializado no Supremo. Há sete anos que ele conhece por dentro e por fora tudo. Seria natural que ele votasse. “Ah, mas ele prejudica a defesa”. Não prejudica. A defesa já falou tudo o que tinha para falar. Todos os advogados de defesa já falaram, já fizeram as suas exposições, já mandaram os seus requerimentos, os seus processos, a sua orientação, os seus esquemas. E ele poderia ter dado o seu voto, mas não deu. Só votou na parte que cabia a ele votar. Mas foi muito competente. Só votou na parte que competia a ele votar, mas deu a pena para os crimes. Ele já deu a orientação: tantos anos para fulano, tantos anos para fulano, cassação de mandato para beltrano, ou seja, já deu a orientação.

Como diz a querida Ministra Cármen Lúcia, o Brasil mudou. O Brasil mudou! Olha que houve momentos em que até a imprensa, a sociedade, os que tentaram desmoralizar o mensalão e o Supremo foi qualquer coisa de inconcebível. A ridicularização que

tentaram fazer em cima do Supremo foi qualquer coisa de inconcebível.

A coisa mais natural do mundo em qualquer Casa, inclusive Tribunais Superiores do mundo inteiro, é debate entre dois Ministros. Nos Estados Unidos isso chega a ser exagerado. Lá é o grupo democrata que é liberal e é o grupo do Partido Republicano que é ultraconservador. E há um choque permanente. E ali o negócio não é a tese, não é o conteúdo, os Ministros ali são politicamente marcados. Quer dizer, este foi indicado pelo Partido Republicano, este é conservador, este defende esta tese; o outro é democrata, já é mais liberal, já pensa diferente. E vivem brigando, e vivem debatendo. Nem por isso eu nunca vi manchete em nenhum jornal dos Estados Unidos dizendo que havia uma crise entre A e B na Suprema Corte.

A decisão foi tomada. Meu amigo, Luiz Henrique, o telespectador tem que notar, tem que ter atenção. A propaganda da Justiça Eleitoral, normalmente, às vésperas das eleições – e ela tem direito a um espaço –, é: “dia tal vá votar, é tua obrigação votar e não sei o quê...”. Dessa vez a Cármen Lúcia mandou mudar. Ficha limpa! Você tem obrigação de votar em ficha limpa. Você tem obrigação de olhar o candidato, ver a sua história e votar em quem tem ficha limpa.

As duas matérias são ligadas, a ficha limpa e o mensalão. Quando houve um movimento contra a lei da ficha limpa, ninguém acreditava que ela fosse aprovada. Aí, essa maravilha que se chama “jovens na Internet”, “jovens nas redes de comunicação social”, movimentou a Câmara e, depois, movimentou o Senado.

Na hora de votar na Câmara, eles votaram da maneira pior possível. Vai para o Senado, o Senado emenda e nós deixamos aqui na gaveta. E, se não fosse votado uma semana depois, quando chegou ao Senado, não valia mais para essa eleição. Então, a Câmara votou com a maior tranquilidade, despreocupada, sabendo que ia para o Senado, o Senado devolveria e lá, na Câmara, ficaria na gaveta.

Chegou aqui no Senado. Todo mundo apresentou emenda. Eu apresentei um montão de emendas.

O senhor vai ser liberal comigo, Presidente. Eu sei que V. Ex^a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas prorrogar um minuto é nada, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP. *Fora do microfone.*) – A longa caminhada começa com o primeiro passo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB - RS) – Você está cobrando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Veio para esta Casa. Foi uma reunião histórica. A gurizada estava cercando a Casa. Como é que vão votar? Como é que não vão votar?

Muitos, inclusive eu, viemos a esta tribuna: “Tem muita coisa que tem de ser mudada no Projeto Ficha Limpa. Só tem uma coisa: nós aprovamos, mudamos, volta para a Câmara e morreu, acabou”. Então, todo mundo retirou todas as emendas e concordamos em aprovar o projeto, por unanimidade, como veio. E o Presidente sancionou.

Tem de mudar a lei. Nós vamos mudar, mas ela está em vigor.

A Lei da Ficha Limpa e a decisão do Supremo, eu posso dizer aqui, em alto e bom som, na altura dos meus 80 anos, 36 dos quais de mandato nesta Casa: a impunidade tem os seus dias contados no Brasil! Entramos no caminho certo. Levamos tempo, foi difícil, muita gente não queria, nem parlamentar, nem Judiciário, nem coisa nenhuma, mas entramos no caminho certo.

Olha, se eu fosse Presidente da República, no dia em que publicarem o final do mensalão, eu declararia ponto facultativo, para todo mundo sair a festejar. E não me importa o resultado: eu não estou querendo nem que condenem, nem que absolvam. Eu estou querendo que julguem.

É verdade, Sr. Presidente, que, no mesmo dia em que o Supremo viveu a página mais bonita da sua história, o Senado viveu um momento muito triste. No dia de ontem, Sr. Presidente, o Brasil inteiro estava na expectativa de que nós iríamos nos reunir para discutir, para ver o Sr. Cavendish, para ver o Presidente do DNIT e mais o Sr. Paulo Branco, que também ia depor.

Estávamos todos preparados. Eu fiquei impressionado, Requião, quando não vi nenhum líder do MDB nem do PT. Não vi nenhuma figura importante, a não ser o Alvaro Dias, que estava lá.

Gente, mas, por amor de Deus, estava todo mundo na expectativa daquilo que o Cavendish iria falar, das coisas que ele iria contar. Todo mundo esperando o que o João Branco iria falar com relação ao PSDB e tudo mais, e ninguém está aqui. Já estava tudo arreglado.

Em primeiro lugar, era para vir dois meses atrás, quando eu pedi. Ele vinha na hora, ali, pediu para vir...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Queria vir, queria contar as histórias que estavam acontecendo *(Fora do microfone.)*. A CPI engavetou, não deixou. Marcou para vir no dia em que o Brasil inteiro estava olhando para o Supremo. O Brasil inteiro estava olhando para o Supremo, e marcou.

Sr. Presidente, com todo o respeito, V. Ex^a tem que intervir. O Supremo decidiu. O Sr. Cavendish, como o Supremo vem decidindo, não precisa responder a perguntas que prejudiquem a sua defesa. Em primeiro lugar, não é que ele não precisa responder nada. Ele não precisa responder a perguntas que prejudiquem a sua defesa. É bem diferente! Sabe o que a...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (...) a Mesa da Comissão decidiu? Que, se ele disse que não vai responder, ninguém pode fazer perguntas. Ninguém pode fazer perguntas!

Então, o Sr Cavendish veio; nós levamos 36 anos, isso só para contar desde quando cheguei, para trazer um empresário corruptor para depor, para falar, para se analisar... E, nesse caso, em que o normal é haver uma denúncia, como o irmão do Presidente da República fez contra o Sr. PC Farias, e aí a CPI vai apurar, como V. Ex^a, Senador Requião, como Relator, apurou as denúncias que foram feitas para ver o que era verdade e o que não era. Aqui não! Aqui as denúncias já estão provadas, são claras. Está tudo ali, líquido e certo. E o que a CPI fez? Deixou passar o tempo todo para não sair da gaveta, para não deixar que se apurasse.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não fala no PSDB, não fala no PT e não fala não sei o quê. Acordo entre os partidos. Tanto que ontem não havia um líder. O Brasil inteiro estava olhando para o Senado para ver. Vai explodir o negócio do Sr. Cavendish; vai explodir o negócio do Paulo Branco, que faz negócio com o Serra e essas coisas todas. Mas não tinha ninguém. O acordo já estava feito.

Mas o que é mais grave, Sr. Presidente, é que a Mesa decidiu – friso: a Mesa decidiu... O Supremo disse que ele não precisaria falar contra ele próprio. O Presidente senta e diz: “o senhor está com a palavra, pode falar”. Aí o Relator faz a primeira pergunta: “o senhor assim, assim, assim, assim...” E ele diz: “a pedido do meu advogado, não vou responder essa pergunta, porque prejudica a minha defesa”. E o Relator pergunta: o senhor não pretende responder? E ele diz: “não, não pretendo responder”.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas eu tinha as minhas perguntas para fazer. Onde está escrito que eu perdi o direito de fazer as minhas perguntas? Se ele quer responder, responde. Se ele não quer responder, não responde.

Mas, ontem, o Sr. Cavendish ficaria umas dez horas com 20 ou 30 Deputados e Senadores fazendo

perguntas e contando as bandalheiras; e ele que não respondesse.

Estou pedindo a V. Ex^a porque alguma coisa aconteceu. Mas peço e apelo a V. Ex^a. Já estão falando em decisão que vai valer para o futuro. Não pode! Não pode uma Comissão Parlamentar de Inquérito tomar uma decisão desta, que não podia ter tomado, e ainda dizer que a decisão vai valer para o futuro. Por amor de Deus!

Ontem foi um dia negro para esta Casa. Não sei o que vai acontecer. Aliás, ontem, a imprensa disse que já acabou a CPI do Cachoeira. Já acabou!

Mas faço um apelo. Tenho conversado muito, Sr. Presidente, porque acho que, em cima da decisão da Lei Ficha Limpa, em cima da decisão do Supremo...

Sr. Presidente, eu vou apresentar só um fato, só um fato a você, telespectador, que está me assistindo, para entender o que está havendo de novo. O Presidente do Diretório Nacional do MDB em exercício mandou duas circulares para todos os presidentes municipais do MDB, para todos os prefeitos e todos os líderes regionais do MDB dizendo o seguinte: “tem uma nova lei, a da Ficha Limpa, e ela deve ser cumprida. A lei é assim, assim, assim, assim...”

Nós fizemos um apelo: quem está incluso na Lei da Ficha Limpa, quem está marcado pela Lei da Ficha Limpa (*Fora do microfone*), quem tem coisas a temer, não coloque na chapa. Não coloque na chapa porque você vai criar dois problemas: primeiro, para o cidadão. Que nada, ele está lá, tem o problema dele, ninguém se lembra mais, está não sei onde; no momento em que ele é candidato, vem manchete e humilha a vida dele. E fica mal para o partido, que se desmoraliza com isso. Reparem que é a primeira vez na história que acontece uma coisa dessas.

Lá no Rio Grande do Sul, eu conheço uma série enorme de casos que não são candidatos nem a prefeito, nem a vereador. Alguns prefeitos, injustamente, porque, no Rio Grande do Sul, nós temos uma Quarta Câmara no Tribunal de Justiça que é muito dura, muito drástica, e que várias e várias vezes, por questão de detalhes, arrasa a vida de um prefeito. Mas reparem: o PMDB mandar uma circular pedindo para quem tem ficha suja...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já é o início de algo que, se Deus quiser. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Eu pediria a V. Ex^a licença para registrar a presença, no plenário, aqui nas nossas galerias, dos jovens aprendizes do Centro de Integração Empresa-Escola, e quero agradecer a visita que nos fazem.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas eu acho que V. Ex^a podia (*Fora do microfone*) nos reunir e ver qual é o passo seguinte a ser dado, decidido o problema do mensalão. Qual é o passo seguinte? O que vamos fazer para mudar, no sentido de ter a coragem de mudar?

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Cidinho Sandoz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência autuou, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o **Aviso nº 24, de 2012-CN** (nº 1.071-Seses-TCU-Plenário/2012, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 034.010/2011-4.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 24, DE 2012-CN

Aviso nº 1071-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 22 de agosto de 2012

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 034.010/2011-4, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 22/8/2012, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Benjamin Zymler**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 30-8-2012

até 4/9 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 19/9 prazo para apresentação de relatório;

até 26/9 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 3/10 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em Avulsos e no Diário do Senado Federal de 31 de agosto do corrente.

O Aviso retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 787, DE 2012

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Sudam, autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional.

Justificação

As empresas do grupo conhecido pelo nome Oi recorreram, para uma série de programas de seu interesse, entre eles implantar o cabeamento de fibras óticas de Boa Vista a Manaus, num total de 784 quilômetros, a financiamentos nas instituições públicas de fomento ao desenvolvimento regional, notadamente ao Basa e à Sudam, que são instituições voltadas para o desenvolvimento de todos os Estados da Amazônia Legal e que trabalham com financiamentos de longo prazo a juros bem abaixo daqueles praticados no mercado. Essa empresa encontrou condições oferecidas pelo Governo brasileiro que lhe conferiram, assim, assistência para assegurar uma Internet de qualidade a esses dois Estados da Federação: Amazonas e Roraima. Desejamos quantificar esses aportes de recursos, dada as crescentes carências dos Estados da Região Norte no que se refere ao acesso à web e aos demais serviços na área.

Sala de sessões, 30 de agosto de 2012. – Senadora **Ângela Portela**, PT-RR.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 788, DE 2012

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel, informações relativas a todos os

financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social, BNDES, empresa pública federal vinculada a esse Ministério.

Justificação

As empresas do grupo conhecido pelo nome Oi recorreram, para uma série de programas de seu interesse, entre eles implantar o cabeamento de fibras óticas de Boa Vista a Manaus, num total de 784 quilômetros, a financiamentos nas instituições públicas de fomento ao desenvolvimento. Essa empresa encontrou condições oferecidas pelo Governo brasileiro que lhe conferiram assim, assistência para assegurar uma Internet de qualidade a esses dois Estados da Federação: Amazonas e Roraima. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, apoiou essa iniciativa. Desejamos quantificar esses aportes de recursos, dada as crescentes carências dos Estados da Região Norte no que se refere ao acesso à web e aos demais serviços na área.

Sala de sessões, 30 de agosto de 2012. – Senadora **Ângela Portela**, PT-RR.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 789, DE 2012

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o que dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr Ministro da Fazenda, Guido Mantega, informações relativas a todos os financiamentos e demais incentivos recebidos pela empresa Oi, suas subsidiárias e coligadas, pelo Banco da Amazônia S.A., BASA, instituição federal vinculada a esse Ministério.

Justificação

As empresas do grupo conhecido pelo nome Oi recorreram, para uma série de programas de seu interesse, entre eles implantar o cabeamento de fibras óticas de Boa Vista a Manaus, num total de 784 quilômetros, a financiamentos nas instituições públicas de fomento ao desenvolvimento regional, notadamente ao Basa e à Sudam, que são instituições voltadas para o desenvolvimento de todos os Estados da Amazônia Legal e que trabalham com financiamentos de longo prazo a juros bem abaixo daqueles praticados no mercado. Essa empresa encontrou condições oferecidas

pelo Governo brasileiro que lhe conferiram assim, assistência para assegurar uma Internet de qualidade a esses dois Estados da Federação: Amazonas e Roraima. Desejamos quantificar esses aportes de recursos, dada as crescentes carências dos Estados da Região Norte no que se refere ao acesso à web e aos demais serviços na área.

Sala de sessões, 30 de agosto de 2012. – Senadora **Ângela Portela**, PT-RR.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 790, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Atleta Olímpico brasileiro Arthur Nabarrete Zanetti, por ter alcançado a medalha de ouro nas argolas dos jogos Olímpicos de Londres 2012, sendo o primeiro medalhista olímpico do Brasil na ginástica, bem como seja encaminhado o referido voto ao atleta mencionado no seguinte endereço: SERC – Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Santa Maria, Rua Ernesto Giuliano, cav, 301 – Bairro: São José Cidade: São Caetano do Sul – SP.

Justificação

O jovem paulista de São Caetano do Sul deu inicio aos seus 07 anos de idade a uma caminhada vitoriosa na SERC – Sociedade Esportiva Recreativa Cultural Santa Maria em São Caetano do Sul. Com suas qualidades e características físicas apuradas, alcançou vitórias em campeonatos brasileiros, pan-americanos e mundiais no salto sobre a mesa e nas argolas.

Sofreu inúmeras lesões e uma cirurgia no decorrer dos seus treinamentos e campeonatos, fazendo com que se afastasse meses do seu eterno amor esportivo – a ginástica. Mesmo assim, nos jogos Olímpicos de Londres 2012, surpreendeu todo o povo brasileiro, nos enchendo de orgulho com a conquista da medalha de Ouro nas Argolas.

Por esse feito histórico para o Brasil, entendemos de extrema importancia externar este reconhecimento ao atleta, concedendo-lhe votos de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 791, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do soldado da Polícia Militar do Estado do Amazonas, Kassius Antonio Batista Santos, ocorrido no último dia 06 de agosto de 2012, bem como seja encaminhado o referido Voto para a esposa senhora Mariza Santos, no seguinte endereço: Rua Visconde de Porto Alegre, nº 1115, Bairro: Praça 14 de janeiro, Cidade: MANAUS/AM, CEP: 69020-130.

Justificação

O policial militar Kassius Antonio Batista Santos, em momento de folga, foi surpreendido no estabelecimento comercial em que se encontrava por dois assaltantes que objetivavam assaltar aquele comércio. Percebendo a astúcia dos assaltantes, o soldado Kassius reagiu prontamente desferindo tiros de revólver em ambos os criminosos, frustrando a ação delituosa e levando-os a óbito.

Infelizmente, o soldado também foi alvejado à queima roupa por um dos assaltantes, vindo a falecer a caminho do hospital. Policial militar exemplar, sempre desempenhou suas funções dentro dos preceitos da corporação e da moral, cumprindo rigorosamente as ordens das autoridades a que estava subordinado.

Dedicou-se com afinco ao serviço militar do Estado do Amazonas, primando pela manutenção da ordem pública e da segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

O soldado Kassius Antonio Batista Santos é um exemplo de servidor público e de cidadão que, mesmo em período de descanso, viu-se na obrigação de proteger e resguardar a segurança dos seus semelhantes. Deixa uma família órfã e uma sociedade ressentida pela trágica perda desse grande Amazonense e Brasileiro.

À enlutada família e aos amigos que terão sempre a lembrança do herói Kassius, transmito meus sentimentos e votos de pesar.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 792, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à estudante Luana Silva, por sua participação no programa Soletando 2012 do Caldeirão do Huck, veiculado pela TV Globo, bem como o referido voto seja encaminhada à estudante mencionada no seguinte endereço: Rua Sebastião Laranjeiras nº 241, Bairro: Lírio do Vale 02. Manaus/AM – CEP: 69038-580.

Justificação

A jovem estudante amazonense obteve um excelente desempenho no programa soletrando do Caldeirão do Huck, com reconhecimento e elogios do próprio apresentador, que a nominou como “um fenômeno amazonense” no conhecimento das palavras.

O programa tem o intuito de despertar o interesse dos jovens pela língua portuguesa. Há uma seleção preliminar em todos os estados da federação, com alunos do ensino fundamental. Os vencedores representam o seu estado no programa. O objetivo desses alunos é soletrar corretamente as palavras, que são sorteadas por computador.

Por esse feito histórico para o Estado do Amazonas, entendemos de extrema importância externar este reconhecimento, concedendo a Luana Silva o presente voto de aplauso.

Sala das Sessões, de agosto de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 793, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao jovem nadador Neymar D’Aguila Filho, por ter conquistado cinco medalhas de ouro Jogos Escolares do Amazonas – JEAs, bem como seja encaminhado o referido Voto ao estudante mencionado no seguinte endereço: Av. Prof. Nilton Lins, 3259. Bairro: Parque das Laranjeiras. CEP: 69058-040. Manaus – AM.

Justificação

Com um talento indiscutível, o amazonense de apenas 14 anos Neymar D’Aguila Filho, vem surpreendendo a natação amazonense por sua elevada performance, sendo uma grande promessa não só para o Amazonas, mas sobretudo para o Brasil.

Na 35ª edição dos Jogos Escolares do Amazonas, esse jovem atleta conquistou 5 medalhas de ouro em diversas modalidades da natação. Estabeleceu um marco nos jogos amazonenses, tornando-se uma grande esperança de medalha para as Olimpíadas que se realizarão no Rio de Janeiro em 2016.

Por sua brilhante participação nos jogos amazonenses, esse jovem talento que enche de orgulho o povo do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, merece esse reconhecimento a ser proferido pelo presente voto de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Am

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto

de Congratulações e Aplausos à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Amazonas, em comemoração ao dia do Advogado, bem como seja encaminhado o referido voto ao Presidente da OAB – AM, Dr. ANTONIO FABIO BARROS DE MENDONÇA, no seguinte endereço: Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho, nº 2000. Bairro – Adrianópolis CEP 69057-021 – Manaus-AM.

Justificação

O advogado tem como missão a tarefa árdua, porém nobre, de buscar a justiça em nome do seu constituinte. As desigualdades sociais dos nossos tempos fazem dessa categoria profissional um dos pilares da democracia. O advogado é essencial à administração da justiça, fazendo-se presente na luta pela liberdade e pela vida.

A Ordem dos Advogados do Brasil sempre esteve comprometida com o processo de redemocratização do país, primando pelas liberdades e garantias individuais dos cidadãos.

Historicamente, comemora-se no dia 11 de agosto o Dia do Advogado, uma justa homenagem a esses brasileiros que encontraram na lei e na justiça uma maneira de tornar a sociedade mais igualitária.

Por esse motivo, apresentamos o presente Voto em justa homenagem ao advogado e à OAB, em reconhecimento aos relevantes serviços que presta à sociedade brasileira.

Sala das Sessões, de Agosto de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

REQUERIMENTO Nº 795, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao atleta Yamaguchi Falcão Florentino, por sua participação nos jogos Olímpicos de Londres, onde conquistou a medalha de bronze, devendo ser encaminhado o referido voto ao atleta mencionado no seguinte endereço: CBB – Confederação Brasileira de Boxe, Rua do Livramento, nº 63 – Vila Mariana. São Paulo – SP.

CEP 04008-030

Justificação

O Boxe Olímpico brasileiro tem produzido atletas de elevado nível técnico. A família Falcão é exemplo dessa safra de grandes atletas que despontam no cenário internacional.

A mais recente revelação é o pugilista Yamaguchi Falcão que, ao lado do irmão Esquiva, protagonizou um belíssimo espetáculo nos jogos Olímpicos de Londres. Com abnegada dedicação e apurada técnica, conquistou a medalha de bronze nos jogos, a melhor participação brasileira na modalidade em todas olimpíadas.

Por esse feito histórico para o Brasil, entendemos de extrema importancia externar este reconhecimento ao atleta, concedendo-lhe o preente voto de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 796, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao atleta Esquiva Falcão Florentino, capixaba de Vitória – ES, que se tornou o segundo boxeador brasileiro medalhista olímpico, ao conquistar a medalha de prata nos jogos Olímpicos de Londres 2012.

Requeiro, ainda, que o presente voto seja encaminhado ao pugilista mencionado, no seguinte endereço:

CBB – Confederação Brasileira de Boxe,

Rua do Livramento, nº 63 – Vila Mariana. São Paulo – SP. CEP 04008-030

Justificação

O Boxe Olímpico brasileiro nos surpreende mais uma vez. A determinação dos atletas levou o Brasil ao nível mais alto do boxe mundial, culminando com a medalha do extraordinário Esquiva Falcão nos jogos olímpicos de Londres.

A continuidade desse ótimo trabalho, desde os jogos sul-americanos e o campeonato mundial de boxe, garantiu a melhor campanha do boxe brasileiro em Jogos Olímpicos de todos os tempos.

Com a sua apurada técnica e características físicas completas, o atleta alcançou importantes resultados nessa temporada, tornando-se uma das grandes esperanças de medalha nos jogos a serem realizados no Brasil em 2016. O Atleta é um exemplo de superação esportiva que enche de orgulho todo o povo brasileiro.

Por esse feito histórico para o Brasil, entendemos de extrema importancia externar este reconhecimento ao atleta, concedendo-lhe votos de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 797, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – HEMOAM, que completou 30 anos de atuação no Amazonas, comemorado no dia 13 de Agosto, bem como seja encaminhado o referido voto ao Diretor Presidente da Fundação: Dr. Nelson Fraiji, no seguinte endereço: Av. Constantino Nery, 3240 – Chapada – Manaus/AM.

Justificação

A Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – HEMOAM é um centro referencial de diagnóstico e tratamento de doenças hematológicas na região Norte. A instituição está vinculada à Secretaria de Saúde do Governo do Estado do Amazonas, sendo responsável pelos processos de captação, coleta, tratamento e distribuição de sangue.

Sua atuação na capital e no interior do Estado do Amazonas é reconhecida pela excelência das atividades que realiza.

Ao completar 30 anos de serviços prestados ao longo de sua história, evoluiu de um banco de sangue dentro do hospital universitário local para marcar presença em todo o Estado do Amazonas. A equipe conta com mais de 600 funcionários, com atividades de Ciência e Tecnologia, Atendimento Ambulatorial Multidisciplinar, Enfermaria, Laboratório de Análises Clínicas e seu serviço mais conhecido: o Banco de Sangue.

Por esse motivo, homenageamos o HEMOAM e todos seus servidores pelos 30 anos de ótimos serviços prestados ao povo do Amazonas.

Sala das Sessões, de agosto de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Atleta Olímpica brasileira Sarah Menezes, por ter alcançado a medalha de ouro no judô dos jogos Olímpicos de Londres 2012, sendo a primeira mulher do país a conquistar uma medalha de ouro nesse esporte em [Jogos Olímpicos](#), bem como o referido voto seja encaminhado à atleta mencionada no seguinte endereço: CBJ – Confederação Brasileira de Judô Rua: Pedro I, nº 7 – Centro Rio de Janeiro – RJ

Justificação

A jovem atleta piauiense vem surpreendendo o esporte nacional numa caminhada sucessiva de vitórias. Suas qualidades e características físicas apuradas, tem levado a jovem Sarah Menezes a vitórias e boas colocações em campeonatos brasileiros, circuitos mundiais, pan-americanos, sul-americanos e mundiais de judô. Ao conquistar a medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Londres, quebra um jejum brasileiro de 20 anos sem medalhas de ouro nesse esporte.

Por esse feito histórico para o Brasil e para os brasileiros, nos enchendo de orgulho pela bravura e graça da jovem atleta, entendemos de extrema importância externar este reconhecimento, concedendo a Sarah Menezes o presente voto de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas

REQUERIMENTO Nº 799, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos a Equipe Olímpica de Vôlei feminino, por ter alcançado a medalha de ouro nos jogos Olímpicos de Londres 2012, devendo o referido voto ser encaminhado ao seguinte endereço: CBV – Confederação Brasileira de Voleibol Centro de Desenvolvimento de Voleibol (Aryzão).

Av. Ministro Salgado Filho, 7000 – Barra Nova Saquarema – RJ – Brasil – CEP 28990-000

Justificação

A bravura e obstinação das meninas do Voleibol nos jogos olímpicos de Londres culminaram com a conquista da medalha de ouro e o bicampeonato olímpico.

A equipe feminina de vôlei alcançou vitórias importantes nessa edição dos jogos de Londres, numa clara demonstração de superação e união em tomo de um objetivo. Foram grandes os desafios das campeãs até chegarem a mais um ouro olímpico, fato que enche de orgulho todo o povo brasileiro.

Por esse feito diferenciado para o Brasil, entendemos de extrema importância externar este reconhecimento à equipe de voleibol feminino, concedendo-lhe votos de aplauso.

Sala das Sessões, de agosto de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas

REQUERIMENTO Nº 800, DE 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos a Equipe Olímpica de Vôlei masculino, por ter alcançado a medalha de prata nos jogos Olímpicos de Londres 2012, devendo ser encaminhado o referido voto à equipe mencionada, no seguinte endereço: CBV – Confederação Brasileira de Voleibol – Centro de Desenvolvimento de Voleibol (Aryzão) Av. Ministro Salgado Filho, 7000 – Barra Nova. Saquarema – RJ – Brasil – CEP 28990-000

Justificação

O voleibol masculino definitivamente é considerado uma das principais forças do esporte mundial na modalidade. Com um perfeito e cansativo trabalho feito anteriormente aos jogos olímpicos de Londres, no circuito mundial, pan-americanos e sul-americanos, a seleção brasileira de voleibol masculino mostrou todo o seu talento ao chegar a mais uma final olímpica. A quarta medalha de prata em olimpíadas revela a constante força do voleibol brasileiro, à semelhança do nosso futebol.

Por esse feito admirável para o Brasil, entendemos de extrema importância externar este reconhecimento à equipe de voleibol masculina, concedendo-lhe votos de aplauso.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Graziotin**, PCdoB/Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2012

Altera a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para agravar a pena prevista no art. 342, do Código Penal, no caso de a testemunha invocar indevidamente o direito ao silêncio com o objetivo de proteger outrem.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 4º

II - fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

Pena - a do art. 342 do Código Penal.

§1º Se a testemunha invoca indevidamente o direito ao silêncio a pretexto de não se autoincriminar, dissimulando o objetivo de proteger outrem, a pena aumentará de 1/3 até a metade.

§ 2º Após a testemunha invocar o direito ao silêncio, o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito a alertará das consequências estabelecidas no § 1º deste artigo e perguntará se insiste em manter o silêncio.”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As comissões parlamentares de inquérito (CPI) são o mais legítimo instrumento de investigação porque integradas pelos representantes do povo, de onde emana todo o Poder.

Sendo assim, o crime de falso testemunho perante uma CPI ganha contornos de especial gravidade em relação ao que é praticado em juízo. Com efeito, dado o inegável e inerente interesse público que cerca as investigações a cargo de uma CPI, o falso testemunho, aqui, é muito mais grave e nocivo do que o crime contra a administração da Justiça. Chega a ser verdadeiro crime contra o povo, quase alta traição. Por isso, especificamente na modalidade em que a testemunha invoca o direito ao silêncio, sob o pretexto de não se auto incriminar, pretendendo, na verdade, proteger outrem, defendemos que a pena prevista seja agravada e aumentada, sendo nesse sentido a proposição que ora apresentamos.

Nos termos do presente projeto, a pena seria aumentada de 1/3 até a metade da pena aplicada.

Como norma procedimental, estabelecemos que, após a testemunha invocar o direito ao silêncio, o Presidente da CPI a alertará da consequências penais de sua utilização indevida e perguntará se insiste em manter o silêncio.

Certa de que a proposição contribui para o necessário aperfeiçoamento da legislação relacionada à atuação das comissões parlamentares de inquérito, peço aos ilustres Parlamentares que votem pela sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

PCdoB/Amazonas

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do art. 53 da Constituição Federal, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem à sua formação.

Parágrafo único. A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reportarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Art. 3º. Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

§ 1º Em caso de não-comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal. (Renumerado pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003)

§ 2º O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta. (Incluído pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003)

Art. 4º. Constitui crime:

I - Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena - A do art. 329 do Código Penal.

II - fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito:

Pena - A do art. 342 do Código Penal.

Art. 5º. As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.

§ 1º. Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 2º - A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

Art. 6º. O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Newton Estilac Leal

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

Álvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.3.1952

Código Penal - Decreto-lei 2848/40 | Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral: (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade. (Redação dada pela Lei nº 10.268, de 28.8.2001)

(À Comissão Temporária destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, nos termos do art. 374 do RISF)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

Temos o Projeto de Lei da Câmara nº 35 – o Plenário já decidiu que o examinaremos no próximo esforço concentrado – e mais algumas emendas à Constituição. Sendo evidente a falta de número e sendo necessário número qualificado para a votação, eu encerro a Ordem...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, eu fiz um requerimento para que o direito de greve passe pela Comissão de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos. O Senador Presidente da Comissão concordou e disse: “Olha, Paim, a minha parte eu fiz. O Presidente Sarney pediu, está na mesa. Peça a ele, então, que bote em votação, porque acho que é justo que a Comissão de Assuntos Sociais possa discutir o direito de greve”.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Paim, eu peço desculpas a V. Ex^a. Como esse requerimento não precisa de quórum qualificado, eu posso submetê-lo à decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votação, em turno único, do **Requerimento nº 782, de 2012**, do Senador Paulo Paim, solicitando que, quanto ao Projeto de Lei do Senado nº 710, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, nós vamos encerrar a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2012
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 776, de 2012)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2012 (nº 2.793/2011, na Casa de origem, do Deputado Paulo Teixeira), que *dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 1.017, de 2012, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 65, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Clésio Andrade, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte, Minas Gerais*. Parecer sob nº 1.055, de 2012, da Comissão Diretora, Relator: Senador Cícero Lucena, oferecendo a redação para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, como Líder.

Antes, porém, falará o Senador Cidinho, que estava inscrito como orador, mas presidia a sessão. Pergunto a ele se permite que V. Ex^a use a palavra durante cinco minutos.

Então, V. Ex^aalaria depois do... Muito obrigado.

É que S. Ex^a estava inscrito como orador, mas, como presidia a sessão, deu a palavra ao Senador Pedro Simon. Então, a sua vez para falar está assegurada.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Jorge Viana.

Vão ser rápidas minhas palavras.

Primeiramente, Sr. Presidente, quero simplesmente registrar a reunião da bancada federal do Estado do Mato Grosso, na Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, na segunda-feira, onde recebemos a reivindicação e a manifestação dos professores e do corpo docente daquela Universidade, preocupados com a questão da reestruturação da carreira dos professores da Universidade Federal do Estado do Mato Grosso e também, consequentemente, das outras universidades federais do Brasil. Ao contrário do que, muitas vezes, a mídia tem colocado, Sr. Presidente, os professores universitários, os funcionários e os agentes reivindicam, na verdade, a reestruturação da carreira do magistério federal.

Espero que haja sensibilidade por parte dos nossos colegas Senadores e da Comissão de Educação do Senado, para que possamos discutir, melhorar e

ver de outra forma, com outros olhos, a situação dos professores universitários, que, ao contrário do que algumas pessoas falam, não são pessoas de sangue azul, são pessoas que lutam, que trabalham, que estudaram e que se prepararam. Está em suas mãos o futuro do nosso País: os nossos estudantes, os nossos universitários. Precisamos dar uma atenção especial, com certeza, para a situação dos professores e dos docentes das universidades federais do nosso Brasil, com a reestruturação da sua carreira.

Também quero registrar, Sr. Presidente, nosso querido amigo e Senador do Paraná Sérgio Souza, a visita que recebemos dos funcionários do Ministério Público da União, na última sexta-feira, em Cuiabá, onde nos reunimos. Eles colocaram as dificuldades por que passa o Ministério Público Federal da União, tanto o Ministério Público Federal como o Ministério Público do Trabalho. Eles falaram da sua necessidade. Como aconteceu aqui há poucos dias, em que se aprovou uma PEC dando autonomia financeira e orçamentária à Defensoria Pública Federal, eles pediram que, da mesma forma, o Governo Federal, a Câmara e o Senado tivessem essa sensibilidade, dando autonomia orçamentária para o Ministério Público Federal da União, para que os membros pudessem ter independência para trabalhar e reestruturar o salário dos seus agentes, dos seus técnicos, dos seus administrativos.

Como falei antes, não são pessoas de sangue azul, não! São pessoas que trabalham, são analistas, são administrativos, são peritos. Realmente, temos de reconhecer o trabalho que eles fazem em defesa da transparência e contra a corrupção neste País.

Como o Senador Pedro Simon acabou de falar aqui, nós estamos pensando num País sério, que vai evoluir no sentido de diminuir, cada vez mais, a corrupção, as mazelas e os malfeitos em torno da coisa pública. Precisamos também dar autonomia e independência para aquele que também considero um Poder, que é o Ministério Público Federal da União.

Eram esses os dois registros que eu queria fazer.

Na minha pauta principal, Sr. Presidente, quero falar sobre as dificuldades por que passam os Estados do Mato Grosso e de Rondônia desde a última segunda-feira, em virtude de a BR-364 estar interdita pelos índios. Hoje, Cuiabá amanheceu sem combustível em alguns postos. O aeroporto também não tem combustível para atender às aeronaves de grande porte que lá pousam.

O Governador Silval Barbosa chegou ontem à noite aqui. Ontem, nós estivemos no Ministério da Justiça e falamos com a Secretária Márcia Pelegrini.

O Governador tem reunião com a Presidenta da Funai hoje e com o Ministro da Justiça.

Esperamos que haja sensibilidade por parte da Funai e dos índios em liberar a rodovia BR-364, porque estão prejudicando, sobremaneira, o abastecimento em Cuiabá, bem como os caminhoneiros. Hoje, há mais de 60 quilômetros de fila na BR-364, com alguns caminhoneiros parados em postos de combustíveis.

Ontem, eu estava falando com o nosso Senador de Rondônia, o Senador Assis, que há mais de três mil pessoas nos ônibus da transportadora que os transporta, no trânsito entre Cuiabá e antes de Cuiabá. São passageiros que estão passando por dificuldades, querendo chegar às suas casas, aos seus destinos. Eles estão sendo impedidos de fazê-lo por uma minoria que deixou suas aldeias e veio até a BR-364, próximo da Serra de São Vicente – região que nada tem a ver com a questão indígena –, fechar essa rodovia.

É preciso que o Governo Federal, o Ministério da Justiça restabeleça a autoridade. A reivindicação dos índios é absurda! Simplesmente eles querem que o Governo Federal revogue a Portaria nº 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), que reitera uma decisão do Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento sobre a reserva Raposa Serra do Sol, que estabeleceu regras para a demarcação de novas áreas de terra e para o trânsito em áreas indígenas. E, simplesmente, a Advocacia-Geral da União, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada está fazendo de extraordinário. Estabeleceu um marco regulatório para a demarcação de novas áreas de terra, consultando os Municípios, os Estados.

Há transição de não índios nas aldeias indígenas. Nada há no sentido de tomar terra de índio! Não há nada do que algumas ONGs disseram para os indígenas, colocando essa indignação e esse rancor dos índios contra o povo branco, contra o Governo, contra a AGU e contra o Ministério da Justiça. Quem está sendo prejudicado neste momento é o povo do Estado do Mato Grosso, o povo de Rondônia. É preciso que o Ministro da Justiça, que a Advocacia-Geral da União exerça sua autoridade e libere a BR-364 para aquelas milhões de pessoas que estão com caminhões, com ambulâncias, com veículos parados desde segunda-feira à noite, ao longo da BR-364, esperando a boa vontade de meia dúzia de indígenas, que prejudicam, neste momento, o Estado do Mato Grosso, o abastecimento nos seus Municípios, o escoamento de sua produção também.

Esta é a minha opinião, Sr. Presidente: não há como negociar o inegociável. Se há uma lei definida

pela Corte máxima deste País, que é o Supremo Tribunal Federal, não há como negociar. É preciso exercer a autoridade do Governo, ir lá com a Força Nacional e com o Exército e liberar a rodovia, para que Mato Grosso possa ter seu tráfego de veículos leves, pesados e de urgência regularizado urgentemente.

Ontem, num gesto de boa vontade, os índios abriram, durante duas horas, o trânsito de veículos, mas isso não deu para nada, Sr. Presidente, porque, desde segunda-feira, está parada a rodovia. É um absurdo o que acontece no nosso País nos dias de hoje! Uma minoria prejudica um Estado, prejudica uma população, e o Governo não exerce sua autoridade no momento em que tem de exercê-la.

São essas as nossas colocações.

Esperamos que, hoje, após a reunião do Governador Silval Barbosa, na qual estarei presente daqui a pouco, no Ministério da Justiça, com a Presidente da Funai também, possamos definitivamente resolver essa situação do bloqueio da BR em Mato Grosso, que está prejudicando muito o nosso Estado.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Cidinho Santos, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Cidinho Santos, caro Colega, defensor do Estado de Mato Grosso.

Convido, para fazer uso da palavra, o Senador Jorge Viana, como próximo orador inscrito. Na sequência, Senador Anibal Diniz.

V. Ex^a, Senador Jorge, tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar também o Presidente Sarney, que, muito gentilmente, conduziu a Ordem do Dia aqui, e todos os Colegas que estão no plenário.

Venho à tribuna para prestar contas de um trabalho que, de certa maneira, com as dificuldades que enfrentamos, conseguimos concluir ontem na Comissão que tinha a responsabilidade de apreciar medida provisória do Código Florestal. Foi um trabalho difícil e, para alguns, impossível, mas o Brasil inteiro tinha a expectativa de que o desfecho não fosse uma lei que pudesse deixar na insegurança jurídica os produtores

e, muito menos, danificar definitivamente a legislação ambiental do Brasil.

Está aqui no plenário o Senador Luiz Henrique, que, desde o ano passado, recebeu a missão de ser Relator. Neste ano, novamente, foi designado para relatar a medida provisória da Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

De certa forma, criamos um grupo de trabalho intenso. Foram meses de muito trabalho. E, ontem, todos nós fizemos o possível. Eu diria que até conseguimos algo que se apresentava como impossível.

São muitos aqueles aos quais tenho de agradecer, e eu começaria falando um pouco da própria Presidenta Dilma, que surpreendeu alguns e que, eu diria, até decepcionou alguns que apostavam que ela não daria a mínima atenção para a questão ambiental do Código Florestal. E a Presidenta não só tomou uma posição, como também foi firme em mantê-la. Apoiou o trabalho que fizemos no Senado.

Essa proposta nossa era uma proposta boa, era uma proposta de mediação, que tirava o Brasil da política do faz de conta, que olhava para o passivo ambiental e apontava a solução para ele, que mantinha a rigidez da legislação ambiental, que estendia a mão para os produtores, para o setor rural, mas que, ao mesmo tempo, fazia dois movimentos, garantindo que o Brasil pudesse se firmar como grande produtor de alimentos no mundo e garantindo que o Brasil seguisse sendo referência de legislação ambiental no mundo.

Lamentavelmente, o trabalho que fizemos não foi reconhecido por muitos que têm compromisso com a causa ambiental. Isso foi lamentável. Desprezaram, preferiram uma proposta inócua! Enquanto estávamos debatendo aqui, alguns já estavam defendendo “o veta tudo”, que não é proposta, é posição. E, com isso, de lá para cá, as conquistas que apresentamos no Senado, obviamente, foram modificadas. Assim, ontem, o resultado obtido é distante da proposta que o Senador Luiz Henrique, muitos colegas Senadores e Senadoras e eu ajudamos a aprovar de maneira suprapartidária no Senado. Obviamente, a proposta que tínhamos era boa, não era ótima. E essa que foi votada ontem, eu diria, é razoável, o possível.

Então, eu queria agradecer à Ministra Izabella, à Ministra Ideli, ao Ministro Pepe Vargas, que ajudou tanto, e também aos colegas do Senado, especialmente ao Senador Luiz Henrique; ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente; ao Senador Aloysio Nunes; ao Senador Moka; à Senadora Ana Amélia; ao Senador Sérgio Souza, que preside esta sessão; e a muitos outros Senadores que se em-

penharam para fazer a construção dessa engenharia de tirar o Brasil da situação em que estávamos vivendo.

Sou engenheiro florestal. O Código Florestal é de 1965. É uma legislação que já está fora do seu tempo, meritória, mas o Brasil tem um passivo ambiental de dezenas de milhões de hectares. Quando foi feito o decreto, em julho de 2008, o Brasil caiu na real e viu que estava diante de um grande passivo ambiental. Havia uma lei rígida, que não era cumprida. Uma parcela enorme dos produtores estava na ilegalidade, e uma área estratégica do Brasil, nas barras da Justiça. E não se enfrenta essa realidade com uma lei mais rígida, com um faz de conta e, muito menos, como alguns queriam, com anistia ampla, geral e irrestrita.

A construção dessa proposta do novo Código foi meritória num aspecto: eu e o Senador Luiz Henrique – que pede um aparte, e já o ouvirei, com muita honra – dividimos a proposta do novo Código Florestal em duas partes. Isso, por si só, mostra que o Brasil tem um passivo ambiental, que há algo a ser solucionado para que se possa sair da política do faz de conta. Dividimos a proposta nas disposições permanentes e transitórias.

V. Ex^a, Senador Luiz Henrique, estabeleceu critérios rígidos, que não havia na lei. Para que se possa fazer supressão em área de preservação permanente, só com autorização do Estado. São mudanças fundamentais!

Outra grande conquista permaneceu ontem felizmente, mas havia sido danificada na legislação há 10 dias: estamos garantindo a base da legislação. A espinha dorsal da legislação ambiental está mantida com a votação de ontem.

Ouçó, com muita atenção e com muita satisfação, o aparte de V. Ex^a, Senador Luiz Henrique. Eu queria também dizer que nos ajudaram o próprio Ministro Mendes Ribeiro e outros, mas, essencialmente, no Parlamento, na Câmara dos Deputados e no Senado, encontramos pessoas que nos ajudaram a fazer o possível, e V. Ex^a estava como timoneiro na condução desse trabalho no Senado.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Jorge Viana, um dos privilégios maiores que tive ao longo desta minha carreira pública, iniciada em 1970, e que já me propiciou a conquista, sucessivamente, de 12 mandatos, um dos grandes privilégios que tive ao longo do tempo em que convivi com homens como Ulysses Guimarães, como Teotônio Vilela, como Tancredo Neves, como Miguel Arraes, como Freitas Nobre, como Severo Gomes, como Celso Furtado, como Renato Archer, como Rafael de Almeida Magalhães, quero dizer que o privilégio de conviver com V. Ex^a está

no mesmo nível do privilégio que tive de conviver com essas personalidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a deu ao País uma grande conquista. O Brasil lhe deve este texto, caro Senador Jorge Viana. Este texto tem as suas digitais fortes, tem o seu DNA, e o Brasil deve fundamentalmente a V. Ex^a esta conquista. Ontem, depois que celebramos aquele acordo inimaginável, lembrei-me do Prêmio Nobel indiano, o Professor Rabindranath Tagore, que disse certa vez: “O difícil a gente resolve logo, o impossível leva algum tempo”. O impossível levou algum tempo, levou dias, levou semanas, levou meses, mas conseguimos realizar a proeza de desafiar o impossível e torná-lo possível. O que é importante assinalar é que as matérias hoje publicadas, as que li, não deram ênfase aos resgates que fizemos nesse acordo para a proteção do meio ambiente. A votação anterior, que estabeleceu áreas de preservação permanente exclusivamente para os rios permanentes, deixando de fora os rios intermitentes, era uma tragédia ambiental. E conseguimos recuperar isso, Senador Jorge Viana. Por outro lado, a medida provisória, ao conceder, justissimamente, sob uma ótica socioambiental, o afastamento de cinco metros para os produtores rurais de apenas um módulo, o que corresponde a mais de 80% dos produtores rurais brasileiros, estabeleceu também o afastamento de cinco metros das nascentes dos rios, dos olhos d’água.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Passamos para quinze.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Nós desejávamos que fossem trinta, como propunha o ilustre Senador Rodrigo Rollemberg. Não conseguimos os trinta, mas, no acordo, conseguimos os quinze. Agora, é preciso que a Nação saiba de que modo se operou o acordo. Só havia uma hipótese de esse acordo ser referendado por todos os Deputados Federais e Senadores que integrassem a Comissão. Por isso, foi um processo de mútua concessão. Obtivemos a concessão de votar novamente a questão dos rios intermitentes e de restabelecer o raio mínimo de quinze metros dos olhos d’água e das nascentes. A imprensa deu ênfase à redução do afastamento dos rios em relação às propriedades médias.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – E de também não ter maciços de exóticas em APP, que foi do Deputado Márcio Macedo.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Exatamente. Aquilo é um ganho para o pequeno produtor, dá-lhe um empoderamento econômico.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para o meio ambiente também.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Outra questão importante que se debateu neste Congresso foi o papel dos Estados, que defendi, originalmente, inclusive quando, como governador, editei o Código Ambiental de Santa Catarina. Quero exaltar o papel da Presidente Dilma, porque sei que foi uma decisão dela. Ela foi muito além do Código Ambiental catarinense, em favor do pequeno agricultor, do agricultor familiar. Ela foi muito além. Eu vou dar um exemplo, Senador Jorge Viana – permita-me tomar só mais um minuto –: o Código Ambiental de Santa Catarina estabelecia uma área ripária a ser conservada de cinco metros para rios de até cinco metros. Ela estabeleceu cinco metros para rios com qualquer largura.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Desde que seja de pequeno produtor.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – O Código Ambiental de Santa Catarina não estabelecia o limite mínimo de 10% de observância da APP. A Presidente estabeleceu essa faculdade. Mas mais importante ainda: o Código Ambiental de Santa Catarina media os cinco metros do nível mais alto do rio; a Presidente Dilma estabeleceu o do leito regular do rio, observado durante o ano. Então, Senador Jorge Viana, não é o texto ideal, não é o que eu queria, não é o que V. Ex^a queria. Eu fiz concessões. V. Ex^a, que tem uma história respeitada em defesa do meio ambiente, teve de, na negociação, fazer também concessões. Mas o resultado – o resultado eu posso garantir! – foi o de termos a lei mais avançada em termos ambientais do mundo. O legendário Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, que esta Casa vai homenagear na segunda-feira, dia 10 de setembro, quando promulgou o texto constitucional, leu uma correspondência do Secretário-Geral da ONU dizendo que o Brasil passaria a ter a norma constitucional mais avançada do mundo. E eu posso lhe dizer que, pelas mãos de V. Ex^a, muito pelas mãos de V. Ex^a, muito por sua firmeza, por sua capacidade negocial, o Brasil terá, com esse texto, a lei mais avançada do mundo em termos ambientais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, querido colega, Senador Luiz Henrique, que muito me ensinou. Sem autoridade moral, sem os 40 anos de mandato de V. Ex^a na relatoria, certamente não teríamos condições de avançar em matéria tão

complexa e que envolve tantos interesses. Mas não foi só isso. A sua equipe, a minha equipe, uma figura como João de Deus, a equipe da própria Ministra Izabella, pessoas que...

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – ...que Deus dará.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pessoas que Deus dará, pessoas que, durante esse período, passaram noites e noites, assessores de vários colegas também Senadores e Deputados.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone.*) – Nossos assessores, o Edvaldo e o Jorge Welter.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Nossos queridos assessores, que se envolveram de coração, pensando o Brasil nessa matéria, nós não teríamos vencido.

Mas, Senador, a minha vivência no Acre... O Acre era, na década de 90, o pior exemplo do Brasil em termos de enfrentamento de violência. Tínhamos vivido o assassinato de Chico Mendes, que foi morto pelas ideias que defendia. As ideias que ele defendia são as que estão inaugurando o século XXI, que foram objeto de debate da Rio+20. E exatamente por defendê-las 20 anos antes, foi assassinado.

O confronto e o enfrentamento no Acre obviamente ocorriam por ser completamente desfavorável aos pequenos, aos seringueiros, aos índios, aos ribeirinhos e às figuras que trabalhavam em movimentos sociais, como Chico, para mim, a maior referência de preocupação com o meio ambiente em nosso País. Tive o privilégio de conviver com ele. Ele era um exímio negociador. Chico Mendes era um exímio negociador, tinha posições firmes, negociava e, obviamente, conseguiu nos deixar um legado que mudou a história do Acre. Quando governei o Acre, foi inspirado em suas idéias. Foi também inspirado na sua maneira de agir que consegui conciliar e fazer o Zoneamento Ecológico Econômico do Acre, sentando fazendeiro com seringueiro, sindicalista de empregado com sindicalista patronal, selando a paz no Acre. Isso nós conquistamos. Com o zoneamento, paramos com a destruição, e o Acre passou a ser referência positiva nos indicadores sociais, ambientais e econômicos.

Aqui no Senado, aqui no Congresso, as dificuldades – eu diria – eram maiores ainda, porque não havia governador e governados. Aqui, cada um é uma instituição, como se diz. E a causa ambiental, esse equilíbrio que V. Ex^a queria, e colocou suas digitais no texto, eu também procurei ajudar, e muitos colegas

queriam, não tem voto, não tem maioria. Quem está me ouvindo, quem está me assistindo...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, como dividi o tempo aqui com o meu querido Senador Luiz Henrique, e tendo em vista que nós vencemos uma matéria, o Congresso venceu uma das matérias que pareciam impossíveis, gostaria de pedir um pouquinho de tempo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O tema merece o tempo que V. Ex^a entender necessário, caro Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado. Só mais um pouco. Agradeço a V. Ex^a.

Mas o problema é que quem está em casa não entende que a causa ambiental não tem voto na Câmara e no Senado. Os votos que temos aqui são uma minoria. Nesta Casa há muitas pessoas de bom senso, como também há na Câmara, mas, às vezes, os interesses falam mais alto.

Quando se votou ou quando o Brasil conquistou mudanças, por exemplo, de reserva legal, firmou as APPs, vamos lembrar em que tempo foi isso. Foi uma medida provisória impositiva, Senador Luiz Henrique, que, naquela época, se não fosse apreciada, seria renovada mês a mês. E, depois de renovada mês a mês, ela também ganharia força de lei. Foi assim que o Brasil conquistou algumas das importantes mudanças na legislação ambiental, no Código Florestal brasileiro. Foi dessa maneira.

Os tempos são outros. Não adianta quererem culpar a Presidenta Dilma, o Governo. Omitiram-se, e agora jogam a culpa no Governo. Eu venho do movimento ambiental, tenho muito orgulho. Trago comigo muitos ensinamentos e vou seguir neles, porque tenho bons amigos, tenho em muitas pessoas que estão envolvidas no movimento ambiental um exemplo de vida para mim.

Mas há algo estranho acontecendo no País. Onde estavam os que lideram o movimento ambiental quando nós estávamos decidindo, ontem, aqui no Senado, sem voto, uma das mais importantes leis ambientais do Brasil, que é o nosso Código Florestal? Pedi mobilização. Eu não sei, eu acho que estamos vivendo um momento não muito feliz para o movimento ambiental ou parte do movimento ambiental brasileiro. Reafirmo: é no movimento ambiental brasileiro que eu me inspiro para ajudar o Brasil e o mundo a colocar os dois pés no século XXI.

Não acredito que vamos conseguir mudar o padrão de produção e consumo do mundo, para o mundo chegar a ser sustentável, se não for com uma sociedade organizada. Hoje, sei das dificuldades que o movimento ambiental vive, que as ONGs vivem, porque dali venho, sou do conselho de algumas. Dificuldades de financiamento, a insensibilidade de quem poderia estar ajudando, para que esse movimento pudesse crescer e se multiplicar na sociedade.

Mas é lamentável, é lamentável, porque, se nós não temos voto aqui, nós podíamos ter um envolvimento maior de setores que são tão importantes, que me ajudaram tanto a construir o texto do Senado.

Eu estou fazendo um registro, mas eu queria, Senador Luiz Henrique, Senadores Sérgio Souza e Anibal, e todos que estão me assistindo, perguntar: qual é o Código Floresta de que o Brasil precisa? Qual é o Código Florestal de que nós precisamos?

O Brasil, certamente, precisa de um Código diferente do que nós votamos, para que o País possa, sim, se firmar como um líder mundial na produção de alimentos, mas um líder mundial no cuidado com seus recursos naturais.

Esse não foi o Código votado ontem. Lamentavelmente, não foi, porque também, ontem, nós tínhamos de fazer, como V. Ex^a disse, o impossível.

As pessoas não sabem que aqui há um Regimento Comum e que a gente tem de cumprir regras. Basta um Deputado, numa Comissão de Deputados e Senadores, levantar uma questão de ordem para derrubar a votação de uma matéria.

Como nós tínhamos tido uma tragédia de votação 15 dias antes, em que se tirou a proteção das APPs em rios temporários, que são a metade dos nossos rios, que formam os rios permanentes, nós tínhamos de voltar atrás nessa votação e evitar as que viriam, tão trágicas quanto aquela.

Como é que se faz isso tendo um Plenário daquele e tendo de ter todos os Deputados e Senadores concordando com o texto de V. Ex^a? Foi muito difícil. Era o impossível. "Ah, é só deixar o caos, não votar nada." Não vota nada? Aqui, a maioria tem voto para votar as coisas.

Nós temos de entender que não é com autoritarismo, não é no grito e na marra que nós vamos seguir melhorando a legislação do Brasil. Não é nos desentendendo, não é nos afastando; ao contrário, é nos aproximando, inclusive aproximando aqueles que fazem da causa ambiental uma causa de vida dos produtores familiares, que não estão capitalizados, que não usam tecnologia.

Nós temos 5,5 milhões de propriedades no Brasil, Senador.

Nós flexibilizamos a legislação, não a espinha dorsal dela, porque ela segue tão rígida quanto antes, não adianta alguém querer disfarçar isso.

O passivo ambiental, a recuperação de florestas foi flexibilizada para os pequenos. Eles são 90% dos proprietários do Brasil, mas ocupam 25% da terra. Em 75% da área do Brasil, nós temos rigidez na recomposição do passivo ambiental.

Queria falar rapidamente, então, de mais um avanço. O Brasil está implantando o CAR – Cadastro Ambiental Rural. O Brasil está pondo, pela primeira vez na história, um Programa de Regularização Ambiental, Senador Sérgio Souza. O PRA, Senador Luiz Henrique, não é de brincadeira.

Ontem, nós fizemos uma votação, mudamos uma regra: dividimos com os Estados que vão fazer o PRA – Programa de Regularização Ambiental – a responsabilidade de definir se a recomposição no rio vai ser de 20m ou de 100m. Estabelecemos o limite na lei geral, como deve ser uma lei geral brasileira.

Ontem, nós demos um passo melhor do que o que estava na lei, porque onde houver uma bacia hidrográfica com uma situação crítica é só o Estado estabelecer, a partir de uma composição técnica, que no PRA a recomposição ali tem de ser de 100m. E aí, nós temos uma proposta muito melhor do que a outra, por esse aspecto. Agora, se o PRA é para brincadeira, aí, obviamente, nós ontem não fizemos o certo.

Queria dizer também que todo esse embate radicalizado de um lado e de outro não trouxe uma árvore de volta para o nosso País, que foi desmatado ilegalmente em área onde não podia haver desmatamento. Nós agora estamos saindo da política do faz de conta. Nós agora estamos trabalhando para que o Brasil possa ter o maior programa do mundo de recomposição florestal. O maior programa do mundo de recomposição florestal. Eu sou crítico ao modelo de gestão florestal do Brasil. O Brasil ainda segue tratando floresta como um problema. Floresta não é um problema, floresta é solução. Floresta é um ativo econômico tão ou mais importante que o agronegócio. Ouso dizer isso. Obviamente, como do agronegócio nós temos também alimentos, eu não posso fazer uma comparação. Eu tenho de dizer que, sim, em um mundo com 7 bilhões de pessoas, onde há 1,5 bilhão de pessoas que não têm acesso a água potável, que não têm acesso a alimentação básica, a produção de alimentos é fundamental.

Mas como nós vamos ter, como o Brasil vai liderar o mundo e vai ser o maior produtor de alimentos

do mundo? Usando o modelo de produção do século passado? Não. Quando se criou o Código Florestal, em 1934, foram pessoas do Ministério da Agricultura que disseram: “Desse jeito, o Brasil está destruindo tudo”. Fizeram o Código Florestal de 1934 porque estavam acabando com a Mata Atlântica. Quanto sobrou de Mata Atlântica? Sobraram 6%. Seis por cento! E nós temos, ainda, os outros biomas: o Cerrado – que sofre uma pressão violenta, que é tão bem defendido pelo Senador Rodrigo Rollemberg – e também a nossa floresta amazônica.

Então, eu acho que há outro avanço também que a Presidenta Dilma e nós fizemos, Senador Luiz Henrique, que é tratar o pequeno produtor com carinho, com respeito. Não é com um funcionário armado, ameaçando, multando, aplicando multa maior do que o valor da propriedade do coitado do agricultor, que nós vamos mudar isso, ou que vamos trazer a sociedade para respeitar mais o meio ambiente, as regras. Não é dessa maneira. Isso não funcionou. Cinquenta bilhões de multas, ninguém paga, faz de conta, e parecia que estava tudo bem. Entrou ministro, saiu ministro, e o problema seguiu crescendo. Nós agora estamos mudando isso. A Ministra Izabella tem uma responsabilidade, ela ajudou no que pôde.

Ontem, eu estava lendo aqui nos jornais esse texto. Abri aqui a **Folha de S.Paulo**. Aliás, não está nas primeiras páginas. A grande imprensa do Brasil está vendo outros interesses mais importantes que a questão ambiental. A questão ambiental, o Código Florestal é mais importante do que muitas coisas que estão aqui colocando. Lamentavelmente, não ocupou tanto espaço. Mas sei do esforço de jornalistas, aqui, que trabalharam também nas madrugadas, nos dias, para cobrir.

Aqui se está colocando que o Governo cedeu. A negociação ontem não foi de governo. Aliás, o Senador Luiz Henrique e eu queríamos mais articulação do Governo, na hora de compor a comissão, na hora de priorizar esta matéria aqui dentro. Mas nós ajudamos no que pudemos, sem votos.

O Deputado Bohn Gass cumpriu um bom papel como Presidente da Comissão, e eu lhe agradeço aqui da tribuna do Senado. O Deputado Edinho Araújo, Revisor, cumpriu um papel extraordinário, auxiliando V. Ex^a. E o entendimento é que o que foi votado ontem possa passar no plenário da Câmara e aqui no Senado Federal.

Eu concluo, Sr. Presidente, as minhas palavras dizendo que não foi nada fácil. Eu até agradeço porque fui citado no Diap quando mal cheguei aqui, no ano

passado, certamente por conta do trabalho do Código. Este ano, o meu nome foi colocado de novo.

Ontem, eu conversava com o Rodrigo e disse: “Olha, eu não sei se eu era merecedor de ter sido escolhido”. Eu agradeço. Eu mal cheguei, não tenho ainda os ensinamentos – que o tempo certamente vai me dar, se Deus quiser – para ser um parlamentar. Ainda estou procurando ser um bom parlamentar, inspirando-me na Marina e no Tião, que foram grandes parlamentares nesta Casa. Junto com o meu companheiro Anibal, estamos aqui batalhando todos os dias. Mas, depois de ontem, eu falei: “Rapaz, eu acho que esse pessoal não errou, pelo menos, porque foi muito difícil”. Como é que se faz isso?

Eu confesso, Senador, sem o senhor na relatoria, sem o Bohn Gass na Presidência, sem líderes como o Pimentel lá, sem a contribuição de um Rodrigo Rollemberg, sem a contribuição de Moka e de tantos que estavam aqui, dos Deputados que ajudaram também – o conjunto de Deputados que têm na luta rural a sua causa de vida –, a gente não teria conseguido. Foi uma soma.

Lamentavelmente, talvez alguns não compreendam o trabalho que nós fizemos ontem para o Brasil, o que nós evitamos ontem. As pessoas não têm dimensão da tragédia que seria o Código Florestal se a gente seguisse votando aqueles destaques na mesma linha do que tinha sido votado. Companheiros, amigos que são da causa ambiental, nós temos que rever uma maneira de atuar! O tempo de, no grito, ou na cobrança, ou alguém mandando, como patrão, para os outros obedecerem, passou. Não importa que a gente esteja defendendo a melhor causa. O debate tem que acontecer, o convencimento. Vencer pelo voto.

Lamento que a causa ambiental, depois de tanto tempo, ainda não leve, ainda não garanta uma bancada expressiva aqui que nos ajude a melhor negociar. Fica esse desafio. Se seguirmos desse jeito, vamos ter que seguir trabalhando para haver milagres como o de ontem, para que a gente não tenha uma modificação que possa danificar, definitivamente, a legislação ambiental do Brasil.

Então, Sr. Presidente, muito obrigado pela compreensão de V. Ex^a. Queria, mais uma vez, dizer que todos os produtores do Brasil e também aqueles que trabalham na defesa do ambiente, eu acho que, de alguma maneira, todos nós temos que tirar ensinamentos desse debate, dessa atualização do Código Florestal. Tivemos ganhos, tivemos perdas, mas acho que, se não avançamos, nós pelo menos estamos mantendo a oportunidade de, num futuro próximo, seguir avan-

çando com a legislação ambiental e seguir avançando para que a produção agropecuária do Brasil se encontre com a sustentabilidade e ajude o mundo a ser um mundo sustentável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Caro Senador Jorge Viana, quem ganhou ontem não foi a causa ambientalista, não foi a causa ruralista. Quem ganhou ontem foi a sociedade brasileira, foi o Brasil por inteiro, porque nós promovemos um texto que não é o mais ideal para o meio ambiente, também não é o mais ideal, vamos dizer, do ponto de vista da produção de alimento, mas foi o possível. E isso foi o consenso construído pelo Senador Luiz Henrique. Porque não é fácil construir um consenso com bases partidárias, com ideologias muito bem definidas dentro do Congresso Nacional. Então, ontem nós produzimos um equilíbrio. Um equilíbrio necessário para o Brasil continuar avançando como a potência ambiental que é, e vai crescer muito mais, tendo regras muito mais claras dentro de uma lei que vai ter aplicabilidade, porque a que nós tínhamos, que datava de 65 – o anterior Código Florestal –, não tinha aplicabilidade na prática; nós sabemos disso. O produtor rural não conseguia fazer isso, e nem o ambientalista conseguia mover as ações necessárias para que houvesse aplicabilidade daquela lei. Agora, nós chegamos a um bom termo, e esse bom termo é para o Brasil.

Parabéns a V. Ex^a pela condução das negociações lá dentro dessa Comissão Mista que aprovou ontem o relatório do Senador Luiz Henrique!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço e, mais uma vez, digo: ontem, nós trabalhamos para salvar, para evitar uma tragédia na legislação ambiental e para os agricultores, que não podem viver na insegurança jurídica, que precisam ter paz, e, ao mesmo tempo, para o nosso meio ambiente. Acho que nós conseguimos evitar o mal maior e fizemos algo que foi o possível. E eu acho que o Brasil tem uma lei razoável e que precisa de novas mudanças para melhor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – E, por isso, estamos nós aqui, Congressistas.

Concedo a palavra, como próximo orador inscrito, ao Senador Anibal Diniz, Senador também do Estado do Acre, esse Estado que tanto defende as causas ambientais.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Sérgio Souza. Eu quero iniciar minhas

palavras, primeiro, congratulando-me com os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana pela belíssima forma como eles conduziram a construção do consenso ontem na MP nº 571, chegando a um entendimento em favor das nossas florestas, dos nossos mananciais e conseguindo a unanimidade, que é algo muito importante na política.

Eu entendo a política e os avanços como a arte da construção dos consensos. Quando se consegue fazer com que diferentes posicionamentos consigam convergir para a defesa de algo que é bom para todos, é a prova da boa política. Então, ontem, aqui no Senado Federal, praticou-se a boa política na Comissão Mista, envolvendo Deputados e Senadores. Assim, temos mesmo é que cumprimentar o trabalho magistral desenvolvido pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Jorge Viana, pelo Deputado Bohn Gass e por todos que estavam compondo a Comissão e chegaram ao bom entendimento para o bem das florestas, do meio ambiente e também da nossa produção agropecuária brasileira. Isso é muito importante para o nosso equilíbrio comercial e, principalmente, para a contribuição brasileira na produção de alimentos neste mundo cada vez mais necessitado de alimento para dar conta da grande necessidade de uma população crescente, que necessita de saídas criativas que não agredam o meio ambiente, mas que também não coloquem em colapso a produção de alimentos.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar hoje a trajetória positiva e corajosa que vive a condução econômica do País nos últimos 12 meses, especificamente em relação à redução consistente da taxa básica de juros, a taxa Selic. A decisão do Copom – Comitê de Política Monetária do Banco Central de reduzir, na noite de ontem, quarta-feira, a taxa básica de juros para 7,5% ao ano abre espaço para que o País possa chegar ao fim de 2012 com a menor taxa de juros da história brasileira. A proposta é que a Selic possa chegar a 7% ou a 7,25% ao ano no mês de dezembro, fato inédito que nos levará ao menor nível da série histórica desde a criação do Copom, em 1996. Avaliamos que o esforço do Governo da Presidenta Dilma e da equipe econômica até aqui é realmente digno de referência e que os resultados favoráveis já se refletem em financiamentos mais atraentes para o consumidor, que serão ainda mais expressivos num futuro próximo.

Ainda que tenhamos necessariamente de reconhecer que, mesmo com as reduções, o Brasil permanecerá dono de uma das maiores taxas de juros reais do mundo, não podemos ignorar o salto dado na direção de uma economia menos assimétrica. Com uma taxa

Selic de 7% ao ano, que é o objetivo até o final deste ano, ou próximo disso, o Brasil irá ocupar o sétimo lugar entre os países com maior juro real do mundo, resultado muito alto, sim, mas melhor que antes. A taxa de juros real brasileira seria de 1,5% atrás da China, que tem juro real de 4,1%; o Chile tem uma taxa de 2,4% ao ano; a Austrália tem uma taxa de 2,3%; a Rússia tem um juro real de 2,3%; a Colômbia tem juros de 1,7% e a Malásia tem uma taxa de 1,6%, numa lista elaborada levando em conta a inflação projetada para os próximos 12 meses.

Ainda que figurando, a contragosto, entre os países com as maiores taxas de juros, devemos considerar o quanto avançamos, lembrando que, de janeiro de 2010 até o mês de março deste ano de 2012, o Brasil era um dos primeiros países com maior taxa de juros real.

A trajetória de redução da taxa Selic, que, desde agosto do ano passado, ou seja, em 12 meses, caiu de 12,5% ao ano para os atuais 7,5% ao ano, melhorou nosso ambiente interno, com uma folga monetária sem precedentes e uma taxa básica abaixo de dois dígitos. Estamos, provavelmente, além do imaginado para esse período de tempo.

Já para as próximas reuniões, é esperado certo pé no freio e uma redução menor, ou mesmo nenhuma redução da taxa Selic, devido ao risco de pressão na inflação, por causa da alta internacional do preço das *commodities*, mas, também, levando em conta o fato de a economia brasileira já apresentar sinais de que deve melhorar seu desempenho neste segundo semestre.

Acreditamos que os incentivos dados pelo Governo e a redução dos juros básicos vão, efetivamente, produzir efeitos importantes em nosso cenário nacional, talvez não tanto em relação ao crédito direto ao consumidor, que ainda é vitimado pelo *spread* bancário altíssimo e pelo abismo entre a taxa Selic e os juros de cerca de 100% ao ano, pagos pelo consumidor. Tampouco é esperado um impacto direto, pelo menos de imediato, na geração de postos de trabalho.

Mas, na avaliação de especialistas em finanças públicas, essas iniciativas, sem dúvida, abrem margem para um menor custo da dívida federal, o que significa mais dinheiro para superar gargalos importantes, entre eles a deficiência em infraestrutura e a melhoria dos programas sociais. E isso não é pouco.

Ainda temos um longo trecho sem asfalto a percorrer, mas, com certeza, as máquinas estão na pista, e nós temos que reconhecer o esforço que o Governo da Presidenta Dilma e sua equipe econômica estão fazendo, no sentido de manter os juros sob controle e

ter uma política permanente de incentivo à produção, criando condições para maiores investimentos, mais geração de emprego e, principalmente, maior investimento em ação social para melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Sr. Presidente, gostaria de informar também que é com muita satisfação que amanhã, sexta-feira, vamos participar, em Rio Branco, da inauguração da Rodoviária Internacional, construída pela Prefeitura da capital, pelo Prefeito Raimundo Angelim. Trata-se de um investimento de R\$17 milhões, sendo R\$5,85 milhões de recursos conveniados do Ministério do Turismo, e R\$11,15 milhões de recursos próprios da Prefeitura de Rio Branco.

Vale ressaltar que o Prefeito Raimundo Angelim, que está concluindo o seu oitavo ano de administração, fez uma gestão memorável em Rio Branco, com obras de altíssimo impacto para melhorar a vida da população de Rio Branco e com uma atenção muito especial às políticas sociais, principalmente a educação, já que a Prefeitura de Rio Branco, com o Prefeito Raimundo Angelim, conseguiu recuperar o ritmo que havia sido imprimido no período de 1993/1996, quando Jorge Viana era Prefeito de Rio Branco.

Tivemos, no período de 1993/1996, um grande salto de qualidade na educação. Logo em seguida, no entanto, tivemos oito anos de paralisia. Só com a volta da Frente Popular, tendo à frente da Prefeitura de Rio Branco o Prefeito Raimundo Angelim, é que tivemos de volta um avanço importante na educação e investimentos na área social. Com isso, o Prefeito Raimundo Angelim conseguiu muitos prêmios e obteve vários reconhecimentos pelas políticas públicas desenvolvidas e também conseguiu fazer grandes investimentos em obras de impacto.

Essa Rodoviária Internacional, por exemplo, vai ser um cartão postal muito interessante da cidade de Rio Branco. Construída em dois pavimentos, a nova rodoviária vai proporcionar maior conforto no embarque e desembarque de turistas que visitam o Acre vindo de outros Estados e também dos países vizinhos, como o Peru e a Bolívia, além de melhorar o atendimento dos passageiros das viagens interestaduais.

É um novo marco da interligação fronteiriça Brasil, Bolívia, Peru. Deverão ser atendidos cerca de 40 mil passageiros por mês, com previsão de fluxo de chegadas/partidas de 60 ônibus por dia.

Executada pela empresa acreana Albuquerque Engenharia, a implantação da edificação valoriza a vegetação existente no terreno.

A forma arquitetônica faz uso de concreto armado e estruturas metálicas, tendo como base a identidade regional e o conforto ambiental.

A nova rodoviária tem 14 baías de ônibus com galeria para embarque e desembarque, instalações sanitárias para o público e funcionários, área administrativa, sala de reuniões, boxe da Polícia Militar, boxe de fiscalização do Deracre, Juizado da Infância e da Juventude, área de vacinação da Secretaria Municipal de Saúde, além de 20 guichês de vendas de passagens para as empresas de ônibus, um estacionamento para 165 carros de passeio livre e outro tarifado, estacionamento com vagas para taxistas, guarita de segurança, área de espera, praça de alimentação, balcão de informações ao turista, lojas de serviço e espaço para a comercialização de artesanato local – tudo isso em uma estrutura completamente nova e moderna. Isso significa muito para a nossa cidade de Rio Branco, que dispunha até então de uma rodoviária que já, há muito tempo, não atendia com dignidade a nossa população, em descompasso com o desenvolvimento que vem acontecendo no Estado do Acre, e principalmente na cidade de Rio Branco. Tanto que a antiga rodoviária, construída em 1990 na Cidade Nova, será demolida para dar lugar a uma praça de esporte, lazer e cultura para todas as faixas etárias.

Agora, a nova rodoviária, como já mencionei, além de ser mais um marco na integração com o Pacífico, através do Acre, significará mais dignidade também para o cidadão rio-branquense.

Na nova rodoviária será implantado um terminal de integração das linhas de ônibus urbanas de todo o Segundo Distrito de Rio Branco, em que o cidadão poderá fazer a integração sem pagar nenhum centavo a mais pela passagem, podendo fazer a mudança de ônibus e chegar ao terminal sem pagamento extra. Essa é uma antiga reivindicação da população do Segundo Distrito.

Como faz parte do Plano Diretor da cidade de Rio Branco, a Prefeitura tomou o cuidado de desapropriar mais 13 hectares de terras de área próxima à rodoviária, onde deve ser desenvolvido um projeto de paisagismo com bosques e, provavelmente, um zoológico, evitando-se assim a especulação imobiliária e evitando que o entorno seja tomado por bares, lanchonetes e prédios fora das especificações. Certamente será um novo e belo cartão postal da nossa capital, Rio Branco, e mais um espaço de cultura, lazer e visita pública.

Este, Sr. Presidente, é um feito que demonstra todo o cuidado que o Prefeito Raimundo Angelim e sua equipe têm para com a nossa cidade de Rio Branco

E é fundamental fazermos esse reconhecimento aqui, na condição de Senador da República, porque temos acompanhado a vida institucional da cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, ao longo das últimas três décadas. E vale a pena reforçar que a cidade de Rio Branco saiu da condição de município interiorano, sem condições de infraestrutura e de qualidade de vida para as pessoas, e hoje é uma cidade bem apresentável. As pessoas que visitam Rio Branco normalmente têm um impacto muito positivo em razão de tudo o que veem: arborização, ciclovias, espaços de caminhadas, espaços urbanos, equipamentos urbanos para usufruto da coletividade.

Então, Rio Branco é uma cidade que apresenta qualidade de vida considerável. Tem problemas sim, tem situações desafiadoras na periferia da cidade como toda cidade, como todo núcleo urbano com maior densidade populacional, mas é muito importante fazer um reconhecimento público de quanto o Prefeito Raimundo Angelim, do Partido dos Trabalhadores e da Frente Popular, contribuiu para melhorar a qualidade da nossa cidade nos últimos oito anos.

Dessa maneira, termino este pronunciamento fazendo um cumprimento especial ao Prefeito Raimundo Angelim e reafirmando que amanhã, sexta-feira, às 17 horas, estarei ao seu lado juntamente com o Governador Tião Viana e, acredito, o Senador Jorge Viana, participando do ato de inauguração desse novo espaço, que é a Rodoviária Internacional de Rio Branco. Essa rodoviária, como disse, vai atender tanto a demanda de viagens interestaduais quanto a de viagens internacionais para o Peru e para a Bolívia via Acre, que vão passar exatamente por Rio Branco.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todos e cumprimento todos os Senadores pelo sucesso do nosso esforço concentrado desta semana. Vou viajar na esperança de que, na nossa volta, tenhamos o mesmo sucesso na apreciação e aprovação das matérias que estarão na pauta do nosso próximo esforço do mês de setembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Sérgio Souza, o Senador Anibal Diniz acabou de fazer

referência – eu queria endossar as palavras dele – ao que foi feito ontem na Comissão Mista que tratou da Medida Provisória nº 571, que diz respeito à criação de um marco regulatório para a questão ambiental no Brasil, que impacta diretamente sobre a produção agropecuária brasileira.

Esse foi um resultado de ampla e exaustiva negociação. Já comentamos isso hoje, pela manhã, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da qual V. Exª faz parte. V. Exª é membro atuante nessa Comissão, presidida hoje pelo nosso Senador Waldemir Moka. O titular é o Senador Acir Gurgacz, que está licenciado.

Eu queria aproveitar o ensejo para renovar os cumprimentos aos líderes, pelo esforço que fizeram, e aos Relatores Luiz Henrique da Silveira e Jorge Viana e também ao Presidente Elvino Bohn Gass. Também ressalto a atuação dos parlamentares que se empenharam nessa conclusão positiva, porque é uma conclusão de interesse nacional.

A propósito disso, aproveito a oportunidade para convidá-lo, para convidar os nossos colegas Senadores e Senadoras e todos os interessados nessa matéria, porque, amanhã, a partir das 14 horas, numa audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na Expointer, em Esteio, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, debateremos a aplicabilidade do Código Florestal a partir do que foi deliberado ontem pela Comissão Mista. É claro que falta ainda a Câmara dar seu aval final sobre a matéria, mas, independentemente disso, nós vamos discutir o assunto na presença de especialistas. Também espero contar com a presença do nosso Ministro e Deputado Mendes Ribeiro Filho, porque é um evento importante, que marca também os 85 anos de existência da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul.

Então, penso que será um ambiente oportuno, porque, na Expointer, toda a vitrine do setor da produção agropecuária se faz representar: a agricultura familiar, que tem um pavilhão de grande visibilidade, um enorme pavilhão, que cresce a cada ano, revelando a dinâmica dessa produção agropecuária que é a agricultura familiar; a agricultura empresarial; a área de maquinário; o setor de genética da bovinocultura; a ovinocultura; o setor de equinos; o setor de tecnologia; a área de fertilizante, e assim por diante. É o conjunto que estará lá, junto com os veículos de comunicação. Todos estarão lá, como os que têm sede em Porto Alegre e fazem um trabalho muito grande na divulgação desse grande evento.

Eu também queria renovar o convite para a audiência pública que é transmitida pela **TV Senado**, com a participação **on-line** dos nossos telespectadores.

Obrigada, caro Presidente Sérgio Souza, pela acolhida ao uso da palavra pela ordem, em que estou comunicando essa audiência pública na Expointer, amanhã, das 14 horas às 16 horas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Convido V. Exª a assumir a Presidência, para que eu possa fazer meu pronunciamento.

Quero dizer, Senadora Ana Amélia, que, infelizmente, não poderei estar presente no evento. Amanhã, será a posse do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o Presidente eleito Felix Fischer, que é um paranaense. Eu estarei lá, prestigiando-o.

Antes de passar a Presidência a V. Exª, eu gostaria de fazer o registro de que, no último dia 22 de agosto, a Sociedade Árabe Brasileira Beneficente fez 64 anos de fundação. A Sociedade Árabe Brasileira Beneficente, ao longo desses 64 anos, recebeu embaixadores de outros países, intermediou a ida de autoridades brasileiras para visita a países árabes e fomentou o intercâmbio social, cultural, comercial e turístico entre o Brasil e os países por ela representados. Seu Presidente é Moutih Ibrahim, que recebeu o título da Câmara Municipal de Curitiba, recentemente, como Cidadão Honorário de Curitiba.

Parabéns a toda a Sociedade Árabe Brasileira pelos seus 64 anos de fundação!

Passo a Presidência à nobre Senadora Ana Amélia.

O Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido a fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Srª Presidente, Senadora Ana Amélia; os Srs. Senadores e Senadoras; os telespectadores da **TV Senado** e os ouvintes da **Rádio Senado**; os servidores e todos aqueles que nos acompanham no final desta manhã e começo de tarde desta quinta-feira, 30 de agosto de 2012.

Sra. Presidente, é com imensa satisfação, mesmo diante de todos os desafios, que nós celebramos, recentemente, os números agrícolas anunciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que

tem como Ministro o Deputado Federal Mendes Ribeiro Filho, Deputado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Em relação à safra 2011/2012, conforme levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento, a Conab, o resultado da produção de grãos registra um recorde, deve chegar a 165 milhões de toneladas. Um crescimento de quase 2% em relação à safra anterior, apesar das condições climáticas desfavoráveis em algumas regiões do País, principalmente na região Sul e na região Nordeste, onde houve perdas significativas na produção agropecuária. Mas, mesmo assim, o resultado representa um crescimento de 3,1 milhões de toneladas de grãos.

O destaque para a grande produção é o milho, mas o milho da segunda safra. O milho da segunda safra tem avançado e muito no Brasil, principalmente no Centro-Oeste e no Paraná. Algumas regiões, especificamente do Paraná, região de Campo Mourão, região oeste, região noroeste, são regiões cujo clima permite.

Mas aqui eu gostaria de fazer uma referência importante às empresas de pesquisas – principalmente a Embrapa –, e às empresas estrangeiras – como a Bunge, a Cargill –, que trouxeram, nesses últimos anos, uma tecnologia para que pudéssemos aumentar a produtividade, gerando um menor ciclo da produção, e aí ter duas safras na região Centro-Oeste.

Lembro-me de um dado trazido pelo Senador Blairo Maggi, na Comissão de Agricultura do Senado, e repito isso por onde passo, de que na década de 80, quando se mudou para o Estado de Mato Grosso, deixando a região oeste do Paraná, cidade de São Miguel do Iguaçu, eles produziam menos de 2.000 quilos de grãos por hectare. E hoje produzem mais de 10.000 quilos de grãos por hectare. Isso é fantástico!

Mas não é só o aumento da produtividade, colher mais quilos de grãos, mais sacas desses cereais na mesma safra, é também a possibilidade de você ter mais de uma safra dentro de um mesmo ano. O Brasil tem se tornado muito eficiente nisso.

E tivemos também, Sr^a Presidente, no campo do milho, da segunda safra, um aumento de 72%, o que equivale a 16 milhões de toneladas em relação à última safra, alcançando 38 milhões de toneladas. Vale lembrar que, no ano anterior, no período 2010/2011 o número de toneladas foi 22 milhões. Teve um acréscimo então de 16 milhões de toneladas somente o milho safrinha, o milho da segunda safra.

Já a estimativa para safras consolidadas, primeira e segunda safras, apresenta um crescimento de 26,8%, o que corresponde a mais de 15 milhões de

toneladas, totalizando 72 milhões de toneladas desse cereal, o milho.

E registro mais uma vez a importância das empresas de pesquisa. É interessante destacar o novo recorde, pois houve grande queda da soja, especificamente por conta da seca no Rio Grande do Sul e da seca no Paraná. A queda foi em torno de 9 milhões de toneladas. Também houve queda no arroz, em torno de 2 milhões de toneladas.

A redução se deve às condições climáticas, que não foram favoráveis ao Sul e também ao Nordeste, principalmente às safras de feijão e também do arroz sequeiro produzido no Nordeste.

E aqui vem uma importante reflexão. Nós estamos, aqui no Senado, construindo um novo plano de irrigação. Já passou pelo Senado, foi à Câmara; agora retorna, está na Comissão de Infraestrutura, onde sou o Relator; depois vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de onde vem para o plenário desta Casa.

Veja a importância desse Plano Nacional de Irrigação: as quebras do arroz no Rio Grande do Sul, a da soja, no Paraná e no Rio Grande do Sul, e mais algumas lavouras, causaram um prejuízo gigante àqueles dois Estados, levando até mesmo Municípios a decretarem estado de calamidade pública, estado de emergência, a pedir socorro ao Governo Federal.

Então, precisamos construir, sim, um Plano Nacional de Irrigação, porque o que temos hoje? Temos um país que tem praticamente 12% de toda a água de superfície do planeta, e, de repente, vemos uma plantação morrendo de sede! É inaceitável isso, digo em alto e bom som! Temos no Paraná o maior lago artificial do planeta, que é o Lago de Itaipu, e, a uma centena de metros, uma plantação morrendo de sede. Temos que mudar critérios, aqui no Congresso Nacional, com esse Plano Nacional de Irrigação, que vai garantir a estabilidade na produtividade.

Vimos, nos últimos dias, uma alta considerável nas commodities de soja e milho, que impactou diretamente no bolso do cidadão. Que bom para o produtor, que consegue recuperar um pouco das suas perdas dos últimos anos! Mas há uma instabilidade financeira que vai diretamente ao consumidor, no momento em que ele vai ao supermercado comprar um derivado de soja, um óleo, uma margarina, uma maionese, que têm, na base, a soja; ou quando ele vai comprar uma proteína animal, suína, avícola, que têm, na sua base, a ração que vem do milho e da soja.

Hoje, a **Folha de S.Paulo** traz uma notícia de que, em alguns casos, já subiram a proteína animal, suína e avícola, em torno de 50%, e que já está im-

pactando também na bovina essa alta toda. Lógico, repito: que bom para o produtor rural! Melhorou muito! Mas aumentou o custo, não o ganho do produtor rural, que melhorou um pouco, sim, mas não da forma como esperávamos.

Portanto, precisamos ter uma estabilidade porque o produtor rural também está tendo dificuldades, principalmente o produtor de aves e suínos, para comprar a ração. E estamos vendo alguns frigoríficos no Brasil, no Paraná e em Santa Catarina, com dificuldades para se manter, por conta do custo da ração, ou seja, do alimento para esses animais.

E por que gerou esse *boom* no preço da soja e do milho? Por conta da seca nos Estados Unidos, a maior seca dos últimos 40 anos, trazendo uma redução de quase 100 milhões de toneladas na produção deste cereal, que é o milho. Lógico, eles precisam tratar, cuidar dos seus lá, nos Estados Unidos. E onde é que tem milho? No Brasil, que produziu muito. Eles precisam da soja, que é uma das bases da ração. Onde é que tem soja? No Brasil. Então, estamos vendo a importância de termos um plano nacional de irrigação, para trazermos uma estabilidade na produção rural, não só no aumento da produtividade como na garantia da produção.

Sr^a Presidente, a estiagem, no Nordeste, por exemplo, trouxe uma queda de 22% da safra. Votamos, aqui, uma medida provisória esta semana para socorrer municípios, principalmente do Nordeste, por conta de estado de emergência e calamidade decretado por conta da seca. Sabemos que a seca no Nordeste é recorrente, mas podemos ter uma solução. No Nordeste, em algumas regiões, a irrigação já resolve isso. E a quebra dessa safra, só no Nordeste, 3,53 milhões de toneladas de produtos.

De acordo com o estudo da Conab, Sr^a Presidente, a estimativa total da área plantada no Brasil é de 50,81 milhões de hectares, com um crescimento de 1,9%, ou seja, 935 mil ha a mais do que na safra 2010/2011, quando atingiu 49,87 milhões de hectares. Mas por que se dá isso? Não se dá isso porque houve desmatamento, avanço nas florestas, não, minha gente, principalmente se dá isso porque está havendo uma troca de áreas de pastagens por áreas de agricultura. No Paraná, isso acontece a passos largos, principalmente na região noroeste do meu Estado, região de Umuarama, região de Paranaíba, Nova Londrina, vemos isso ocorrendo na integração, às vezes, lavoura, pecuária e floresta.

E, aí, quero fazer uma referência ao Plano ABC, este plano da agricultura de baixo carbono que o Go-

verno Federal tem colocado recursos pesados a juros baratíssimos, para recuperarmos áreas degradadas e transformarmos essas áreas em áreas produtivas. Porque, com os dados trazidos nas audiências que fizemos para discutir o Código Florestal aqui no Congresso Nacional, percebemos o tamanho de áreas degradadas, a quantidade de áreas degradadas que temos no Brasil, que podem ser convertidas em áreas de alta produtividade.

Então, Sr^a Presidente, percebemos com muita clareza que ainda temos alguns gargalos a serem resolvidos, como o Plano Nacional de Irrigação, o Marco Regulatório dos Biocombustíveis – sou Relator de ambos aqui no Senado Federal –, o avanço que tivemos na questão do Código Florestal. Tanto eu quanto V. Ex^a subimos ontem à Tribuna para falar sobre esse consenso grandioso em que quem ganhou foi o Brasil. O Brasil é um país maravilhoso!

Para encerrar, alguns dados sobre o nosso Brasil. Olha o tamanho do Brasil! O complexo soja respondeu por 24,1 bilhões de dólares nas exportações na safra 2011/2012; o açúcar e o etanol, por 16,4 bilhões de dólares; carnes, 15 bilhões de dólares; café, 8 bilhões; papel e celulose, 7 bilhões. Sabe quanto dá somente nesses cinco segmentos? Mais de 80 bilhões de dólares em exportações. Sabe quanto foi a balança comercial positiva no ano de 2011? Vinte e nove bilhões de dólares. Tira o agronegócio de dentro disso.

Quer ver um número interessante, que nos entusiasma muito mais, a nós, que somos defensores da sustentabilidade, mas da produção de alimentos? Segundo estimativa do Centro de Pesquisas Avançadas em Economia Aplicada, o Cepea, em 2011, o PIB do agronegócio brasileiro foi de 5,73, totalizando 942 bilhões de reais. Esse foi o PIB do agronegócio brasileiro. A economia nacional expandiu 2,7, o agronegócio, 5,73, alcançando a economia nacional quatro trilhões de reais. Sabe o porquê disso? Houve um aumento do tamanho do agronegócio dentro do PIB brasileiro, que passou de 21,7% para 22,7%. Ou seja, quase 1/4 de tudo que se produz no Brasil vem do agronegócio. O que quer dizer isso? A grande indústria brasileira é o agronegócio.

O setor contribuiu, Sr^a Presidente, só agora no mês de julho de 2012, com 23.951 empregos no setor agropecuário. Teve um aumento de quase o dobro gerado no mesmo período no ano passado, de 13 mil empregos. Veja que fantástico é isso! Só no último ano, o setor agropecuário gerou mais de 165 mil empregos no campo.

Portanto, Sr^a Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores, absolutamente inquestionável a relevância da produção agropecuária para a economia brasileira. As contribuições do setor para a balança comercial, para a geração de emprego e renda e para a estabilidade dos preços é inestimável! Sendo assim, ganha em importância a construção do Código Florestal que garanta a capacidade de produzir alimentos do Brasil de forma sustentada e harmônica com o meio ambiente.

Segundo palavras do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, o mundo terá de aumentar 50% da produção de alimentos até 2050 para atender à demanda mundial. E, nesse processo, a participação do setor produtivo agropecuário brasileiro será protagonista. Nós teremos aí um compromisso, uma obrigação de produzir pelo menos a metade disso. Tenhamos, portanto, a atenção e cuidado devidos com um setor tão importante para nosso País e para o futuro do planeta. Não somos só uma potência ambiental, somos o segundo maior produtor de alimentos do mundo. Este é o Brasil!

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento-o, Senador Sérgio Souza. Contra fatos não há argumentos. Esses dados são suficientemente fortes e reveladores da importância que tem o agronegócio na pauta da exportação brasileira, que é nossa reserva cambial tão necessária para a estabilidade, não só a estabilidade dos preços no mercado interno, mas também com a valorização especialmente da soja e até do milho. Se, por um lado, beneficia o produtor com o preço alto; por outro, cria-se um problema para as cadeias produtivas da suinocultura, da avicultura, porque os preços da razão aumentaram muito e isso deve ser equalizado e resolvido para evitarmos que haja um prejuízo a esses setores que perdem competitividade neste momento. Mas a inteligência e habilidade da capacidade do setor produtivo brasileiro vão fazer a diferença, novamente, vencendo essas barreiras.

Também concordo com V. Ex^a quanto a ser uma necessidade urgente e inadiável. Não é só o Nordeste que tem problemas com secas, Senador Sérgio, o Rio Grande do Sul, nas últimas 10 safras agrícolas, em pelo menos seis houve incidência de seca em algumas regiões do Estado. Então, cumprimento V. Ex^a por cobrar esse assunto novamente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senador Paulo Paim é o próximo orador inscrito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora

Ana Amélia, que preside esta sessão, primeiro, informo que, ontem, quando me perguntaram, eu disse que iria a Pernambuco no dia de amanhã fazer duas palestras. Para ficar bem claro onde serão, a primeira palestra, sobre acessibilidade, o Seminário Nacional da Acessibilidade, vai ser no Tribunal de Contas de Pernambuco, em que falarei. E à tarde falarei na OAB sobre o tema O Estatuto do Idoso e a Previdência que Queremos. Então, pela manhã, falo no Tribunal de Contas, para um público de, conforme me informaram, em torno de 400 pessoas. E mesma coisa à tarde, na OAB, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, das 14 horas – calculo eu – até às 17 horas. Só para esclarecer, porque ontem dei uma informação que não era precisa.

Mas, Sra. Presidenta, hoje pela manhã, realizamos uma audiência pública para discutir os fundos de pensão e inúmeras preocupações dos mais variados fundos. V. Ex^a é testemunha do trabalho que temos feito, conjuntamente, na questão do Aerus. A Graziella e o Celso, que são os líderes na área sindical do movimento, não puderam estar presentes porque havia um seminário nacional de que participariam hoje, no Rio de Janeiro, mas pediram que eu lesse o seguinte documento: “Justiça mantém antecipação de tutela para aposentados do Aerus”.

Sra. Presidenta, recebi a informação da Fentac/CUT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, e do escritório de advocacia do Dr. Castagna Maia, que diz que a Justiça mantém a antecipação de tutela para aposentados do Aerus, e o recurso ingressado pela Advocacia-Geral da União foi negado pelo Tribunal Regional Federal da 1^a Região.

A expectativa das entidades e dos advogados é de que a União pague, enfim, os benefícios aos aposentados e pensionistas do Aerus, a partir do mês que vem. Inclusive, a previsão é o dia 4.

E eles informam que, na terça-feira, dia 21/08, os diretores sindicais da Fentac e do Sindicato de Aeronautas e Aeroviários, Celso Klafke e Graziella Baggio, reuniram-se em Brasília com os advogados do escritório Castagna Maia, para discutir a ação do Aerus. Após a reunião, os advogados deixaram claro que estavam muito preocupados com o motivo do silêncio da AGU, e relatam aqui os acontecimentos da última semana.

Após a decisão da Justiça a favor dos aposentados do Aerus, a Advocacia-Geral da União (AGU) informou que já havia solicitado à Secretaria de Previdência Complementar (Previc) a informação sobre quanto custaria cumprir a decisão para a União. Todavia – por isso o motivo do silêncio –, a AGU, ao mesmo tempo em que consultava, entrou com um pedido de suspensão de liminar para cassar a antecipação

de tutela conquistada pelos sofridos aposentados e pensionistas do Aerus.

Diante do recurso, os sindicalistas, pelo escritório do Dr. Maia, imediatamente foram à Justiça, entraram e discutiram os autos da ação. Um memorial da defesa dos trabalhadores foi apresentado para justificar os motivos pelos quais a suspensão não deveria ser concedida.

E na terça, dia 21, às 18 horas, saiu a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mantendo a vitória dos companheiros do Aerus. Assim, a antecipação de tutela não foi negada. A decisão afirma:

Não há motivos para que a sentença não produza seus efeitos, frustrando, mais uma vez, justas expectativas de aposentados e pensionistas de perceberem a complementação de seus proventos, após o julgamento do mérito da Ação Civil Pública [...], na primeira instância, como decidiu a Suprema Corte, no Agravo Regimental na Suspensão de Liminar [...]

E indefere o pedido da União.

O escritório esclarece que a AGU ainda pode ingressar com outro recurso, porém, sem efeito suspensivo. Vai ter de pagar.

Assim, a expectativa dos sindicalistas é de que a União pague as pensões e aposentadorias, como eu lembrava antes, no próximo mês, de preferência no dia 4. E caso não ocorra, os sindicalistas e a Fentac, através da Central e de outros aliados, através do escritório do Dr. Maia, tomarão as medidas judiciais cabíveis e necessárias.

Os sindicalistas também estarão em Brasília durante todo este mês, para conversar com os Senadores e demais autoridades, em defesa de uma solução definitiva para o caso Aerus.

Os sindicatos e a Associação de Pensionistas da Transbrasil ingressaram com a ação em 2004. Ganham uma tutela antecipada em 2006. A AGU derrubou a antecipação da tutela em 2008. Em 2010, houve audiência no Supremo Tribunal Federal, na qual a Suprema Corte, no agravo regimental, decidiu, naquela época, pela suspensão de liminar. Em 2012, no dia 13 de julho, foi julgado o mérito da ação, aí, a favor dos aposentados e pensionistas, pelo Juiz Jamil Rosa de Jesus de Oliveira, da 14ª Vara Federal do DF.

Os inúmeros recursos interpostos pela União não possuem efeito suspensivo. Isso quer dizer que não são os recursos que estão criando obstáculos ao pagamento, mas a própria União, pelo visto, é que protela, a todo momento.

Eu espero que essa história termine, e termine bem para todos, e que a União, mais uma vez, não protele e cumpra a decisão da Justiça, pagando os companheiros do Aerus.

Conforme última informação, cerca de mil companheiros já morreram na expectativa de receber o que lhes era de direito.

Essa demora em cumprir a decisão judicial é inadmissível sob todos os olhares, pois afronta o art. 25, item II, alínea “c” do Pacto de São José da Costa Rica, que afirma que cabe ao Estado o compromisso de assegurar o cumprimento pelas autoridades de todas as decisões judiciais.

Fere os princípios básicos da Constituição Federal, afronta as decisões do Juízo da 14ª Vara e do Plenário do próprio Supremo Tribunal Federal. Fere, também, os princípios que movem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por último, o desrespeito, que, para mim, é o mais grave, à vida humana, à dignidade de cada participante, que sonha receber aquilo a que tem direito.

Assim, estamos aguardando para saber se a AGU, a União, pagará a folha de setembro. Em caso negativo, novas medidas – podem ter certeza – serão tomadas.

Fica aqui o meu apelo à União, à AGU, para que não recorra mais uma vez. Vai ter que pagar um dia. É como eu digo aqui sobre inúmeros projetos que apresento e em que vem alguém e pede vista, vem alguém e pede para tirar de pauta e jogar para outra semana: um dia vai ter que votar.

É como o direito de greve. Apresentei o projeto há sete anos. Não quiseram votar, não quiseram votar. Vão ter que votar. Hoje, aprovamos aqui requerimento para que o direito de greve passe pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Assuntos Sociais.

Não adianta protelar, protelar. Quem deve tem de pagar. E, nessa questão específica, sei que alguém vai dizer: “Mas isso é dívida antiga, dos governos anteriores”. Não estou falando que é deste ou daquele governo. É dívida da União, e a União tem que pagar aos aposentados e também aos pensionistas.

Já sei que, quando chegar a Pernambuco, haverá uma delegação lá para conversar comigo, tanto sobre o reajuste dos aposentados e pensionistas – os aposentados estão em todo o País –, como sobre a questão do Aerus e também sobre o fim do fator.

Conseguimos já algumas vitórias ao longo deste ano. Acho que as três que citei aqui nós temos que assegurar para este ano: a questão do Aerus, decidir de forma definitiva; garantir o reajuste real dos aposentados para janeiro; e o fim do fator previdenciário. Espero que

aconteça. Falta de bom combate com certeza não será. Faremos um bom debate aqui. Inclusive, se depender de mim, não é deixar aprovar o projeto que proíbe o direito de greve, mas, sim, regulamentar o direito de greve.

Era isso, Senadora. Peço que considere na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi a informação da FENTAC/CUT – Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil e do Escritório de Advocacia do Dr. Castagna Maia, que a Justiça mantém antecipação de tutela para aposentados do Aerus e o Recurso ingressado pela Advocacia Geral da União, foi negado pelo Tribunal Regional Federal – 1a Região (TRF-1).

A expectativa das entidades cutistas é de que a União pague os benefícios aos aposentados e pensionistas, a partir do mês que vem.

Na terça-feira do dia 21/8/2012, os diretores sindicais da Fentac/CUT e dos sindicatos de aeronautas e aeroviários, Celso Klafke e Graziella Baggio, reuniram-se em Brasília com os advogados do escritório do Dr. Castagna Maia, para discutir a ação do Aerus.

Após a reunião, os advogados postaram no blog o texto “o motivo do silêncio”, no qual relatam os acontecimentos da última semana.

Após a decisão da justiça a favor dos aposentados do Aerus, a Advocacia Geral da União – AGU – informou que já havia solicitado à Secretaria de Previdência Complementar – Previc – informações sobre quanto custaria cumprir a decisão para a União.

Todavia, a AGU também entrou com pedido de suspensão de liminar para cassar a antecipação de tutela conquistada pelos aposentados.

Diante do recurso, o escritório do Dr. Maia imediatamente apresentou à Justiça, nos autos da ação, um memorial da defesa dos trabalhadores, para justificar os motivos pelos quais a suspensão não deveria ser concedida.

E, na terça do dia 21/8/2012, às 18 horas, saiu a decisão do Tribunal Regional Federal da 1a Região (TRF-1), mantendo a antecipação de tutela.

A decisão afirma que “não há motivos para que a sentença não produza seus efeitos, frustrando, mais um vez, justas expectativas de aposentados e pensionistas de perceberem a complementação de seus proventos após o julgamento do mérito da Ação Civil Pública 2004.34.00.010.319-2 na primeira instância, – como decidiu a Suprema Corte no Agravo Regimental

na Suspensão de Liminar 127-2, em 14/04/2010”, e indefere (nega) o pedido da União.

O escritório esclarece que a AGU ainda pode ingressar com recurso, porém sem efeito suspensivo.

Assim, a expectativa dos sindicalistas é de que a União pague as pensões e aposentadorias já no próximo mês. E, caso isso não ocorra, os sindicatos cutistas e a Fentac/CUT, através do escritório do Dr. Maia, tomarão as medidas judiciais necessárias.

Os sindicalistas seguem em Brasília para conversar com senadores e demais autoridades em defesa dessa solução para o caso Aerus.

Os sindicatos elitistas e a Associação de Pensionistas da Transbrasil ingressaram com a ação em 2004. Ganharam a tutela antecipada em 2006. A AGU derrubou a antecipação de tutela em 2008. Em 2010, houve audiência no Supremo Tribunal Federal (STF), na qual a Suprema Corte, no Agravo Regimental, decidiu pela suspensão da liminar.

E, em 2012, no dia 13 de julho, é julgado o mérito da ação, a favor dos aposentados e pensionistas, pelo juiz Jamil Rosa de Jesus Oliveira, da 14a Vara Federal do DF.

Os inúmeros recursos interpostos pela União não possuem efeito suspensivo.

Isso quer dizer que, não são os recursos que estão obstaculizando o pagamento, mas a própria União que, pelo visto, não “quer” pagar.

Essa demora em cumprir com a decisão judicial é inadmissível sob todos os olhares, pois afronta o art. 25, item 2, alínea “c” do Pacto de São José da Costa Rica, o qual afirma que cabe ao ESTADO o compromisso de assegurar o cumprimento, pelas autoridades, de toda a decisão judicial.

Fere os princípios básicos da Constituição Federal. Afronta as decisões do Juízo da 14a Vara, do TRF-1 e do Plenário do STF.

Fere também os princípios que movem a administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

E, por último, o desrespeito com a vida humana, com a dignidade de cada participante lesado.

Assim, estamos aguardando para saber se a União pagará a folha de setembro. Em caso negativo, novas medidas serão tomadas.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Agenda – Recife – PE

Ida: 30/8/2012 – BSB/Recife - Saída: 15h02 – Chegada: 17h38 – Voo 3450 - TAM

Retorno: 31/8/2012 – Recife/BSB – Saída: 17h12 – Chegada 20h08 – Voo 3861 – TAM

Motorista: Sr. Sutenes (81) 8876-1605

Hotel Marante Plaza Hotel

Av. Boa Viagem, 1070 – 1º Jardim – Boa Viagem – Recife/PE - (81) 3464-1060

TCE/PE Seminário Nacional de Acessibilidade

Dia: dia 31 de agosto de 2012 - Horário: 8h

Local: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE/PE - Auditório

Endereço: Rua da Aurora, 885 - Boa Vista.

II Seminário sobre os Direitos do idoso

Dia: dia 31 de agosto de 2012 - Horário: 14h

Local: Fórum do Recife - Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano

Endereço: Av. Desembargador Guerra Barreto, 200 – Bairro: Ilha Joana Bezerra.

Contato: Raissa (81) 9145-5011 – Ana da Hora (81) 8831-9923

Seminário Nacional de Acessibilidade

Políticas Públicas de Acessibilidade

Objetivo: discutir a situação atual das políticas públicas no Brasil

8h50 às 10h	Palestra Roberto Thiné e Flaviano Mendes – Associação de Pais e Pessoas com Deficiência do Banco do Brasil (APABB)
10h às 10h50	Palestra Senador Paulo Paim
10h50 às 11h	Intervalo
11h às 14h	Mesa Redonda Coordenada pelo Jornalista Aldo Vilela Participantes: Representante da Prefeitura do Recife (indicação da Presidente da URB/Recife) João Mauricio Rocha –Superintendência de Apoio à Pessoa com Deficiência do Estado de Pernambuco (SEAD)Antonio Muniz – Associação dos Cegos do Estado de Pernambuco (APEC) Manuela Dantas (Coluna de Acessibilidade do Blog do Jamildo) Maissa de Castro Sousa (Procuradora Geral do MPC/GOÍAS).

II Seminário sobre os Direitos do idoso

14h30	Palestra do Senador Paulo Paim- Tema: “O Estatuto do Idoso e a previdência que queremos”. Duração de 30 min., havendo espaço para pergunta durante 30 min.
15h30	Palestra proferida pela Dra. Ângela Pereira Ramos, professora Universitária, Advogada, Auditora aposentada do INSS e Membro da Comissão do Idoso OAB/PE. Sobre o Tema: “ O idoso e a Previdência Social”
16h30	COFFE BREAK

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim, na forma regimental, sua solicitação será atendida.

Eu queria dizer que me congratulo com essa decisão da Justiça em relação aos direitos indiscutíveis dos aposentados e pensionistas do fundo Aerus. Essa é uma demanda que a União tem o dever, a obrigação moral de cumprir, porque a falha foi da então Secretaria de Previdência Complementar em relação a esse fundo.

E faço isso em homenagem aos aeronautas e aeroviários que têm uma atuação muito grande nas redes sociais, entre eles o José Paulo de Resende, o Roberto Haddad e o Aírton Flávio Sayago. Eles não perdem a esperança, estão combatendo diariamente, mandando mensagens. E foi uma espécie de balde de água fria quando veio o recurso, tentado pela União, para evitar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Felizmente derrubado!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Exatamente. Aí é que está a boa notícia que V. Exª traz: a demanda que a Justiça, agora, faz valer, a União vai ter de pagar. É melhor pagar logo do que ficar postergando, porque, como disse V. Exª, um dia, vai ter de pagar.

Então, cumprimento o Senador Paulo Paim. Eu lhe desejo uma boa viagem, para participar desse compromisso em Pernambuco.

Eu queria saudar aqui, Senador, aproveitando sua presença, os alunos que visitam a Galeria do Senado Federal. São os alunos do 8º ano do ensino fundamental da Escola Adventista de Planaltina, no Distrito Federal. Sejam todos bem-vindos ao Senado Federal! (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero só agradecer a V. Exª, que me convidou a comparecer à audiência da Expointer. V. Exª, felizmente, entendeu que tenho de ir a Pernambuco, mas sei que, na Expointer, vai haver uma grande audiência. Meus cumprimentos pela iniciativa!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Estaremos lá, Senador Paim. Agradeço-lhe muito.

Temos também uma demanda do Fundo de Garantia. Vamos organizar, no Rio Grande do Sul, uma diligência, porque somos da Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que trata dessa matéria, que é muito importante para o trabalhador brasileiro.

Cumprimentos ao senhor! Boa viagem!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós estaremos juntos nessa diligência da Fiergs, com a presença de todas as entidades dos trabalhadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

Convido a fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, que preside esta Mesa, valeria a pena eu até usar um pouco deste tempo para comentar a nossa audiência há pouco sobre municipalização, federalização e educação. Mas eu venho falar de outro assunto. Esse aí a gente deixa para outra ocasião.

O tema que venho tratar tem muito a ver com a sua preocupação de economia. A senhora é uma das que, nesta Casa, hoje, simbolizam essa preocupação, e eu diria que é uma linha correta em matéria de economia. Eu vim falar sobre a prorrogação da isenção de impostos para automóveis.

Eu sei que é uma posição muito desconfortável dizer que esse não é o caminho, mas eu vou dizer. Não é o caminho, Senador Paim. Claro que é positivo para os trabalhadores do setor, é positivo para quem compra carro, é positivo para as empresas. Mas é esse o caminho? É esse o caminho para que o Brasil seja o País que nós desejamos? Eu não disse o País que cresce. Crescer é um caminho para chegar aonde a gente quer? Não é. Não é, porque não cabem mais os automóveis nas ruas. Automóvel é para reduzir o tempo que a gente leva para ir de um lugar a outro. Hoje está aumentando o tempo para a gente ir de um lugar a outro, pelo excesso de automóveis. Vai significar R\$5 bilhões de redução na arrecadação, e os jornais de hoje mostram uma queda, Senhor Paim, na arrecadação, preocupante, muito preocupante. Vai significar endividamento de famílias, porque pouquíssimos compram carro à vista. Nós nos endividamos. E aí, a partir daí, uma reflexão.

Senadora Ana Amélia, Senador Paim, o debate econômico e social brasileiro há 50 anos se divide em dois lados. Há um lado, Senadora, que diz: é preciso fazer o bolo para depois distribuir. Há outros que dizem: é preciso distribuir para que o bolo cresça. Ninguém está perguntando qual é o gosto do bolo. Qual é o sabor que tem o bolo da produção brasileira? Qual é o gosto que tem a sociedade consequente da produção brasileira? E, quando a gente analisa isso, o bolo está amargo.

O bolo está amargo pela violência; o bolo está amargo pela corrupção; o bolo está amargo pela desigualdade; o bolo está amargo pela perda de tempo em engarrafamentos; o bolo está amargo pela morte, anualmente, de 100 mil pessoas, seja por violência pura e simples, seja por violência do trânsito; o bolo está amargo pelo endividamento das famílias brasileiras; o bolo está amargo pelo desemprego e até pelo excesso de trabalho daqueles que têm emprego para poderem pagar as dívidas. O bolo está amargo quando a gen-

te sabe que nossas crianças estão em falsas escolas – elas não estão em escolas, elas estão em prédios cujo nome de cada um deles é escola, mas que não é uma escola; alguns não passam de restaurante mirim.

O bolo do crescimento brasileiro ao longo de 50 anos, o crescimento milagroso, durante algum período da nossa história, não produziu o bolo que a gente gostaria. Não estamos satisfeitos. Estamos ricos, mas não satisfeitos. Somos a sexta economia do mundo, mas longe de sermos a sexta sociedade em bem-estar do mundo. Estamos sexta potência econômica do mundo hoje, mas nem perto de sermos a sexta potência daqui a algumas décadas se não fizermos um dever de casa que não estamos fazendo.

Eu estou querendo, Senador Paim, aproveitar essa medida, que é boa para o imediato, mas que não é boa, não é suficiente, para o caminho que a gente quer seguir no Brasil. O caminho que a gente quer seguir, Senador Paim, em primeiro lugar, se é para ficar preso à indústria automobilística, seria mudar o produto, do automóvel privado para a produção de ônibus, ambulâncias, transportes escolares, táxis, todos esses meios de transporte que facilitam a vida do público, embora não nos tragam o prazer de ter o carro na garagem, ou parado num engarrafamento.

Nós poderíamos fazer uma mudança do modelo industrial brasileiro, vamos ter que fazer se quisermos caminhar para um bolo não apenas grande, mas sabroso. Prato cheio de comida ruim não satisfaz. Qual comida ruim? Da violência, da corrupção, da desigualdade brutal, dos engarrafamentos, dos endividamentos, do desemprego, da escola ruim, da saúde péssima. Esse bolo tem que ser redefinido. O crescimento só se justifica se for para crescer em direção a outro caminho, não a esse caminho dos últimos 50, 60 anos. E isso vai exigir que esta Casa se debruce sobre qual é o modelo que nós queremos para o futuro do Brasil, qual é o projeto que a gente quer para que o Brasil seja não apenas rico em matéria de carros e eletrodomésticos dentro das casas e nas ruas, mas seja rico em poder ir da casa para o trabalho em pouco tempo, seja rico em poder caminhar do cinema ao café da esquina sem medo de assalto, seja rico em saber que, se acontecer uma tragédia com a gente, nossos filhos terão uma boa escola, seja rico em saber que não há analfabetismo de adulto e que não há analfabetismo informal. Queremos ser ricos no sentido de que nossa indústria não seja baseada na mecânica, mas, sim, na eletrônica, na alta tecnologia; ser ricos no sentido de saber que a nossa produção não leva a transformar florestas em ruínas de florestas, que são florestas queimadas ou um terreno vazio.

Nós precisamos saber qual é o sabor que queremos dar ao bolo da riqueza brasileira.

Esse é um desafio com que, aparentemente, não vejo o governo brasileiro preocupado. A impressão que tenho é a de um governo que só pensa no imediato, no curto prazo. Ninguém pode esquecer o imediato e o curto prazo, mas não é papel do estadista pensar apenas no imediato e no curto prazo. Estadista se preocupa com o imediato e o curto prazo, mas dentro de uma perspectiva de longo prazo, de futuro; preocupa-se com os eleitores, mas preocupa-se com as crianças que não votam ainda e até com aquelas que não nasceram ainda; preocupa-se com a próxima eleição do dia 7 de outubro, mas se preocupa com a próxima geração de daqui a 30 anos. Eu não estou vendo essa preocupação com as gerações futuras. Eu não estou vendo essa preocupação que vai além do imediato de fazer crescer o bolo atual. Eu não estou vendo a construção de um novo bolo, uma sociedade nova, com uma estrutura nova. Eu não estou vendo buscarmos um produto que seja ele próprio distribuível e distributivo. Ao contrário, a gente continua falando em crescer o bolo, para depois distribuir, mas ninguém pode distribuir bolo doce para quem sofre de diabetes. O bolo grande só se justifica se quem recebe gosta e pode comer.

Crescer não basta. É preciso saber para onde crescer. Quantidade não é suficiente, é preciso definir a qualidade da sociedade e da economia brasileira. Eu não vejo o Governo preocupado com isso. Eu não vejo o Governo preocupado com a qualidade do produto, apenas com a quantidade da produção. Eu não vejo também nós, aqui, termos tempo para falar, debater e aprofundar nesse assunto.

É isso, Senador, que eu queria colocar aqui, não para dizer que estou contra uma medida que vai gerar emprego ou manter o emprego, mesmo em modelos atrasados - não, não pode ser contra isso -, mas para dizer que não basta, que é preciso ir muito além do crescimento, que é preciso definir que crescimento queremos. É preciso ir muito além da ideia de crescer o bolo para distribuir ou distribuir para crescer. É preciso redefinir o sabor do bolo que caracteriza a riqueza brasileira.

Senador, eu tinha concluído, mas o Senador Rodrigo Rollemberg pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, o Sr. me permita, vou fazer um apelo a V. Ex^a, porque vou para o seu Estado, pegar o voo das 15h para Pernambuco: logo após o aparte, quando V. Ex^a concluir, assumo aqui. É um convite e uma convocação, porque tenho que correr para o voo, para o nosso Rollemberg poder usar a palavra em seguida.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Serei muito breve, Senador Cristovam, tanto no aparte como na minha fala posterior, apenas para cumprimentar V. Ex^a. Venho acompanhando a preocupação de V. Ex^a, inclusive ao longo de todos os preparativos da Rio+20, de como construir novos indicadores para medir o desenvolvimento, já que o PIB está completamente ultrapassado, até para medir o desenvolvimento econômico. O PIB mede a movimentação da economia, mas não mede os resultados da economia. Tivemos uma audiência na terça-feira, uma audiência pública extremamente interessante, rica, na Comissão de Meio Ambiente, em que tivemos a participação do Prof. Ladislau Dowbor, da PUC de São Paulo. Ele fez uma série de reflexões, demonstrando que, quando se perdem 2 horas, 2 horas e 40 minutos, como perde o cidadão paulistano, por exemplo, para se deslocar diariamente da sua casa para o trabalho, isso está movimentando a economia e tem impacto positivo no PIB, mas isso o faz perder tempo útil, em que ele poderia estar trabalhando, poderia estar estudando, poderia estar com a sua família. Portanto, a reflexão de V. Ex^a é absolutamente pertinente, no sentido de refletirmos e formularmos novos modelos de desenvolvimento. V. Ex^a, com a sua inquietação e com o seu brilhantismo, certamente tem uma contribuição enorme a dar a esse debate para o Senado brasileiro e para todo o Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, obrigado, Senador, pelo aparte.

Dou por encerrada a minha fala, agradecendo ao Senador Paim.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Convoco, convido, apelo, porque vou ter que dar uma ida ao aeroporto.

Senador Rodrigo Rollemberg, por favor.

Eu vou até a sua terra natal, não é? Pernambuco.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assumo esta tribuna apenas para fazer dois registros breves, mas que considero da maior importância e muito honrosos para mim.

Tive a oportunidade de ser eleito hoje Presidente da Comissão Especial designada pelo Presidente José Sarney, para analisar as propostas da Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Herman Benjamin,

para atualização do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no que se refere à regulamentação do comércio eletrônico, da proteção ao superendividamento e do acesso à Justiça.

Fui eleito Presidente na companhia do Senador Paulo Bauer, como Vice-Presidente, e designei o Senador Ricardo Ferraço como Relator. Tenho certeza de que pela qualidade dos membros daquela Comissão, da qual V. Ex^a faz parte também, teremos a garantia de que faremos a atualização no Código de Defesa do Consumidor, no sentido de ampliar os direitos do consumidor, jamais para fazer com que retrocedam, já que o nosso Código foi uma grande conquista da sociedade brasileira, reconhecida internacionalmente.

E quero inclusive cumprimentar a Comissão de Juristas, na pessoa do Ministro Herman Benjamin, pelo excepcional trabalho apresentado a esta Casa.

É importante registrar que, quando o Código de Defesa do Consumidor foi aprovado há 22 anos, não tínhamos o comércio eletrônico e não tínhamos acesso à Internet. Hoje, o comércio eletrônico já movimenta algo em torno de R\$37 bilhões por ano. Assim, temos que dar tranquilidade e segurança jurídica para todos que consomem por meio do comércio eletrônico.

Por outro lado, há também o desenvolvimento da economia, tendo em vista o fato de que 30 milhões de brasileiros ingressaram na classe média e melhoraram de vida. No entanto, as políticas do Governo de acesso à oferta de crédito trouxeram resultados positivos, mas também trouxeram uma preocupação muito grande com o superendividamento. Portanto, faz-se necessária a proteção a esse superendividamento, com regras claras, objetivas, evitando que o consumidor seja ludibriado pela falsa propaganda, tudo isso de extrema importância para atualizar o Código de Defesa do Consumidor.

Assim, faço este registro, agradecendo a confiança de todos os membros daquela Comissão que me elegeram hoje Presidente, mas também registrando a nossa expectativa de trabalharmos de forma produtiva no sentido de ampliar os direitos do consumidor.

Também quero registrar que acabamos de realizar uma audiência pública da maior qualidade, extremamente significativa e proveitosa para mim, porque sou Relator de um projeto de lei do Senado que regulamenta a realização de concursos públicos no Brasil.

Tivemos, com grande destaque, noticiada pela imprensa local, a regulamentação pela Câmara Legislativa do Distrito Federal dos concursos públicos, no âmbito do Distrito Federal, a partir de projeto de iniciativa do Executivo. Mas temos que render homenagens a quem em primeiro lugar levantou essa bandeira no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que foi o Deputado Chico Leite. Portanto, o projeto foi

praticamente baseado em pressupostos apresentados inicialmente pelo Deputado Chico Leite.

Mas tivemos uma audiência pública, agora há pouco, com a participação do Sr. William Douglas, magistrado e membro do Conselho Editorial da Editora Impetus; do Sr. Augusto Bello de Souza Neto, que é consultor do Senado e Presidente da Associação Nacional de Defesa e Apoio aos Concurseiros – Andacon; do Sr. Vicente Paulo, Presidente do Ponto dos Concursos; do Sr. Alexandre Ribeiro Motta, Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária – Esaf; e do Sr. Ricardo Carmona, Diretor-Geral do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – Cespe, da Universidade de Brasília.

Registro a importância disso porque nós tivemos uma grande conquista na Constituição de 1988, que foi a introdução do concurso público como instrumento de acesso ao serviço público, de seleção dos melhores quadros para compor a Administração Pública, garantindo a democratização do acesso ao serviço público brasileiro.

No entanto, nós não temos regras claras, até hoje, que possam dar transparência, possam garantir isonomia, e possam garantir justiça e segurança jurídica a todos aqueles que buscam ingresso no serviço público através de um concurso público. E temos alguns temas que são recorrentes nas preocupações das pessoas que fazem concurso público, que participam de concursos públicos, e nós não poderíamos oferecer o nosso parecer a esse projeto de lei – é muito provável que apresentemos um substitutivo – sem ouvir as entidades realizadoras de concurso, como o Cespe, sem ouvir as entidades representativas dos chamados concurseiros, aquelas pessoas que participam de concursos, e todas as partes interessadas, como também o diretor da Esaf.

Alguns temas são de preocupação permanente, recorrente, dos concurseiros: editais sem a devida publicidade, com publicação só no *Diário Oficial*, ou com prazo exíguo para inscrição; regras ambíguas nos editais; discriminação de candidatos em virtude de idade, de sexo, de estado civil e de outros critérios injustificados; restrições a candidatos residentes em Estados ou em Municípios diversos daquele no qual será realizado o concurso, como, por exemplo, inscrições feitas somente de forma pessoal, dificultando a inscrição de candidatos residentes em outros Estados; abertura de concursos tão somente para o chamado cadastro de reserva ou com oferta simbólica e irrisória de vagas quando existentes vários cargos ou empregos vagos no órgão ou entidade.

Quero registrar que eu já tinha um projeto no sentido de proibir a realização de concursos para ca-

dastrado de reserva. Quero dizer que isso é realmente um absurdo e que, em torno disso, há unanimidade. Inclusive, hoje, o Cespe já se recusa a realizar concursos para cadastro de reserva.

Também há preocupação com a realização de concursos com pouquíssimas vagas, com vagas irrelevantes, quando se sabe que aquele órgão ou entidade tem um número maior de vagas, mas não as revela quando do lançamento do edital.

Quanto à realização de concursos públicos sem que nenhum candidato seja nomeado, também apresentei projeto nesse sentido, obrigando que os candidatos aprovados em concurso público fossem chamados para preencher totalmente as vagas destinadas, aliás, como dita jurisprudência hoje na Justiça Superior brasileira.

Causa preocupação também taxas de inscrição exorbitantes e dificuldades operacionais ou exigências infundadas no ato da inscrição; ausência de indicação de bibliografia, com a não aceitação da opinião de autores consagrados na área ou, quando indicada, com correção de prova orientada por bibliografia diversa da indicada no edital; mudança de datas e horários do concurso em cima da hora, muitas vezes impedindo ou dificultando ao extremo a realização das provas pelo candidato de outro Estado ou Município, que não consegue refazer a tempo seu planejamento de deslocamento pelo território nacional; quebra de sigilo das provas ou venda de gabaritos; impossibilidade de recursos relativos a provas discursivas e orais ou exigência de que esses recursos sejam entregues pessoalmente, não sendo possível sua interposição pela Internet ou pelo correio; locais de provas pouco acessíveis aos candidatos ou em péssimas condições; conteúdo das provas não previsto no edital ou sem relação com as atribuições do cargo – eu me referi, outro dia, a uma prova do próprio Senado em que se perguntava o nome da amante de um ex-presidente americano –; questões objetivas com mais de uma ou nenhuma alternativa correta; questões mal redigidas, com consequente ambiguidade de interpretação; cobrança na prova de posições doutrinárias minoritárias ou entendimentos judiciais destoantes da jurisprudência dominante; prazo exíguo para recursos; ausência de motivação dos indeferimentos de recursos ou utilização de respostas padronizadas, de forma vaga, ambígua e lacônica; não comunicação por correio ou *e-mail* aos candidatos aprovados quanto à sua nomeação, especialmente quando passado um longo período de tempo da homologação do concurso; pontuação de títulos segundo critérios que ferem a impessoalidade ou com peso excessivo em relação às provas; anulação de concursos, provas ou questões sem qualquer justificativa; e omissão do Poder Judiciário em decidir

causas que envolvam concursos públicos, sob a alegação sumária de que se trata de mérito administrativo privativo da banca examinadora, com nítida negativa de prestação jurisdicional ao cidadão.

É claro que todos esses pontos foram abordados. Em muitos deles, não houve consenso. Há opiniões divergentes entre os convidados, mas todos eles trouxeram posições que, certamente, vão contribuir muito para a nossa reflexão e para a formulação do nosso relatório e do nosso voto.

O fato é que essa é uma questão de extrema importância, de extrema relevância. A pessoa, quando se inscreve num concurso público, está fazendo um investimento para a sua vida, está fazendo uma opção profissional e dedica recursos para isso, não apenas para a inscrição, mas para a sua preparação. A pessoa se matricula em cursos, tem de comprar livros, está investindo tempo naquilo. São horas que deixa de estar com sua família ou em outros afazeres para se dedicar à sua formação, buscando o seu objetivo.

Portanto, essas regras são muito claras.

Algumas questões foram consensuais, como, por exemplo, a necessidade do fim da realização de concursos para cadastro de reserva, a necessidade de nomeação de todas as vagas previstas durante a validade do concurso, a necessidade de um prazo de pelo menos 90 dias entre o edital e a realização do concurso, para que o interessado possa se preparar adequadamente para aquele concurso. Enfim, há uma série de outras questões também importantes, mas que não cabe relatar aqui, neste momento.

Quero registrar também uma colocação, com a qual concordo, do Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária – Esaf, o Sr. Alexandre, que ressaltou a importância, após a seleção para o concurso público, da formação do servidor público. O servidor público não apenas ocupa um cargo, um emprego, mas também cumpre uma missão, a missão de bem servir à sociedade brasileira. Portanto, além dos conhecimentos técnicos, além da capacidade intelectual necessária para ser selecionado num concurso público, é importante que ele demonstre ou construa outras aptidões que lhe permitam servir bem à sociedade brasileira.

O fato é que, se investirmos numa melhor qualidade dos concursos públicos brasileiros, numa melhor seleção para o ingresso dos servidores públicos no serviço público brasileiro, quem vai ganhar com isso é o conjunto da sociedade brasileira.

Daí a importância desse tema, ao qual me dediquei com o melhor dos meus esforços, para que possa apresentar, brevemente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um relatório e um voto à altura

das expectativas da população brasileira e das necessidades do serviço público brasileiro.

Sr. Presidente, eram esses os registros que eu gostaria de fazer neste início de tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Com sua fala, vou dar por encerrada esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Srª Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Srªs e Srs. Senadores, nos últimos três meses, nada menos que 350 mil servidores públicos federais ficaram parados, de um ponto a outro do país, e chamaram a atenção de autoridades federais e da opinião pública em geral.

De acordo com os sindicatos nacionais, 31 categorias de servidores públicos federais, praticamente pararam suas atividades, inclusive em áreas essenciais.

Eram professores de universidades federais, advogados da CGU, auditores e analistas da Receita Federal, policiais federais e rodoviários, fiscais agropecuários, servidores das agências reguladoras e do IBGE, entre outros.

Na luta pela reestruturação de suas carreiras e por reajustes, milhares de servidores se manifestaram diariamente na Praça dos Três Poderes, aqui em Brasília.

Durante uma longa peleja, representantes dos servidores e do governo, se encontraram em quase 200 rodadas de negociações. Mas, o acordo custou a ser fechado.

Na terça-feira (28), finalmente, reunidos em plenária nacional, servidores de 18 categorias da base da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público, decidiram, pela maioria dos presentes, aprovar a proposta do governo federal que concedeu um reajuste diferenciado, de 15,8%, divididos em 5% em três anos (2013, 2014 e 2015) e a elaboração de um plano de reestruturação de carreiras no serviço público.

Os servidores administrativos da Polícia Federal, por exemplo, tiveram reajustes que variam entre 14,28% e 27,31%. Para este setor, o percentual de reajuste será de 24,8% para servidores em início de carreira e de 14,28% para aqueles que estão no final.

Para os cargos de auxiliar, haverá incremento de 27,31% na folha de salário. Já trabalhadores de nível intermediário serão contemplados com reajuste de 27,96% em início de carreira e de 24,24% ao final.

Mas a questão não terminou por aí. Enquanto a maioria dos servidores públicos federais acatou a

proposta do governo, uma parcela a rejeitou. São os servidores das Agências reguladoras (ANA, Anac, Anatei, Ancine, Aneel, ANP, ANS, Antaq, AIMTT, Anvisa); Incra, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Auditores fiscais da Receita Federal; Departamento Nacional de Produção Mineira (DNPM); Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central (BC) e Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Srs. Senadores e Senadoras, todo este cenário de protestos, negociações, desentendimentos e até ameaças de cortes no ponto dos grevistas, veio nos mostrar que é chegada a hora de este Parlamento regulamentar o direito de greve no serviço público.

A Constituição Federal, como sabemos, trata do direito de greve no Capítulo II, estabelecendo em seu artigo 9º, que: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.”

O parágrafo primeiro deste artigo diz que: “A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”.

Os serviços ou atividades essenciais, acima referidos estão definidos na Lei 7.783, (28/6/1989) e entre as quais estão: a assistência médica e hospitalar e a distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos.

O direito de greve para os servidores públicos, por sua vez, está previsto no inciso VII do artigo 37, da CF, que determina: “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

A Lei 7.783/89, que regulamentou o artigo 9º da CF, se mantém em vigor, é certo, mas até que sobrevenha lei específica.

Pois bem. vinte e quatro anos depois de promulgada a Carta Magna, as categorias dos servidores públicos ainda não têm o direito de greve regulamentado em lei.

Enquanto a lei não vem, os servidores públicos ficam ameaçados no exercício de seu direito fundamental de manifestar-se em favor de sua dignidade humana.

Conforme já está em pauta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa deverá votar esta matéria no próximo esforço concentrado – que está marcado para os dias 11 e 12 de setembro do corrente.

Em meio aos grandes temas que estamos tratando nos esforços concentrados, faz-se imperiosa a necessidade de governo e Congresso se unirem em torno de uma proposta viável à regulamentação da lei de greve.

Os servidores públicos precisam exercer esse direito com segurança jurídica. E, para que isso aconteça, as regras precisam ser estabelecidas em lei.

De resto, ressalto que a sociedade avança e não podemos fechar os olhos ao óbvio.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PDT – DF) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 46 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

**30-8-2012
quinta-feira**

10h30 Sessão Deliberativa Ordinária
Plenário

12h Recebe a Senhora Ana Maria Fernandes, Presidente da Usina Hidrelétrica Santo Antonio do Jarí e o Senhor Luiz Otávio Assis Henriques, Vice-Presidente de Geração e Comercialização
Sala de Audiências

15h Ato de entrega do Projeto de Lei Orçamentária 2013 pela Ministra do Planejamento Miriam Belchior
Sala de Audiências

16h Recebe Raymundo Damasceno, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Sala de Audiências

17h Gravação para o documentário “O Brasil deu certo. E agora?”
Sala de Audiências

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e nove do mês de agosto do ano de dois mil e doze, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 574**, adotada em 28 de junho de 2012, e publicada no dia 29 do mesmo mês e ano, que "Estabelece medidas para estimular o pagamento de débitos relativos ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e de suas autarquias e fundações; altera o art. 1º da lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para prorrogar a vigência da redução a zero das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno das massas alimentícias que menciona", sob a Presidência Eventual do Senador Casildo Maldaner, e com as presenças do Senador Flexa Ribeiro e da Deputada Carmen Zanotto, a reunião não foi realizada por falta de quorum.

Para constar, foi lavrado o presente Termo.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.



Senador CASILDO MALDANER
Presidente Eventual

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia vinte e nove de agosto do ano de dois mil e doze, quarta-feira, às quinze horas, na sala número dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MEDIDA PROVISÓRIA nº 575, adotada em 7 de agosto de 2012, e publicada no dia 8 do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.", sob a Presidência Eventual do Senador Francisco Dornelles e com a presença do Deputado Arnaldo Jardim, a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.



Senador Francisco Dornelles
Presidente Eventual

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Cidinho Santos** (S)
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Assis Gurgacz* (S)
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Tomás Correia** (S)

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozerildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 25

PMDB-19 / PP-5 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
José Sarney.	PMDB/AP
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Tomás Correia.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1

Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Assis Gurgacz.	PDT/RO
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Marta Suplicy.	PT/SP
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM

Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 15

PSDB-10 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Clovis Fecury.	DEM/MA
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-6 / PSC-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Russo.	PR/MS
Armando Monteiro.	PTB/PE
Cidinho Santos.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim Argello.	PTB/DF
João Ribeiro.	PR/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

PSD - 2

Kátia Abreu.	TO
Sérgio Petecão.	AC

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues.	AP
--------------------------	----

Bloco Parlamentar da Maioria.	25
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	15
Bloco Parlamentar União e Força.	13
PSD.	2
PSOL.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Marta Suplicy** (Bloco-PT-SP)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Gim Argello* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Russo* (Bloco-PR-MS)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP)
Assis Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Ribeiro** (Bloco-PR-TO)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cidinho Santos** (Bloco-PR-MT)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Tomás Correia** (Bloco-PMDB-RO)
Clovis Fecury** (Bloco-DEM-MA)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

José Sarney - (PMDB-AP)

1ª VICE-PRESIDENTE

Marta Suplicy - (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)

1º SECRETÁRIO

Cícero Lucena - (PSDB-PB)

2º SECRETÁRIO

João Ribeiro - (PR-TO) ⁽²⁾

3º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)

2º - João Durval - (PDT-BA)

3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)

4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</p> <p>Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44)</p> <p>Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24)</p> <p>Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾</p> <p>Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾</p> <p>Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,38)</p> <p>Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾</p> <p>Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(7,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁴⁾ Paulo Bauer ^(6,35)</p> <p>Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Flexa Ribeiro ^(7,32)</p> <p>Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 13</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ^(19,51) Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48)</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim Argello</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Líder do PR - 6 Blairo Maggi ^(19,51)</p> <p>Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p> <p>PSOL - 1</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1° e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1° de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Paulo Bauer é designado 2° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3° Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento n° 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5° Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.

36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,12)

RELATORA: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(14,16)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

Prazo prorrogado: 30/06/2012

Prazo prorrogado: 12/10/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁷⁾	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,15)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁷⁾	
(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

***. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Em 5.06.2012, foi lido o Requerimento nº 521, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão por noventa dias, a partir de 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.
17. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 061 33033514

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

Instalação: 28/02/2012

MEMBROS**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

Finalidade: Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/02/2012

Designação: 07/03/2012

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹³⁾	4. Senador João Capiberibe (PSB)
	5. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2. Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁰⁾
Senador Sérgio Souza (PMDB)	
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾
Senador José Agripino (DEM) ^(3,6)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁵⁾	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁾	1. Senador Gim Argello (PTB) ⁽²⁾
Senador Cidinho Santos (PR) ^(4,14,15)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽⁴⁾
PSD	
	1. Senadora Kátia Abreu ^(8,9)

Notas:

*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

***. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)
2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).
3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).
4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 15/2012-GLDEM).
7. Em 17.05.2012, o Senador Francisco Dornelles e a Senadora Ana Amélia são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 129/2012-GLPMDB).
8. Em 25.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSD (OF. GLPMDB nº 136/2012).
9. Em 28.05.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente na Comissão (OF. Nº 027/2012-GLPSD) em vaga cedida ao PSD pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
10. Em 29.05.2012, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 0143/2012).
11. Em 06.06.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLPMDB nº 0146/2012).
12. Em 06.06.2012, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 081/2012-GLDBAG), em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria.
13. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
15. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 090/2012/BLUFOR/SF).

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 04/04/2012

Prazo final: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO
DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

Finalidade: Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)
(Requerimento nº 25, de 2012, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 14

PRESIDENTE: Nelson Jobim

Ato do Presidente do Senado Federal: 15/03/2012

Designação: 15/03/2012

Instalação: 12/04/2012

Prazo final: 10/06/2012

Prazo prorrogado: 22/09/2012

MEMBROS

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Velloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

VAGO ⁽¹⁾

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

Notas:

*. Em 29.05.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012-CEAQF, que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão por noventa dias. A prorrogação foi aprovada pelo Plenário em 29.05.2012.

1. Em 09.08.2012, foram lidos expedientes dos Senhores Adib Jatene e Mailson da Nóbrega comunicando a impossibilidade de participarem da Comissão.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo final:** 04/10/2012**Relatórios Parciais - prazo final:** 05/11/2012**Relatório do Relator-Geral - prazo final:** 20/11/2012**Parecer Final da Comissão - prazo até:** 04/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senadora Marta Suplicy (PT)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Senador Clovis Fecury (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador Gim Argello (PTB)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Instalação: 17/04/2012

Prazo final: 16/07/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Paulo Davim (PV) ⁽²⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

8) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Tomás Correia (PMDB)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Marta Suplicy (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Clovis Fecury (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim Argello (PTB)
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³⁴⁾
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(35,36)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁰⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(18,23)
Tomás Correia (PMDB) ^(37,38)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(4,8,17,28,29)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(31,32,33)
Jayme Campos (DEM) ⁽³¹⁾	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16,41)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁰⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Gim Argello (PTB)
Antonio Russo (PR) ^(27,28,29)	3. Cidinho Santos (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ⁽²²⁾

PSD PSOL (26)

Kátia Abreu (PSD) (24,25)

1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
27. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
30. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
31. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
33. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
34. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
41. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽³⁾
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,6)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁸⁾	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(2,3)

Notas:

- Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
- Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
- Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁹⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁴⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(7,18,24)
Paulo Davim (PV) ^(2,24)	2. Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁴⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5,24)	3. Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁴⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁴⁾	4. Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁴⁾	5. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁴⁾
Ana Amélia (PP) ^(15,16,17,22,24)	6. Benedito de Lira (PP) ^(11,24)
Renan Calheiros (PMDB) ^(24,26)	7. VAGO ⁽²⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB) ^(1,6)	2. Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁵⁾
Vicentinho Alves (PR)	3. Antonio Russo (PR) ^(20,21)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
 3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)
 6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)
 7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).
 11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).
 13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
 15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
 17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
 18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).
 19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
 20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
 21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
 22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
 23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 24. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
 25. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).
 26. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: ^(2,5,6)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Marta Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾

Instalação: 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

2. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

3. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(8,10)
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(25,26,50,52)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁷⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(33,34)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(40,51)	1. Renan Calheiros (PMDB) ^(2,4,16,21,28,40,51)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(3,17,40,51)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(5,16,37,40,47,51)
Pedro Simon (PMDB) ^(40,51)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(14,16,40,51,53,54)
Romero Jucá (PMDB) ^(40,51)	4. Eduardo Braga (PMDB) ^(15,16,40,51)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(21,40,51)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(27,40)	6. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	7. Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
José Agripino (DEM) ^(18,44)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(19,44,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(12,46)
Gim Argello (PTB)	2. Ciro Nogueira (PP) ^(11,46)
Magno Malta (PR)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,22,35,36)
	4. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,49)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	
PSD	
Sérgio Petecão ^(41,42,43)	1. Kátia Abreu ^(30,31,32,38,41,42,43)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Domelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

9. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
34. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
35. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
36. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
37. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDB nº 45/2012).
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
41. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
42. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
45. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
46. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
47. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
48. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
49. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
50. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
51. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
52. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).

53. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

54. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴¹⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(14,27)
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴⁴⁾	
Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁶⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,22,46,49)
Pedro Simon (PMDB) ^(29,30,31,42,46)	2. VAGO ^(46,49)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(7,13,28,46)	3. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁶⁾
Benedito de Lira (PP) ^(32,34,43,46)	4. VAGO ^(46,49)
Ana Amélia (PP) ^(20,46)	5. VAGO ^(46,49)
Romero Jucá (PMDB) ^(46,49)	6. VAGO ^(23,46,49)
Tomás Correia (PMDB) ^(46,49,50,51)	7. VAGO ^(11,46)
Waldemir Moka (PMDB) ^(46,49)	8. ⁽⁴⁶⁾
Ciro Nogueira (PP) ^(46,49)	9. ⁽⁴⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁶⁾
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(8,47,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴⁴⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,45)
Magno Malta (PR) ^(12,26)	3. Antonio Russo (PR) ^(39,40)
João Ribeiro (PR) ⁽²⁶⁾	4. Vicentinho Alves (PR)
PSD PSOL ⁽³⁷⁾	
Kátia Abreu (PSD) ^(35,38)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).

18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
38. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
39. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
40. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
44. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
45. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
46. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
47. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
48. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
49. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,19)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Assis Gurgacz (PDT) ^(12,16,41,42)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁹⁾	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Tomás Correia (PMDB) ^(43,44)
VAGO ^(21,22,40)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(22,23)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. VAGO ^(33,34,38)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,24,27)	6. VAGO ^(9,30,31,32,37)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) ^(20,28,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁹⁾	
Gim Argello (PTB) ^(1,25)	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽²⁾
Vicentinho Alves (PR)	2. Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁵⁾
PSD PSOL ⁽³⁵⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁵⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,10,36)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).

6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).

7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).

11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).

12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).

17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

25. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011-GLDEM).

29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).

30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

33. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
41. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
42. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
43. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
44. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
45. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ^(1,3,6,8,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁶⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(4,12)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁵⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Waldemir Moka (PMDB) ^(7,13)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(2,10)	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁵⁾	
⁽⁹⁾	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
9. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
10. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
11. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
13. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
15. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

16. Em 25.04.2012, foi lido o Ofício nº 008/2012/CMA, de 20.04.2012, comunicando a indicação da Senadora Vanessa Grazziotin como Relatora da Subcomissão.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(2,10)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁷⁾
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. Acir Gurgacz (PDT) ^(7,8)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(4,7,11)	1. Vicentinho Alves (PR) ⁽⁷⁾

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
9. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
10. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

11. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(8,12)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,5,6,9)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(7,12,14)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
12. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).

13. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

14. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Vicentinho Alves (PR)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(14,24)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) ^(15,25,27)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(12,38,40)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁴³⁾	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(8,10,26,33)
VAGO ^(1,13,28,29,30,42)	2. VAGO ⁽³⁹⁾
VAGO ^(32,34,41)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(18,31)	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(5,9,17,36,46)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,23)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ^(19,37,45)	3. José Agripino (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁴³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁷⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(11,44)	2.
Magno Malta (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
VAGO ⁽³⁵⁾	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

29. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
41. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
42. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
43. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
44. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
45. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
46. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
47. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: quintas-feiras, às 09:00hs - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Aníbal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(18,19)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁷⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²³⁾	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB) ^(24,25,29)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Tomás Correia (PMDB) ^(13,14,15,22,28)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²³⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Gim Argello (PTB)	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Cidinho Santos (PR) ^(26,27)	3. João Ribeiro (PR) ^(20,21)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

23. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

24. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

25. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

26. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

27. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

29. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. VAGO ^(9,10)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁸⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(6,7)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

10. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,8)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(4,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

8. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
VAGO ^(16,18)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(12,13)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,8)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁴⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(15,17)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Randolfê Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

14. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

15. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

16. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).

18. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(1,36)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(21,22)
Assis Gurgacz (PDT) ^(32,33)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁹⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁶⁾	
Tomás Correia (PMDB) ^(27,34,35)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁷⁾
Waldemir Moka (PMDB) ⁽²⁷⁾	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11,27)
Lobão Filho (PMDB) ⁽²⁷⁾	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽²⁷⁾
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁷⁾	4. Francisco Dornelles (PP) ^(10,27)
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁷⁾	5. Clésio Andrade (PMDB) ^(12,23,24,27)
Eduardo Braga (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽²⁷⁾
Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁷⁾	7. Ivo Cassol (PP) ^(16,17,18,25,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Jayne Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁶⁾	
Fernando Collor (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁸⁾	2. João Vicente Claudino (PTB)
Blairo Maggi (PR) ⁽³⁷⁾	3. Vicentinho Alves (PR)
PSOL	
(20)	1. (20)
PSD	
Kátia Abreu ^(28,31)	1. Sérgio Petecão ^(6,7,13,15,28,29,31)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozanildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDDB).

12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

17. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDDB).

18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. Nº 20/2012-GSRR).

21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

25. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

26. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
27. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
28. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
29. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
31. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
34. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
35. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
36. Senador Blairo Maggi licenciou-se por 130 dias, a partir de 09.08.12, nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
37. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
38. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário n° 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(4,5,7)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ^(3,5)

Instalação: 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(8,9)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).

2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.

3. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.

4. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.

5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.

6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

7. Em 24.04.2012, foi lido o Of. nº 44/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Flexa Ribeiro para Vice-Presidente da Subcomissão.

8. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

9. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. Tomás Correia (PMDB) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Vicentinho Alves (PR) ^(3,5)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).

2. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).

3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).

4. Em 16.05.2012, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol e Vice-Presidente o Senador Jayme Campos. O Senador Sérgio Petecão foi designado Relator (Of. nº 059/2012-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

5. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).

6. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

7. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(1,22,23,28,33,36)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
João Durval (PDT)	4. Assis Gurgacz (PDT) ^(38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁴⁾	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(22,23,24,26,31,37)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Eduardo Braga (PMDB) ^(17,40)	4. VAGO ⁽³⁰⁾
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,19)
Benedito de Lira (PP)	6. VAGO ^(25,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁴⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁵⁾	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL ⁽²⁹⁾	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfé Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
26. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
31. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
32. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
33. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
34. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
35. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
36. Em 24.05.2012, foi lido o Ofício nº 120/2012-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Eduardo Amorim para Vice-Presidente da Comissão.
37. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

39. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

40. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,7,8)

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹⁰⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(4,6,9,11,12)	

Notas:

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

5. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

6. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).

7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

8. Vago em 05.04.2012, em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

9. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

11. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).

12. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT) ⁽¹²⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽⁹⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ^(4,6,7,8)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

- Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
- Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Vago, em 17.04.2012, em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽¹²⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,11)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
- Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
- Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
- Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
- Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11,23,25)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁰⁾	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽³⁸⁾	
Waldemir Moka (PMDB)	1. VAGO ^(28,30,37)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
VAGO ^(26,27,29,36)	3. Tomás Correia (PMDB) ^(41,42)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,20,22)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(7,19)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽³⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(24,34,35)	2. Cidinho Santos (PR) ^(24,43,44)
PSD PSOL ⁽³³⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	1. Kátia Abreu (PSD) ⁽³²⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

39. Senador Acir Gurgacz licenciou-se por 123 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
40. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
41. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
42. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
43. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
44. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 08:30hs -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
João Capiberibe (PSB) ^(10,11,19)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,23,24)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PV) ⁽²⁵⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Tomás Correia (PMDB) ^(26,27)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽²⁵⁾	
Gim Argello (PTB)	1. Fernando Collor (PTB)
Alfredo Nascimento (PR) ^(4,18)	2. João Ribeiro (PR) ⁽¹⁸⁾
PSD PSOL ⁽²¹⁾	
⁽⁶⁾	1. Sérgio Petecão (PSD) ^(20,22)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDDB nº 294/2011).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

21. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

22. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

25. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

26. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

27. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDDB nº 181/2012).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 09:00hs -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3303-1120**Fax:** 3303-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(7,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Eunício Oliveira (CE) ⁽⁹⁾	1. Sérgio Souza (PR) ⁽¹⁰⁾		
João Alberto Souza (MA) ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁶⁾		
Renan Calheiros (AL)	3. VAGO ⁽²⁾		
Romero Jucá (RR)	4. VAGO ⁽¹⁾		
PT			
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)		
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)		
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)		
PSDB			
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)		
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽⁴⁾		
PTB			
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)		
DEM			
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)		
PR			
Vicentinho Alves (TO)	1.		
PP			
Ciro Nogueira (PI)	1.		
PDT			
Acir Gurgacz (RO) ⁽¹¹⁾	1.		
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.		
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 28/06/2012**Notas:**

1. Em 30.05.2012, vago em virtude de sua eleição como membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Em 18.04.2012, vago em decorrência da renúncia do Senador Valdir Raupp, conforme Of.GSVR nº 002/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
3. Eleito Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
4. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
5. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o Of. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
6. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.
7. Em 10.04.2012, na 1ª Reunião de 2012 do Conselho, assumiu a Presidência o Senador Antonio Carlos Valadares (art. 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal).
8. Eleito Presidente na 3ª Reunião do Conselho, realizada em 12.04.2012.
9. Em 30.05.2012, eleito membro titular deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 145/2012, de 30.05.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Em 12.06.2012, eleito membro suplente deste Conselho, conforme Of.GLPMDB nº 149/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros: 5 titulares**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
VAGO ⁽¹⁾	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 12/07/2012**Notas:**

1. Vago em virtude da perda do mandato do Senador Demóstenes Torres, decretada pela Resolução do Senado Federal nº 20, de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12.07.2012

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**1ª Designação:** 26/04/2011**Atualização:** 26/04/2011**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(6,17)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁷⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**MEMBROS****PMDB**VAGO ^(9,16)**PT**Ana Rita (ES) ⁽¹⁰⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PTBMozarildo Cavalcanti (RR) ⁽²⁾**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR**VAGO ^(8,14,15)**PP**Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾**PDT**Zeze Perrella (MG) ⁽¹³⁾**PSB**

Lídice da Mata (BA)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(4,11)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽¹²⁾**PSC**

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁷⁾
PSD
Kátia Abreu (TO) ⁽¹⁸⁾
PPS
PMN
Sérgio Petecão (PSD-AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 27/08/2012**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
15. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
16. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
17. Eleita na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.
18. Designada para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of. 043/2012-GLPSD, de 15 de agosto de 2012, lido na sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**MEMBROS****PMDB**Waldemir Moka (MS) ⁽⁴⁾**PT**Jorge Viana (AC) ⁽⁶⁾**PSDB**Cyro Miranda (GO) ⁽⁸⁾**PTB**Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾**DEM**José Agripino (RN) ⁽⁷⁾**PR**VAGO ^(10,18,19)**PP**Ivo Cassol (RO) ⁽¹⁴⁾**PDT**Acir Gurgacz (RO) ^(16,22)**PSB**Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹¹⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽³⁾**PSOL**VAGO ^(12,13)**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ^(1,17,20)**PSC**Eduardo Amorim (SE) ^(2,15)**PSD**Sérgio Petecão (AC) ⁽²³⁾

PPS**PV**Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾**Atualização:** 27/08/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
15. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
16. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
19. Em 06.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
20. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Eleito na 2ª Reunião de 2012, realizada em 13/06/2012.
22. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
23. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.º 0044/2012-GLPSD, lido na Sessão do Senado Federal de 27/08/2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**MEMBROS****PMDB****PT**Humberto Costa (PE) ⁽⁷⁾**PSDB**Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾**PTB**Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾**DEM****PR**Vicentinho Alves (TO) ⁽⁶⁾**PP**Ana Amélia (RS) ⁽¹¹⁾**PDT**Cristovam Buarque (DF) ⁽⁸⁾**PSB**João Capiberibe (AP) ⁽¹³⁾**PC DO B**Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾**PRB**Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁹⁾**PSC****PSD**

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽¹⁰⁾

Atualização: 25/04/2012

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
10. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Eleito na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, nos termos do Of.GLPB n° 0024/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª reunião de 2012, realizada em 03.04.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

MEMBROS**PMDB****PT**

Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽³⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽⁶⁾

DEM

Clovis Fecury (MA) ⁽¹²⁾

PR

Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁹⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹³⁾

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹⁰⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽²⁾

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁵⁾

PRB

Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSC**PSD**

Kátia Abreu (TO) ⁽⁸⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁷⁾

Atualização: 09/05/2012**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012-GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, conforme Of. nº 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0025/2012, de 03.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme OF. nº 10/12-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/04/2012.
12. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.028/2012-GLDEM, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 25.04.2012.
13. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GLPDT-015/2012, de 24.04.2012, lido na sessão do Senado Federal de 02.05.2012.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2012, realizada em 09.05.2012.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

9) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
PRESIDENTE:

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PTB
DEM
PR
PP
PDT
PSB
PC DO B
PSOL
PRB
PSC
PSD
PV
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
Pesquisador com produção científica relevante

Representante da sociedade civil organizada

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Biblioteca - Térreo

Telefone(s): 3303.5258 **Fax:** 3303.5260

E-mail: scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ⁸**COMPOSIÇÃO** ²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta ⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima ⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja ⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves ⁴

Instalação: 27-3-2012**Relator do PLDO / 2013:** Senador Antonio Carlos Valadares ⁶**Relator do PLOA / 2013:** Senador Romero Jucá ⁶**Relator da Receita:** Deputado Cláudio Puty ⁶**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1.
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Sérgio Souza (PMDB/PR)
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
⁹	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR)
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PR	
Vicentinho Alves (PR/TO)	1. Antonio Russo (PR/MS)
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. Kátia Abreu (PSD/TO)

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. Joaquim Beltrão (PMDB/AL)
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5.
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSDPR) ^{16 e 17}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobbo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Foletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Laurez Moreira (PSB/TO) ^{14 e 15}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE)
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Ratinho Junior (PSC/PR)	1. Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN ¹	
²	²

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.

3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.

4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.

5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.

6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.

7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.

8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.

9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.

11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.

12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.

13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.

14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.

15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.

16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foletto (PSB/ES)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	Laurez Moreira (PSB/TO)
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Deputado Márcio Macedo ^{15 e 20}
Vice-Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15 e 20}
Relator: Senador Sérgio Souza ^{16 e 20}

Instalação: 10-4-2012 ^{15 e 20}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7 e 23}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3 e 14}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ³
Eduardo Braga (PMDB/AM) ³	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ³
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11 e 12}	3. Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3 e 18}	4. ^{3 e 19}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Jayme Campos (DEM/MT) ^{6 e 10}	2. José Agripino (DEM/RN) ^{6 e 10}
²²	3. ²²
PTB	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ⁴	1. ^{8, 9 e 12}
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24 – Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1.
	2.
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Anthony Garotinho (PR/RJ) ²	1. Bernardo Santana De Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 12}
PSB	
Luiz Noé (PSB/RS) ²	1. Glauber Braga ^{2, 7 e 13}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Alfredo Sirkis (PV/RJ) ²	1. Sarney Filho (PV/MA) ²
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados ³

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
⁴	4. ³
PSDB	
	1.
PTB	
Gim Argello (PTB/DF) ²	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ²
DEM	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti em 1º-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 78/2011, da Liderança do PTB.

3- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

4- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Senador Fernando Collor ⁶**Vice-Presidente:** Deputada Perpétua Almeida ⁶

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ¹	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Domelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

6- Assumiu a Presidência na 2ª Reunião de 2012, realizada em 08/05/2012, em substituição à Deputada Perpétua Almeida, que passou a ocupar a Vice-Presidência, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15/08/2001 (Ata publicada no DSF de 22/08/2001, pg. 17595).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁸	5. ¹⁸
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argello (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cédida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argello, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cédida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16/07/2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Nilda Gondim (PMDB/PB) ⁹
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) ^{2 e 4}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 1, de 2012-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 17 (dezessete) Senadores⁸ e 17 (dezessete) Deputados⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira, desvendadas pelas operações 'Vegas' e 'Monte Carlo', da Polícia Federal, nos termos que especifica.

- **Leitura:** 19-4-2012
- **Designação da Comissão:** 24-4-2012
- **Instalação da Comissão:** 25-4-2012
- **Prazo final da Comissão:** 4-11-2012

Presidente: Senador Vital do Rêgo
Vice-Presidente: Deputado Paulo Teixeira
Relator: Deputado Odair Cunha

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
José Pimentel (PT/CE)	1. Walter Pinheiro (PT/BA) ⁶
Jorge Viana (PT/AC) ³	2. Aníbal Diniz (PT/AC) ^{3 e 6}
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Angela Portela (PT/RR) ⁶
Pedro Taques (PDT/MT)	4. Delcídio do Amaral (PT/MS) ⁶
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	5. Wellington Dias (PT/PI) ^{4 e 6}
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)	
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	1. Benedito de Lira (PP/AL)
Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	2.
Sérgio Souza (PMDB/PR)	3.
Ciro Nogueira (PP/PI)	4.
Paulo Davim (PV/RN)	5.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Jayme Campos (DEM/MT)	1. Cyro Miranda (PSDB/GO) ^{5 e 7}
Alvaro Dias (PSDB/PR)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE)
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	3. ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Fernando Collor (PTB/AL)	1. Cidinho Santos (PR/MT) ^{2, 11 e 12}
Vicentinho Alves (PR/TO)	2. Eduardo Amorim (PSC/SE) ²
⁹	3. ⁹
PSD⁸	
Kátia Abreu (PSD/TO)	1. Sérgio Petecão (PSD/AC)
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ¹⁰	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim, como membros suplentes, em 13-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal.

3- Designados o Senador Jorge Viana, como membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, e o Senador Aníbal Diniz, como membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 82/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4- O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29-6-2012, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28-6-2012.

5- Designado o Senador Flexa Ribeiro, como membro suplente, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 90, de 2012, da Liderança do PSDB.

6- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e reposicionado o quadro de suplência, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Cyro Miranda, como membro suplente, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2012, da Liderança do PSDB.

8- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

10- Designado o Senador Randolfe Rodrigues, como membro titular, em 8-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme a Resolução nº 1, de 2012-CN e o Ofício nº 185, de 2012, da Liderança do PSOL.

11- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

12- Designado o Senador Cidinho Santos, como membro suplente, em substituição ao Senador Blairo Maggi, em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	1. Dr. Rosinha (PT/PR)
Odair Cunha (PT/MG)	2. Luiz Sérgio (PT/RJ)
Paulo Teixeira (PT/SP)	3. Emiliano José (PT/BA) ^{4 e 12}
PMDB	
Iris de Araújo (PMDB/GO)	1. Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ²
Luiz Pitiman (PMDB/DF)	2. João Magalhães (PMDB/MG)
PSDB	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Vaz de Lima (PSDB/SP) ^{9 e 10}
Domingos Sávio (PSDB/MG) ⁸	2. Vanderlei Macris (PSDB/SP) ^{3,6 e 7}
PSD	
José Carlos Araújo (PSD/BA) ^{13 e 14}	1. Roberto Santiago (PSD/SP) ^{13 e 14}
Armando Vergílio (PSD/GO) ^{13 e 14}	2. César Halum (PSD/TO) ^{13 e 14}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC)	1. Iracema Portella (PP/PI)
DEM	
Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	1. Mendonça Prado (DEM/SE)
PR	
Maurício Quintella Lessa (PR/AL)	1. Ronaldo Fonseca (PR/DF)
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ¹⁵	1. Paulo Foletto (PSB/ES) ¹⁵
PDT	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	1. Vieira da Cunha (PDT/RS)
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno (PPS/PR)	1. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Silvio Costa (PTB/PE)	1. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)
PSC	
Filipe Pereira (PSC/RJ)	1. Hugo Leal (PSC/RJ)
PCdoB ¹	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Osmar Junior (PCdoB/PI) ^{5 e 11}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Leonardo Picciani, como membro suplente, em substituição ao Deputado Edio Lopes, em 16-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 518/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

3- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Rogério Marinho, em 30-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 576/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

4- Designado o Deputado Ricardo Berzoini, como membro suplente, em substituição ao Deputado Sibá Machado, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 094/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Jô Moraes, como membro suplente, em substituição ao Deputado Osmar Júnior, em 14-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 202/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como membro suplente, em substituição ao Deputado Vanderlei Macris, em 25-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 649/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

7- Designado o Deputado Vanderlei Macris, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 661/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

8- Designado o Deputado Domingos Sávio, como membro titular, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 689/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designado o Deputado Fernando Francischini, como membro suplente, em 3-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 694/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

10- Designado o Deputado Vaz de Lima, como membro suplente, em substituição ao Deputado Fernando Francischini, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 701/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

11- Designado o Deputado Osmar Junior, como membro suplente, em substituição à Deputada Jô Moraes, em 6-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 234, de 2012, da Liderança do PCdoB.

12- Designado o Deputado Emiliano José, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Berzoini, em 17-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 437/2012, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

13- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

14- Designados os Deputados José Carlos Araújo e Amando Vergílio, como membros titulares, e os Deputados Roberto Santiago e César Halum, como membro suplente, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.463, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

15- Designado o Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), como membro titular, em substituição ao Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), e o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES), como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga (PSB/RJ), em 9-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 125/2012, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ORGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Jilmar Tatto (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ³	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Jayme Campos (DEM/MT) ⁴
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Ricardo Berzoini (PT/SP) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) ⁵	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (JUCA FERREIRA)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 27.08.2012

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2 -Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Jilmar Tatto ¹⁸
vago ¹⁰	Sibá Machado
Newton Lima ¹⁷	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow ⁹	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Bruno Araújo ¹⁹
Sergio Guerra	Ruy Carneiro ¹⁶
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Delegado Protógenes ¹¹	Assis Melo ¹²
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁷	Valdir Raupp (PMDB) ²⁰
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy (PT) ¹⁴	Paulo Paim (PT) ¹⁵
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	Cássio Cunha Lima (PSDB) ¹³
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 09.07.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. Of. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).

11- Designado para ocupar a vaga de titular do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

12- Designado para ocupar a vaga de suplente do PCdoB, conforme Of. nº 233/2012, da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal de 09.07.2012.

13- Designado para ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 21, de 2012, de 8-5-2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

14- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

15- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício nº 085-21012-GLDBAG, de 26.06.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

16- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, nos termos do Ofício nº 430/21012-PSDB, de 17.04.2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 27.06.2012.

17- Designado para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Jilmar Tatto, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

18- Designado para ocupar a vaga de membro suplente do Partido dos Trabalhadores – PT, em substituição ao Deputado Newton Lima, nos termos do Of. nº 082/PT, lido na sessão do Senado Federal do dia 03.07.2012.

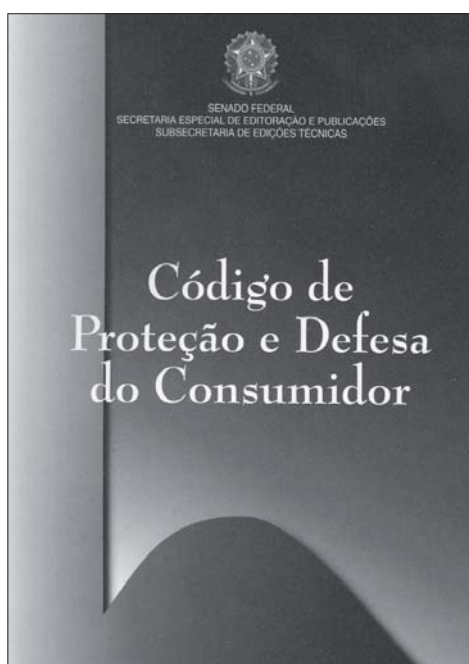
19- Designado para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos do Of. nº 417/2012, do Gabinete da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, lido na sessão do Senado Federal do dia 09.07.2012.

20 - Licenciou-se por 122 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir de 16.07.2012, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678/2012, aprovados na sessão do Senado Federal de 11.07.2012.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 236 páginas
(OS: 14192/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

